

# **TIM S.A.**

*DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS em  
31 de dezembro de 2019*

# TIM S.A.

## DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

31 de dezembro de 2019 e 2018

### Índice

|  |     |
|--|-----|
| Relatório dos Auditores Independentes sobre as demonstrações financeiras | 1   |
| Demonstrações financeiras auditadas                                      |     |
| Balanços patrimoniais  | 9   |
| Demonstrações do resultado   | 11  |
| Demonstrações do resultado abrangente                                    | 12  |
| Demonstrações das mutações do patrimônio líquido                         | 13  |
| Demonstrações dos fluxos de caixa  | 15  |
| Demonstrações do valor adicionado  | 17  |
| Relatório da Administração   | 18  |
| Notas explicativas às demonstrações financeiras                          | 34  |
| Declaração dos diretores sobre as Demonstrações Financeiras              | 114 |
| Declaração dos diretores sobre o relatório dos Auditores Independentes   | 115 |

## **Relatório do auditor independente sobre as demonstrações contábeis**

Aos  
Administradores e Acionista da  
**TIM S.A.**  
Rio de Janeiro - RJ

### **Opinião**

Examinamos as demonstrações contábeis da TIM S.A. (“Companhia”) que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2019 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da TIM S.A. em 31 de dezembro de 2019, o desempenho de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB).

### **Base para opinião**

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis”. Somos independentes em relação à Companhia e suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

# **Relatório do auditor independente sobre as demonstrações contábeis**

## **Principais assuntos de auditoria**

Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações contábeis como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações contábeis e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos. Para cada assunto abaixo, a descrição de como nossa auditoria tratou o assunto, incluindo quaisquer comentários sobre os resultados de nossos procedimentos, é apresentado no contexto das demonstrações contábeis tomadas em conjunto.

Nós cumprimos as responsabilidades descritas na seção intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis”, incluindo aquelas em relação a esses principais assuntos de auditoria. Dessa forma, nossa auditoria incluiu a condução de procedimentos planejados para responder a nossa avaliação de riscos de distorções significativas nas demonstrações contábeis. Os resultados de nossos procedimentos, incluindo aqueles executados para tratar os assuntos abaixo, fornecem a base para nossa opinião de auditoria sobre as demonstrações contábeis da Companhia.

## **Provisão para contingências tributárias**

A Companhia possui assuntos de natureza tributária em discussão em várias esferas processuais, no montante de R\$16.450 milhões, para os quais, com base em opinião e seus consultores jurídicos, foi constituída provisão para contingências no montante de R\$255 milhões no balanço patrimonial, enquanto R\$16.195 milhões foram divulgados pela Companhia como perdas possíveis, conforme divulgado na Nota Explicativa nº 23.

A determinação do valor da provisão e dos valores divulgados depende de julgamentos críticos da Administração, a partir da análise dos processos e de correspondente prognósticos de sua resolução final pelos seus consultores jurídicos. A auditoria da avaliação da Administração sobre a probabilidade de perda nos processos tributárias é complexa, altamente subjetiva e baseada em interpretações da legislação tributária e decisões judiciais, pois há incerteza significativa nas estimativas relacionadas ao resultado das decisões judiciais, a evolução da jurisprudência e à posição das autoridades fiscais.

Além disso, considerando a magnitude dos valores envolvidos, quaisquer mudanças nas estimativas ou premissas, que impactam a determinação do prognóstico de perda, pode trazer impactos relevantes às demonstrações contábeis da Companhia e por essa razão foi considerado como significativa área de foco em nossa auditoria.

## **Como nossa auditoria conduziu este assunto**

Como resposta de auditoria para este assunto, nossa abordagem incluiu, dentre outros, os seguintes procedimentos:

## **Relatório do auditor independente sobre as demonstrações contábeis**

Solicitamos e obtivemos confirmação junto a todos os consultores jurídicos, internos e externos, que estão envolvidos nos processos tributários da Companhia, confirmando valores e prognósticos dos processos, conforme determinado pela Administração da Companhia.

Para testar a avaliação da Companhia sobre o prognóstico de perda nos processos tributários, nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros, o envolvimento de nossos especialistas em assuntos tributários para auxiliar-nos na avaliação dos prognósticos realizados por advogados externos para as contingências tributárias mais significativas da Companhia.

Adicionalmente, solicitamos ao cliente que obtivesse, para os processos tributários de maior relevância, opiniões de outros consultores jurídicos, com o objetivo de avaliar a razoabilidade do prognóstico determinados pelos consultores jurídicos da Companhia responsáveis pelos respectivos processos, bem como avaliar os argumentos, jurisprudências e/ou estratégia de defesa adotadas pelos consultores jurídicos da Companhia.

Baseados no resultado dos procedimentos de auditoria efetuados sobre a provisão e a divulgação das contingências tributárias, que está consistente com a avaliação da Administração, consideramos que os critérios e premissas de reconhecimento e mensuração da referida provisão adotados pela Administração, assim como as respectivas divulgações na Nota Explicativa nº 23, são aceitáveis, no contexto das demonstrações contábeis tomadas em conjunto

### **PIS e Cofins a recuperar**

A Companhia registrou créditos fiscais no montante de R\$3.023 milhões na rubrica “Impostos, taxas e contribuições diretos a recuperar” do balanço patrimonial, oriundos de processos judiciais transitados em julgado em 2019 relacionados com decisão definitiva favorável em Tribunais Superiores que discutiam a exclusão do ICMS da base de cálculo das contribuições do PIS e da COFINS, a favor da controlada da Companhia. Os referidos processos judiciais reconheceram o direito de exclusão do ICMS da base de cálculo do PIS e da COFINS para os períodos cobertos pelas ações, conforme divulgado na Nota Explicativa nº 9. A Companhia recebeu a autorização da autoridade competente no Brasil para iniciar a compensação desses créditos com obrigações tributárias federais, visto que parte das ações judiciais da Companhia visa garantir a continuidade da compensação dos créditos.

A auditoria da avaliação da Administração com relação ao montante do crédito é complexa e subjetiva, principalmente devido aos seguintes fatores: (i) o valor do crédito e a base de cálculo não estão explícitos na sentença judicial quanto ao método de cálculo do crédito favorável à Companhia; (ii) o reconhecimento e a estimativa do prazo e do valor da utilização dos créditos tributários envolve a estimativa das receitas futuras da Companhia, entre outras premissas chave.

Por essas razões, a avaliação, mensuração e divulgação desse assunto foi considerada como área de foco em nossa auditoria.

## **Relatório do auditor independente sobre as demonstrações contábeis**

### **Como nossa auditoria conduziu este assunto**

Nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros, com a assistência dos nossos especialistas tributários: (i) a leitura e avaliação das decisões e discussão com a Administração sobre as conclusões obtidas pela Administração da Companhia para o adequado momento do reconhecimento do crédito tributário decorrente das decisões favoráveis à Companhia quando do trânsito em julgado, bem como o seu valor; (ii) testes dos cálculos preparados pela Companhia para mensurar os valores dos impostos a recuperar e a correspondente atualização monetária aplicável para o período objeto do processo judicial; (iii) entendimento e avaliação das premissas relevantes relacionados ao processo de mensuração do ativo adotado pela Administração da Companhia.

Baseados nos resultados dos procedimentos de auditoria efetuados, que estão consistentes com a avaliação da Administração, consideramos aceitáveis os critérios e as estimativas da Administração, assim como a respectivas divulgações nas Notas Explicativas nº 9, 28 e 29, no contexto das demonstrações contábeis tomadas em conjunto.

### **Adoção da Norma Contábil de Arrendamentos (CPC 06 (R2) / IFRS 16)**

A Companhia adotou o CPC 06 (R2) “Arrendamentos”, equivalente à norma internacional IFRS 16, *Leases*, de forma retrospectiva, com o efeito cumulativo da aplicação inicial reconhecido na data da aplicação inicial, ou seja, 1º de janeiro de 2019. A adoção inicial desta norma resultou no reconhecimento de ativos de direito de uso e passivo de arrendamento no valor de R\$5.256 milhões em 1º de janeiro de 2019.

A Administração da Companhia concluiu o estudo sobre os impactos dessa nova norma em suas demonstrações contábeis, que incluiu: (i) estimativa do prazo do arrendamento, considerando um período não cancelável e os períodos cobertos por opções de extensão do prazo do arrendamento, quando esse exercício depender apenas da Companhia e estiver razoavelmente certo; (ii) revisão detalhada da natureza dos diversos contratos de arrendamento inerentes ao setor de telecomunicações; (iii) uso de premissas no cálculo da taxa de desconto, que foi baseada na taxa de juros incremental do período do contrato; (iv) desenho e implementação de controles internos para capturar adequadamente modificação ou cancelamento de contratos devido ao curso do vencimento do arrendamento e identificação de novos contratos de arrendamento.

A validação de relatórios e ferramentas implementadas pela Administração da Companhia para garantir a totalidade e integridade dos contratos de arrendamento, bem como a coleta de dados apropriada e a mensuração dos saldos e transações registrados nas demonstrações contábeis foram altamente complexas devido a quantidade significativa de contratos de arrendamentos mercantil, em virtude de diversos arrendamentos de compartilhamento de infraestrutura de rede, com demais operadoras participantes do mercado, com pagamentos registrados de forma linear ao longo dos prazos dos contratos.

Além disso, existem certos aspectos da adoção do CPC 06 (R2) / IFRS 16 que requerem que a Administração exerça julgamento significativo, como a determinação da taxa incremental de empréstimo e a classificação de arrendamentos individuais com base em seus prazos contratuais.

## **Relatório do auditor independente sobre as demonstrações contábeis**

Por essas razões, a avaliação, mensuração e divulgação desse assunto foi considerada como área de foco em nossa auditoria.

### **Como nossa auditoria conduziu este assunto**

Como resposta de auditoria para este assunto, nossa abordagem incluiu, dentre outros, os seguintes procedimentos: (i) análise e inspeção dos contratos vigentes na data de adoção e celebrados em 2019, a fim de avaliar se a população de arrendamentos está completa; (ii) comparação do contrato incluído na população fornecida pelo departamento de compras com os contratos considerados no escopo da nova norma contábil, verificando a possível existência de contratos que não estão sendo considerados; (iii) testes em base de amostragem, para garantir se os dados utilizados pela Companhia na mensuração dos valores de arrendamento, são consistentes com os contratos originais; (iv) se a adequação da taxa de desconto utilizada pela Companhia está consistente com a norma contábil; (v) a adequação do modelo utilizado pela Companhia para determinar os passivos de arrendamento; (vi) avaliação das divulgações efetuadas nas demonstrações contábeis.

Baseados nos resultados dos procedimentos de auditoria efetuados, que estão consistentes com a avaliação da Administração, consideramos aceitáveis os critérios e as estimativas da Administração, assim como a respectivas divulgações nas Notas Explicativas nº 2, 13 e 15, no contexto das demonstrações contábeis tomadas em conjunto

### **Outros assuntos**

#### **Demonstrações do valor adicionado**

As demonstrações do valor adicionado (DVA) referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2019, elaboradas sob a responsabilidade da administração da Companhia, e apresentadas como informação suplementar para fins de IFRS, foram submetidas a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações contábeis da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essas demonstrações estão conciliadas com as demonstrações contábeis e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico NBC TG 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, essas demonstrações do valor adicionado foram adequadamente elaboradas, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e são consistentes em relação às demonstrações contábeis tomadas em conjunto.

#### **Auditoria dos valores correspondentes**

As demonstrações contábeis da TIM S.A. para o exercício findo em 31 de dezembro de 2018, foram auditadas por outro auditor independente que emitiu, em 20 de Março de 2019, com uma opinião sem modificação sobre essas demonstrações contábeis.

## **Relatório do auditor independente sobre as demonstrações contábeis**

### **Outras informações que acompanham as demonstrações contábeis e o relatório do auditor**

A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações contábeis não abrange o Relatório da administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações contábeis, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações contábeis ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

### **Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações contábeis**

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia e suas controladas são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

### **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis**

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

## **Relatório do auditor independente sobre as demonstrações contábeis**

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia e suas controladas.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluímos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.
- Obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações contábeis. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do grupo e, conseqüentemente, pela opinião de auditoria.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que eventualmente tenham sido identificadas durante nossos trabalhos.

## **Relatório do auditor independente sobre as demonstrações contábeis**

Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações contábeis do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

Rio de Janeiro, 6 de março de 2020.

ERNST & YOUNG  
Auditores Independentes S.S.  
CRC-2SP015199/O-6

Fernando Alberto S. Magalhães  
Contador CRC-1SP133169/O-0

**TIM S.A.****BALANÇOS PATRIMONIAIS**

31 de dezembro de 2019 e 31 de dezembro de 2018

**(Em milhares de reais)**

|   | <b>Nota</b> | <b>12/2019</b>    | <b>12/2018</b>    |
|---|-------------|-------------------|-------------------|
| <b>Ativo</b>  |             | <b>39.857.182</b> | <b>31.368.450</b> |
| <b>Circulante</b>                                     |             | <b>8.418.034</b>  | <b>5.943.224</b>  |
| Caixa e equivalentes de caixa                         | 4           | 2.284.048         | 1.075.363         |
| Títulos e valores mobiliários                         | 5           | 642.312           | 771.464           |
| Contas a receber de clientes                          | 6           | 3.182.935         | 2.838.363         |
| Estoques  | 7           | 203.278           | 183.059           |
| Impostos, taxas e contribuições indiretos a recuperar | 8           | 420.284           | 280.254           |
| Impostos, taxas e contribuições diretos a recuperar   | 9           | 1.366.809         | 302.228           |
| Despesas antecipadas                                  | 11          | 173.139           | 269.599           |
| Instrumentos financeiros derivativos                  | 36          | 16.602            | 50.769            |
| Arrendamento mercantil financeiro                     | 15          | 4.931             | 22.491            |
| Outros valores a compensar                            | 16          | 33.090            | 41.612            |
| Outros ativos   |             | 90.606            | 108.022           |
| <b>Não Circulante</b>                                 |             | <b>31.439.148</b> | <b>25.425.226</b> |
| <b>Realizável a longo prazo</b>                       |             | <b>4.526.228</b>  | <b>3.907.171</b>  |
| Títulos e valores mobiliários                         |             | 3.849             | 5.229             |
| Contas a receber de clientes                          |             | 103.075           | 130.308           |
| Impostos, taxas e contribuições indiretos a recuperar | 8           | 823.349           | 912.511           |
| Impostos, taxas e contribuições diretos a recuperar   | 9           | 2.367.608         | 558.016           |
| Imposto de renda e contribuição social diferidos      | 10          | -                 | 768.852           |
| Depósitos judiciais                                   | 12          | 919.850           | 1.213.843         |
| Despesas antecipadas                                  | 11          | 68.628            | 71.804            |
| Instrumentos financeiros derivativos                  | 36          | 29.909            | 30.639            |
| Arrendamento mercantil financeiro                     | 15          | 151.447           | 185.558           |
| Outros ativos   |             | 58.513            | 30.411            |
| <b>Imobilizado</b>                                    | <b>13</b>   | <b>17.612.164</b> | <b>11.203.622</b> |
| Intangível  | 14          | 9.300.756         | 10.314.433        |

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

**TIM S.A.****BALANÇOS PATRIMONIAIS**

31 de dezembro de 2019 e 31 de dezembro de 2018

**(Em milhares de reais)**

|  | <b>Nota</b> | <b>12/2019</b>    | <b>12/2018</b>    |
|--|-------------|-------------------|-------------------|
| <b>Total do Passivo e do Patrimônio Líquido</b>      |             | <b>39.857.182</b> | <b>31.368.450</b> |
| <b>Total do Passivo</b>                              |             | <b>17.798.375</b> | <b>11.987.661</b> |
| <b>Circulante</b>                                    |             | <b>8.135.119</b>  | <b>7.036.988</b>  |
| Fornecedores   | 17          | 3.916.048         | 4.311.604         |
| Empréstimos e financiamentos                         | 19          | 1.384.180         | 698.728           |
| Arrendamento mercantil financeiro                    | 15          | 873.068           | 205.048           |
| Instrumentos financeiros derivativos                 | 36          | 858               | 2.373             |
| Obrigações trabalhistas                              |             | 217.523           | 209.341           |
| Impostos, taxas e contribuições indiretos a recolher | 20          | 463.075           | 450.723           |
| Impostos, taxas e contribuições diretos a recolher   | 21          | 270.489           | 285.049           |
| Dividendos e juros sobre capital próprio a pagar     | 24          | 597.550           | 362.436           |
| Autorizações a pagar                                 | 18          | 88.614            | 65.464            |
| Receitas diferidas                                   | 22          | 281.930           | 406.867           |
| Outros passivos                                      |             | 41.784            | 39.355            |
| <b>Não Circulante</b>                                |             | <b>9.663.256</b>  | <b>4.950.673</b>  |
| Empréstimos e financiamentos                         | 19          | 644.908           | 964.289           |
| Instrumentos financeiros derivativos                 | 36          | 3.547             | 9.245             |
| Arrendamento mercantil financeiro                    | 15          | 6.907.802         | 1.735.026         |
| Impostos, taxas e contribuições indiretos a recolher | 20          | 2.997             | 2.772             |
| Impostos, taxas e contribuições diretos a recolher   | 21          | 212.310           | 209.880           |
| Imposto de renda e contribuição social diferidos     | 10          | 78.230            | -                 |
| Provisão para processos judiciais e administrativos  | 23          | 703.522           | 742.162           |
| Plano de pensão e outros benefícios pós emprego      | 37          | 5.782             | 2.850             |
| Autorizações a pagar                                 | 18          | 237.723           | 348.336           |
| Receitas diferidas                                   | 22          | 827.182           | 906.600           |
| Outros Passivos                                      |             | 39.253            | 29.513            |
| <b>Patrimônio Líquido</b>                            | 24          | <b>22.058.807</b> | <b>19.380.789</b> |
| Capital social                                       |             | 13.476.172        | 13.476.172        |
| Reservas de capital                                  |             | 36.154            | 33.363            |
| Reservas de lucros                                   |             | 8.550.298         | 5.873.136         |
| Ajustes de avaliação patrimonial                     |             | (3.817)           | (1.882)           |

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

**TIM S.A.****DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO**

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018 Dif

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

|   | <b>Notas</b> | <b>12/2019</b> | <b>12/2018</b> |
|---|--------------|----------------|----------------|
| Receita líquida   | 26           | 17.377.194     | 3.367.619      |
| Custos dos serviços prestados e das mercadorias vendidas                                |              | (7.433.731)    | (1.545.499)    |
| Lucro bruto   |              | 9.943.463      | 1.822.120      |
| Receitas (despesas) operacionais:   |              |                |                |
| Comercialização   | 27           | (4.986.289)    | (859.741)      |
| Gerais e administrativas  | 27           | (1.693.104)    | (339.078)      |
| Outras receitas (despesas), líquidas  | 28           | 1.322.690      | 48.685         |
|   |              | (5.356.703)    | (1.150.134)    |
| Lucro operacional   |              | 4.586.760      | 671.986        |
| Receitas (despesas) financeiras:  |              |                |                |
| Receitas financeiras  | 29           | 1.427.500      | 230.565        |
| Despesas financeiras  | 30           | (1.238.655)    | (194.365)      |
| Variações cambiais, líquidas  | 31           | (882)          | 538            |
|   |              | 187.963        | 36.738         |
| Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social                                |              | 4.774.723      | 708.724        |
| Imposto de renda e contribuição social  | 32           | (914.561)      | 825.008        |
| Lucro líquido do exercício  |              | 3.860.162      | 1.533.732      |
| <i>Lucro por ação atribuível aos acionistas da Companhia (expresso em R\$ por ação)</i> |              |                |                |
| Lucro básico por ação   | 33           | 0,09           | 0,14           |

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

**TIM S.A.**  
**DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO ABRANGENTE**  
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018  
**(Em milhares de reais)**

|  | <b>12/2019</b>   | <b>12/2018</b>   |
|--|------------------|------------------|
| Lucro líquido do exercício                         | 3.860.162        | 1.533.732        |
| Outros componentes do resultado abrangente         |                  |                  |
| Item que não será reclassificado para o resultado: |                  |                  |
| Plano de pensão e outros benefícios pós-emprego    | (2.932)          | 676              |
| Tributos diferidos                                 | 997              | (230)            |
| Total do resultado abrangente do exercício         | <u>3.858.227</u> | <u>1.534.178</u> |

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

**TIM S.A.****DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO**

Exercícios findos em 31 dezembro

**(Em milhares de reais)**

|   | Reservas de lucros |                    |               |                       |                             |                                  |             | Lucros acumulados | Total |
|---|--------------------|--------------------|---------------|-----------------------|-----------------------------|----------------------------------|-------------|-------------------|-------|
|   | Capital social     | Reserva de capital | Reserva legal | Reserva para expansão | Reserva de incentivo fiscal | Ajustes de avaliação patrimonial |             |                   |       |
| <b>Saldos em 1º. de janeiro de 2019</b>   | 13.476.172         | 33.363             | 769.187       | 3.686.091             | 1.417.858                   | (1.882)                          | -           | 19.380.789        |       |
| Impacto da adoção inicial de novos pronunciamentos contábeis                                  | -                  | -                  | -             | -                     | -                           | -                                | -           | -                 |       |
| <b>Saldos em 1º. de janeiro de 2019 ajustado</b>  | 13.476.172         | 33.363             | 769.187       | 3.686.091             | 1.417.858                   | (1.882)                          | -           | 19.380.789        |       |
| <b>Total do resultado abrangente do exercício</b>   |                    |                    |               |                       |                             |                                  |             |                   |       |
| Lucro líquido do exercício  | -                  | -                  | -             | -                     | -                           | -                                | 3.860.162   | 3.860.162         |       |
| Reflexo do valor de benefício pós-emprego lançado diretamente no patrimônio líquido (nota 37) | -                  | -                  | -             | -                     | -                           | (1.935)                          | -           | (1.935)           |       |
| <b>Total do resultado abrangente do exercício</b>   | -                  | -                  | -             | -                     | -                           | (1.935)                          | 3.860.162   | 3.858.227         |       |
| <b>Total de contribuições de acionistas e distribuições aos acionistas</b>                    |                    |                    |               |                       |                             |                                  |             |                   |       |
| Opções de compra de ações (nota 24.b)   | -                  | 2.791              | -             | -                     | -                           | -                                | -           | 2.791             |       |
| Compra de ações em tesouraria, líquida de alienações  | -                  | -                  | -             | -                     | -                           | -                                | -           | -                 |       |
| <b>Destinação do lucro líquido do exercício:</b>  |                    |                    |               |                       |                             |                                  |             |                   |       |
| Reserva legal (nota 24)   | -                  | -                  | 183.300       | -                     | -                           | -                                | (183.300)   | -                 |       |
| Juros sobre capital próprio (nota 24)   | -                  | -                  | -             | -                     | -                           | -                                | (1.183.000) | (1.183.000)       |       |
| Constituição de reserva de benefício fiscal (nota 24)   | -                  | -                  | -             | -                     | 194.161                     | -                                | (194.161)   | -                 |       |
| Constituição de reserva para expansão   | -                  | -                  | -             | 2.299.701             | -                           | -                                | (2.299.701) | -                 |       |
| <b>Total de contribuições de acionistas e distribuições aos acionistas</b>                    | -                  | 2.791              | 183.300       | 2.299.701             | 194.161                     | -                                | (3.860.162) | (1.180.209)       |       |
| <b>Saldos em 31 de dezembro de 2019</b>   | 13.476.172         | 36.154             | 952.486       | 5.985.792             | 1.612.019                   | (3.817)                          | -           | 22.058.807        |       |

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

**TIM S.A.**  
**DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO**  
 Exercícios findos em 31 de dezembro) -- continuação  
 (Em milhares de reais)

|  | Reservas de lucros |                    |               |                       |                             |                                  |                              |                               | Total      |
|--|--------------------|--------------------|---------------|-----------------------|-----------------------------|----------------------------------|------------------------------|-------------------------------|------------|
|  | Capital social     | Reserva de capital | Reserva legal | Reserva para expansão | Reserva de incentivo fiscal | Ajustes de avaliação patrimonial | Dividendo adicional proposto | (Prejuízos) lucros acumulados |            |
| <b>Saldos em 1º. de janeiro de 2018</b>                                  | 4.041.956          | 979                | -             | -                     | -                           | -                                | -                            | (2.945.523)                   | 1.097.412  |
| Impacto da adoção inicial de novos pronunciamentos contábeis (nota 2.e)  | -                  | -                  | -             | (1.562)               | -                           | -                                | -                            | -                             | (1.562)    |
| <b>Saldos em 1º. de janeiro de 2018 ajustado</b>                         | 4.041.956          | 979                | -             | (1.562)               | -                           | -                                | -                            | (2.945.523)                   | 1.095.850  |
| Total do resultado abrangente do exercício                               |                    |                    |               |                       |                             |                                  |                              |                               |            |
| Lucro líquido do exercício   |                    |                    |               |                       |                             |                                  |                              | 1.533.732                     | 1.533.732  |
| Valor de benefício pós-emprego lançado diretamente no patrimônio líquido | -                  | -                  | -             | -                     | -                           | 446                              | -                            | -                             | 446        |
| Total do resultado abrangente do exercício                               | -                  | -                  | -             | -                     | -                           | 446                              | -                            | 1.533.732                     | 1.534.178  |
| Total de contribuições de acionistas e distribuições aos acionistas      |                    |                    |               |                       |                             |                                  |                              |                               |            |
| Incorporação de sociedade do Grupo TIM (Notas 1 e 24 (a))                | 9.434.216          | 30.699             | 643.437       | 4.346.485             | 1.377.900                   | (2.328)                          | -                            | 1.127.705                     | 16.958.114 |
| Opções de compra de ações (nota 24.b)                                    | -                  | 1.685              | -             | -                     | -                           | -                                | -                            | -                             | 1.685      |
| Destinação do lucro líquido do exercício:                                |                    |                    |               |                       |                             |                                  |                              |                               |            |
| Reserva legal (nota 24)  | -                  | -                  | 125.750       | -                     | -                           | -                                | -                            | (125.750)                     | -          |
| Juros sobre capital próprio (nota 24)                                    | -                  | -                  | -             | -                     | -                           | -                                | -                            | (209.038)                     | (209.038)  |
| Constituição de reserva de benefício fiscal (nota 24)                    | -                  | -                  | -             | -                     | 39.958                      | -                                | -                            | (39.958)                      | -          |
| Absorção de prejuízos acumulados   | -                  | -                  | -             | (658.832)             | -                           | -                                | -                            | 658.832                       | -          |
| Total de contribuições de acionistas e distribuições aos acionistas      | 9.434.216          | 32.384             | 769.187       | 3.687.653             | 1.417.858                   | (2.328)                          | -                            | 1.411.791                     | 16.750.761 |
| <b>Saldos em 31 de dezembro de 2018</b>                                  | 13.476.172         | 33.363             | 769.187       | 3.686.091             | 1.417.858                   | (1.882)                          | -                            | -                             | 19.380.789 |

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

**TIM S.A.**  
**DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA**  
**Exercícios findos em 31 de dezembro**  
**(Em milhares de reais)**

|   | Nota | 2019              | 2018             |
|---|------|-------------------|------------------|
| <b>Atividades operacionais</b>  |      |                   |                  |
| Lucro antes do Imposto de renda e da Contribuição social                                    |      | 4.774.723         | 708.724          |
| Ajustes para reconciliar o resultado ao caixa líquido gerado pelas atividades operacionais: |      |                   |                  |
| Depreciação e amortização   |      | 5.128.981         | 843.811          |
| Valor residual de ativos imobilizados e intangíveis baixados                                |      | 32.412            | 2.067            |
| Juros das obrigações decorrentes de desmobilização de ativos                                |      | 226               | 116              |
| Provisão para processos administrativos e judiciais   | 23   | 498.698           | 200.053          |
| Atualização monetária sobre depósitos e processos administrativos e judiciais               |      | 149.631           | 117.133          |
| Juros, variação monetária e cambial sobre empréstimos e outros ajustes financeiros          |      | (1.062.473)       | (180.573)        |
| Juros sobre arrendamento mercantil passivo  | 30   | 821.463           | 44.947           |
| Juros sobre arrendamento mercantil ativo  | 29   | (6.422)           | (4.271)          |
| Perdas por créditos de liquidação esperada  | 27   | 748.291           | 93.933           |
| Opções de compra de ações   | 24   | 2.791             | 1.685            |
|   |      | <b>11.088.321</b> | <b>1.827.625</b> |
| <b>Redução (aumento) dos ativos operacionais</b>  |      |                   |                  |
| Contas a receber de clientes  |      | (1.025.731)       | (327.146)        |
| Impostos e contribuições a recuperar  |      | (1.618.971)       | (169.683)        |
| Estoques  |      | (20.219)          | (44.999)         |
| Despesas antecipadas  |      | 99.636            | 81.162           |
| Depósitos judiciais   |      | 252.045           | 9.899            |
| Outros ativos   |      | 2.093             | 41.152           |
| <b>Aumento (redução) dos passivos operacionais</b>  |      |                   |                  |
| Obrigações trabalhistas   |      | 8.182             | (28.690)         |
| Fornecedores  |      | (396.388)         | 1.117.213        |
| Impostos, taxas e contribuições   |      | 56.781            | 29.170           |
| Autorizações a pagar  |      | (100.182)         | 2.579            |
| Pagamentos de processos judiciais e administrativos   | 23   | (645.021)         | (80.133)         |
| Receitas diferidas  |      | (204.355)         | (24.067)         |
| Outros passivos   |      | (101.507)         | (21.337)         |
| <b>Caixa gerado pelas operações</b>   |      | <b>7.394.684</b>  | <b>2.412.745</b> |
| Imposto de renda e contribuição social pagos  |      | (161.505)         | (37.480)         |
| <b>Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais</b>                                   |      | <b>7.233.179</b>  | <b>2.375.265</b> |

**TIM S.A.**  
**DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA**  
**Exercícios findos em 31 de dezembro**  
**(Em milhares de reais)**

|   | Nota | 2019               | 2018             |
|---|------|--------------------|------------------|
| <b>Atividades de investimentos</b>  |      |                    |                  |
| Títulos e valores mobiliários   |      | 130.532            | (400.170)        |
| Adições ao imobilizado e intangível   |      | (3.853.484)        | (1.074.984)      |
| Caixa proveniente da incorporação da TIM Celular                            |      | -                  | 586.863          |
| Recebimento de arrendamento mercantil financeiro                            |      | 9.100              | 3.867            |
| <b>Caixa líquido (aplicado nas) gerado pelas atividades de investimento</b> |      | <b>(3.713.852)</b> | <b>(884.424)</b> |
| <b>Atividades de financiamentos</b>   |      |                    |                  |
| Novos empréstimos   |      | 1.000.000          | -                |
| Amortização de empréstimos  |      | (820.149)          | (352.381)        |
| Pagamento de arrendamento mercantil financeiro                              |      | (1.585.712)        | (38.963)         |
| Instrumentos financeiros derivativos  |      | 32.761             | 6.323            |
| Dividendos e Juros sobre capital próprio pagos                              |      | (937.542)          | (228.917)        |
| <b>Caixa líquido aplicado nas atividades de financiamentos</b>              |      | <b>(2.310.642)</b> | <b>(613.938)</b> |
| <b>Aumento (redução) em caixa e equivalentes de caixa</b>                   |      | <b>1.208.685</b>   | <b>876.903</b>   |
| <b>Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício</b>                 |      | <b>1.075.363</b>   | <b>198.460</b>   |
| <b>Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício</b>                  |      | <b>2.284.048</b>   | <b>1.075.363</b> |

|  | 12/2019 | 12/2018 |
|--|---------|---------|
| <u>Informações suplementares dos fluxos de caixa</u> |         |         |
| Juros pagos  | 881.740 | 74.731  |

|   | 12/2019     | 12/2018  |
|---|-------------|----------|
| <u>Transações que não envolvem caixa</u>                  |             |          |
| Adições ao imobilizado e intangível - sem efeito no caixa | (6.653.985) | (10.724) |
| Aumento das obrigações de leasing - sem efeito no caixa   | 6.653.985   | 10.724   |

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

**TIM S.A.**  
**DEMONSTRAÇÃO DO VALOR ADICIONADO**  
**Exercícios findos em 31 de dezembro**  
**(Em milhares de reais)**

|  | <b>12/2019</b>     | <b>12/2018</b>     |
|--|--------------------|--------------------|
| <b>Receitas</b>                                      |                    |                    |
| Receita operacional bruta                            | 25.182.832         | 4.917.990          |
| Outras receitas                                      | 1.795.000          | -                  |
| Perdas por créditos de liquidação duvidosa           | (748.291)          | (93.933)           |
| Descontos concedidos, devoluções e outros            | (2.865.658)        | (548.410)          |
|  | <u>23.363.883</u>  | <u>4.275.647</u>   |
| <b>Insumos adquiridos de terceiros</b>               |                    |                    |
| Custos dos serviços prestados e mercadorias vendidas | (2.575.465)        | (681.811)          |
| Materiais, energia, serviços de terceiros e outros   | (3.294.866)        | (423.453)          |
|  | <u>(5.870.331)</u> | <u>(1.105.264)</u> |
| <b>Retenções</b>                                     |                    |                    |
| Depreciação e amortização                            | (5.128.981)        | (843.811)          |
| Valor adicionado líquido produzido                   | <u>12.364.571</u>  | <u>2.326.572</u>   |
| Valor adicionado recebido em transferência           |                    |                    |
| Receitas financeiras                                 | 1.515.657          | 259.092            |
|  | <u>1.515.657</u>   | <u>259.092</u>     |
| Valor adicionado total a distribuir                  | <u>13.880.228</u>  | <u>2.585.664</u>   |
| <b>Distribuição do valor adicionado</b>              |                    |                    |
| <b>Pessoal e encargos</b>                            |                    |                    |
| Remuneração direta                                   | 511.231            | 106.516            |
| Benefícios   | 177.944            | 34.663             |
| F.G.T.S  | 58.169             | 11.409             |
| Outros   | 105.673            | 56.260             |
|  | <u>853.017</u>     | <u>208.848</u>     |
| <b>Impostos, taxas e contribuições</b>               |                    |                    |
| Federais   | 3.048.980          | (380.565)          |
| Estaduais  | 3.907.156          | 767.596            |
| Municipais   | 111.860            | 17.011             |
|  | <u>7.067.996</u>   | <u>404.042</u>     |
| <b>Remuneração de Capitais de Terceiros</b>          |                    |                    |
| Juros  | 1.326.073          | 222.163            |
| Aluguéis   | 768.773            | 214.645            |
|  | <u>2.094.846</u>   | <u>436.808</u>     |
| <b>Outros</b>  |                    |                    |
| Investimento social                                  | 4.207              | 2.234              |
|  | <u>4.207</u>       | <u>2.234</u>       |
| <b>Remuneração de Capital Próprio</b>                |                    |                    |
| Dividendos e JCP                                     | 1.183.000          | 209.038            |
| Lucros retidos                                       | 2.677.162          | 1.324.694          |
|  | <u>3.860.162</u>   | <u>1.533.732</u>   |

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

## 1. Panorama Econômico e Industrial

### 1.1. Ambiente Macroeconômico

No ano de 2019, o cenário macroeconômico brasileiro foi marcado por não atender às expectativas do mercado, apesar de ter fechado o ano com clima otimista diante de fatores, como o recorde histórico do Ibovespa, principal índice da B3 – Brasil, Bolsa, Balcão, que fechou o ano acima dos 115 mil pontos, a mínima histórica da taxa SELIC, em 4,5% ao ano, e a recuperação do setor varejista, que apesar de ter apresentado um ritmo mais lento ao longo do ano, apresentou forte aceleração ao final do período.

Tal frustração se deve ao fato de que as estimativas do mercado, no início de 2019, apontavam para um crescimento do Produto Interno Bruto (PIB) brasileiro, para o período, de 2,5%, segundo o primeiro relatório FOCUS<sup>1</sup> do ano. Contudo, o último relatório FOCUS<sup>2</sup> para o período aponta um modesto crescimento de 1,1%.

A inflação, medida pelo Índice de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), fechou o ano de 2019 em 4,31%, maior valor anual desde 2016. O IPCA registrado foi superior ao centro da meta que era de 4,25% para o ano. A inflação foi impactada, principalmente, pelo aumento no preço da carne no final do ano e pela alta de preços administrados, como combustíveis e energia elétrica.

Na frente cambial, o dólar americano apresentou uma forte valorização em relação ao Real em 2019, fechando o ano em R\$ 4,03<sup>3</sup> depois de ter atingido R\$ 4,25<sup>4</sup>, em novembro deste ano, maior valor nominal desde a implementação do Plano Real tendo apresentado forte oscilação ao longo do ano, diante de fatores como a incerteza sobre o cenário econômico brasileiro, somado a fatores internacionais, em especial à guerra comercial envolvendo EUA e China em relação a tarifação mútua sobre importações. A balança comercial fechou o ano com um superávit de US\$ 47 bilhões<sup>5</sup>, redução de 19,6% quando comparado ao ano de 2018 e o menor valor registrado em quatro anos.

Quanto ao cenário internacional, a guerra comercial entre EUA e China permaneceu em voga ao longo de 2019 e contribuiu para a volatilidade verificada nos mercados internacionais, bem como para a redução das projeções de crescimento da economia global. Tal situação, no entanto, apresentou leve arrefecimento ao final do período, haja vista que as duas principais economias globais concluíram a primeira fase de um acordo, favorecendo países emergentes, o que pode ser verificado pela significativa redução do risco-país do Brasil.

---

<sup>1</sup> Estimado pelo último relatório FOCUS emitido pelo Banco Central (BACEN) em 04 de janeiro de 2019.

<sup>2</sup> Estimado pelo último relatório FOCUS emitido pelo Banco Central (BACEN) em 06 de janeiro de 2020.

<sup>3</sup> Fonte: Banco Central.

<sup>4</sup> Fonte: Banco Central.

<sup>5</sup> Fonte: Ministério da Economia.

### 1.2. Particularidades do Setor de Telecomunicações

O setor de telecomunicações no Brasil é marcado pela grande concorrência e pela efetiva regulação da Agência Nacional de Telecomunicações, ANATEL, que tem a missão de "promover o desenvolvimento das telecomunicações do país, de modo a dotá-lo de uma moderna e eficiente infraestrutura de telecomunicações, capaz de oferecer à sociedade serviços adequados, diversificados e a preços justos, em todo o território nacional".

Contudo, tal estratégia foi impactada por um acirramento da competição no mercado brasileiro, verificado pela presença de ofertas mais agressivas sob o ponto de vista do conteúdo disponibilizado aos clientes e de uma redução no patamar dos preços praticados pelas operadoras de um modo geral, o que, de certa forma, limitou a capacidade da Companhia de repassar aumentos de custos ou de propor a adesão a ofertas de maior valor.

O setor manteve a tendência de forte crescimento no consumo de dados, exigindo das operadoras a capacidade de adaptação de suas redes, enfrentando o desafio de entregar uma infraestrutura cada vez mais robusta, em ambiente de maior racionalidade nos investimentos, como projetos como a densificação de sites, o *refarming* de frequência e a agregação de portadoras em duas ou três frequências. Além disso, a TIM segue avançando nas iniciativas de compartilhamento focada no 4G e no transporte de rede. Essa evolução da rede da Companhia permite a ampliação significativa do tráfego na rede 4G, que propicia aos seus clientes melhor experiência de uso, tanto em termos de performance, com maior velocidade de *download* e *upload* e menor latência, como em cobertura *indoor* e maior penetração.

As notícias sobre a tecnologia do 5G têm gerado discussões pelo mundo. A implantação dessa tecnologia vai trazer resultados muito expressivos, possibilitando a geração de novos modelos de negócio, incentivando uma sociedade cada vez mais conectada, além de abrir caminho para a implementação de avanços em pesquisa e desenvolvimento.

Por fim, a crescente demanda por Banda Larga Fixa consolidou a visão do acesso à internet como bem essencial à população, o que se confirmou pela evolução na base de clientes e nas adições líquidas da TIM Live.

## 2. Serviços TIM

### 2.1. Negócios

A TIM é reconhecida por sua forte marca e pela reputação de uma empresa inovadora e disruptiva, capaz de atender novos padrões de consumo ao mercado. A abordagem proativa permite à Companhia estar em uma posição de protagonismo na transformação do modelo de negócios nas telecomunicações. A mudança no perfil de uso dos clientes e o surgimento de novas tecnologias fomentam uma ruptura na indústria de telecomunicações, baseada no consumo de dados, conteúdos e serviços digitais.

O pioneirismo e a inovação nas ofertas são marcas da Companhia, que dispõe de um portfólio completo, tanto para clientes pessoas físicas como soluções corporativas para pequenas, médias e grandes empresas. Além dos tradicionais serviços de voz e dados, a TIM oferece o serviço de ultra banda larga fixa, TIM Live, e o serviço de banda larga fixa através da rede móvel, utilizando a tecnologia WTTx.

Ainda no portfólio, a Companhia oferece uma série de conteúdos e serviços digitais em seus pacotes, aumentando as funcionalidades dos dispositivos móveis no cotidiano de seus clientes. A capacidade de gerir um portfólio completo e variado dá à TIM a possibilidade de ofertar pacotes customizados aos seus clientes e propor ofertas convergentes em determinadas regiões.

Demonstrando esse diferencial, em 2019, a TIM introduziu no segmento pós-pago de alto valor o conceito de hub de entretenimento com o lançamento da oferta TIM Black Família. Com esta oferta além das funcionalidades tradicionais dos planos família (compartilhamento e controle de consumo) a Companhia buscou dar maior ênfase a conteúdos digitais (filmes, séries, músicas, jornais e revistas), buscando atender a demanda dos consumidores por novas formas de entretenimento. Hoje o TIM Black Família representa acima de 60% das vendas do pós-pago de alto valor.

Para o pré-pago a inovação veio através da simplificação das ofertas com o TIM Pré TOP. Com esta proposição a Companhia buscou dar maior visibilidade dos gastos que os clientes desse segmento tem com a utilização dos serviços além de oferecer pacote com serviços de voz e dados mais atraentes. Com esse lançamento e uma comunicação consistente a TIM voltou a ser líder em pesquisa de Top of Mind conduzidas internamente.

### 2.2. Estratégia

A estratégia da TIM, visa acelerar a transformação digital e melhorar a experiência do cliente com mais qualidade e uma proposta de valor mais atraente, aproveitando a 2ª onda de *upselling* Móvel, FTTH e outras fontes de receita (ex. B2B e serviços digitais).

Para o ano de 2019, foram planejadas 5 frentes estratégicas prioritárias focadas em seus principais *stakeholders*: seus clientes, seus colaboradores e seus acionistas.

Na visão da Companhia, essas frentes estratégicas representam 4 ondas de crescimento com capacidade para alavancar seus resultados que, somadas ao Plano de Eficiência, tem o potencial de tornar a TIM a melhor escolha de valor do mercado de telecomunicações, aumentar sua rentabilidade aos acionistas e ter colaboradores mais engajados em uma cultura centrada no cliente.

As ondas de crescimento mencionadas anteriormente são divididas nas áreas abaixo:

### Consumer:

As ações voltadas para o segmento B2C possuem abordagens distintas para os públicos pré e pós pagos. Enquanto que para o público pré-pago as ações visam a simplificação das ofertas com a consequente melhora na experiência do cliente e aumento na recorrência das recargas, para os clientes pós-pagos a abordagem baseada em valor, com estímulo à para planos superiores, somados à liderança no 4G e nas iniciativas de fidelização, são o vetor dessa onda de crescimento e buscam aumentar a rentabilidade da base de clientes e acelerar o movimento de volume para valor.

### B2B:

Com o objetivo de elevar a participação neste mercado e aumentar a representatividade desse segmento nas linhas de receita da Companhia, a TIM tem trabalhado com foco em verticais específicas, como a do agrobusiness. Com iniciativas com o ConectarAgro a intenção é levar a conectividade através da tecnologia IoT em 4G ao campo brasileiro, auxiliando na modernização e automatização das fazendas e lavouras.

### Digital:

Na frente Digital, a TIM está buscando atuar em novas fontes de receita como um provedor de plataformas (analytics, BD, publicidade móvel, serviços financeiros, etc), com vistas a ir além da simples conectividade. Adicionalmente, a inclusão de ofertas de conteúdos também foi adotada para suportar o crescimento das receitas de serviços móvel/fixo.

### Infraestrutura:

O desenvolvimento de uma infraestrutura robusta e capaz de atender demanda por capacidade e qualidade é um dos pilares do negócio da TIM bem como uma diretriz relevante para o direcionamento dos investimentos realizados pela Companhia. Neste sentido, a Companhia atua com uma abordagem de *Smart Capex*, buscando tornar os investimentos mais eficientes e proporcionando uma monetização melhor dos mesmos. Para tanto, a TIM desenvolve projetos de *refarming* de espectro para ampliar a capacidade da rede móvel, testa e implementa novas tecnologias como o 5G e antenas Massive-MIMO, fortalece sua participação no mercado de atacado de rede fixa através de parcerias e constrói de forma conjunta infraestrutura com outros players do mercado. Os resultados de ampliação de cobertura para a rede móvel em 4G e 4.5G, bem como a expansão da abrangência da rede de transporte de fibra ótica e da cobertura em FTTH são demonstrações dos resultados dessa estratégia.

### 3. Rede

Infraestrutura é um dos pilares estratégicos da Companhia e a TIM reafirma o seu compromisso de investimento em 2020, buscando oferecer mais e melhores serviços. As recentes mudanças no padrão de consumo bem como a crescente expectativa dos usuários quanto à qualidade dos serviços prestados, exigem um plano estruturado de expansão da rede, respaldado por análises técnicas mais robustas quanto ao padrão de consumo e necessidades de seus clientes, além de uma grande transformação cultural.

No âmbito da utilização do espectro, a TIM continua seu bem-sucedido projeto de *refarming* expandindo para a frequência 2,1 GHz, visando mais eficiência e melhor performance. Com relação à fibra, a Companhia segue com o projeto de expansão de rede, de forma a suportar a rede convergente de ultra banda larga, aumentando a disponibilidade do FTTH e o FTTS.

Quanto aos sites, a TIM projeta aumentar a densidade de sites a partir da utilização de Biosites, que são estruturas sustentáveis, mais baratas, mais fáceis de instalar e que não causam impacto visual nas cidades. No contexto de big data, a Companhia segue numa constante evolução de suas ferramentas de análise a partir de bases mais completas e abordagem proativa, visando um direcionamento mais eficiente dos investimentos.

No que tange à cultura corporativa, as novas tecnologias e as expectativas dos clientes provocam uma ruptura no modelo tradicional das operadoras de telecomunicações. Nesse cenário, a TIM visa desenvolver, motivar e engajar seus colaboradores com vistas a atuarem em um ambiente dinâmico, inovador e colaborativo, a partir de um modelo operacional ágil e flexível.

#### 3.1. Cobertura Nacional

A infraestrutura da TIM tem um alcance nacional, cobrindo aproximadamente 94% da população urbana brasileira, com presença em aproximadamente 3.500 cidades. A Companhia também possui uma ampla cobertura de dados, mantendo a sua posição de liderança em cobertura 4G no país.

Do total de R\$ 3,85 bilhões investidos em 2019, 93,4% foram alocados apenas em rede e tecnologia de informação, em linha com o praticado nos anos anteriores e com o objetivo de atender à crescente evolução do consumo de dados. A melhoria e o crescimento da infraestrutura estão apoiados em diferentes projetos, dentre eles se destacam a expansão da rede de fibra ótica (*backbone*, *backhaul* e FTTH), densificação de sites, *refarming* de frequência e agregação de portadoras em duas ou três frequências (conforme localidade). Além disso, a TIM vem avançando nas iniciativas de compartilhamento focada no 4G e no transporte de rede.

Em relação aos principais projetos em andamento focados na modernização e melhoria contínua de nossa infraestrutura, destacamos:

- Ampliação do *refarming* da frequência de 2,1 GHz no 4G, atingindo aproximadamente 298 cidades;
- Projeto de virtualização de infraestrutura;
- Instalação de múltiplos data centers para melhorar experiência (35 ao final do 4T), sendo 14 DCC (Data Center Core) e 21 DCE (Data Center Edge);
- Expansão do VoLTE, disponível em mais de 3.400 cidades;
- Assinatura de acordos com a Vivo voltados para o compartilhamento de infraestrutura de rede móvel 2G, 3G e 4G;
- Implementação dos "5G Living Lab TIM" - centros de referência na realização de testes do 5G com foco em promover a aplicabilidade da tecnologia e explorar as oportunidades de novos modelos de negócio;

## RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO E ANÁLISE DOS RESULTADOS DE 2019

- Expansão da capacidade de rede através da solução *Massive MIMO*;
- Consolidação da rede *NB-IoT* presente em mais de 3.300 municípios, cobertura que habilitará a criação de soluções *IoT* não apenas nas grandes cidades, como também em municípios mais afastados das capitais, sendo a TIM pioneira ao lançar simultaneamente esta plataforma com tamanha abrangência, com o intuito de alavancar o ecossistema de desenvolvedores de soluções.

A liderança na cobertura 4G foi mantida pela TIM, alcançando 3.477 cidades, ou 94% da população urbana do país ao final de 2019, registrando expansão de 36% A/A nos elementos de rede nessa tecnologia no período.

Adicionalmente, o uso da frequência de 700MHz no desenvolvimento da rede LTE continua a evoluir, proporcionando uma significativa melhora na experiência de uso dos clientes tanto em termos de performance, com maior velocidade de download e upload e menor latência, como em cobertura indoor, maior penetração.

| DESCRIÇÃO                            | 2019         |
|--------------------------------------|--------------|
| <b>Cidades 4G</b>                    | <b>3.477</b> |
| das quais 700 Mhz habilitadas        | 2.313        |
| das quais VoLTE habilitadas          | 3.401        |
| <b>População Urbana Coberta (4G)</b> | <b>94%</b>   |
| das quais 700 Mhz habilitadas        | 81%          |
| das quais VoLTE habilitadas          | 93%          |
| Cidades 3G                           | 3.283        |
| População Urbana Coberta (3G)        | 92%          |

**Ao final do ano, a TIM possuía um total de 19.812 sites**, sendo 61% conectados através de *backhaul* de alta capacidade, para o mesmo período.

Em relação a infraestrutura de transporte, a **Companhia alcançou 100 mil km fibra ótica para *backbone* e *backhaul***, um avanço de 11,9% A/A.

A cobertura de banda larga fixa residencial segue evoluindo, com 2,3 milhão de domicílios em FTTH, 3,6 milhões em FTTC, perfazendo um total de 5,5 milhões de domicílios em 25 cidades<sup>6</sup>.

O desenvolvimento da infraestrutura também está alinhado com os valores de responsabilidade social corporativa da Companhia. A TIM continua com o projeto de instalação de *Biosites*, uma solução para densificação da rede de acesso móvel (antenas/torres) com baixíssimo impacto visual.

Além de contribuir para a harmonização com o meio ambiente e com a infraestrutura urbana – multifuncionalidade capaz de agregar além da transmissão de telecomunicações, iluminação e câmeras de segurança – essas estruturas são de menor custo e mais rápida instalação. **Ao final de 2019, a TIM alcançou um total de 1.582 *Biosites* ativos.**

<sup>6</sup> Rio de Janeiro (RJ), São Gonçalo (RJ), Nilópolis (RJ), Nova Iguaçu (RJ), São João do Meriti (RJ), Duque de Caxias (RJ), São Paulo (SP), Mauá (SP), Poá (SP), Suzano (SP), Francisco Morato (SP), Franco da Rocha (SP), Diadema (SP), Salvador (BA), Lauro de Freitas (BA), Camaçari (BA), Feira de Santana (BA), Recife (PE), Goiânia (GO), Aparecida de Goiânia (GO), Anápolis (GO) e Manaus (AM).

## RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO E ANÁLISE DOS RESULTADOS DE 2019

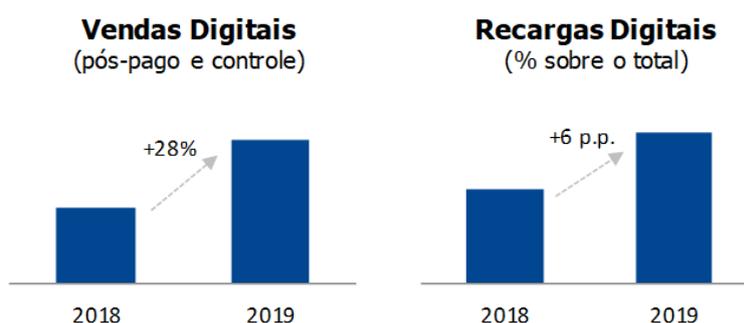
Atualmente, a Companhia detém autorização de uso de mais de 110 MHz em espectro, sendo 36 MHz em frequências abaixo de 1 GHz, distribuídos da seguinte forma:

| Média de Espectro Ponderada por População |         |         |           |           |           |
|---|---------|---------|-----------|-----------|-----------|
| 700 MHz                                   | 850 MHz | 900 MHz | 1.800 MHz | 2.100 MHz | 2.500 MHz |
| 20  | 11      | 5       | 35        | 22        | 20        |

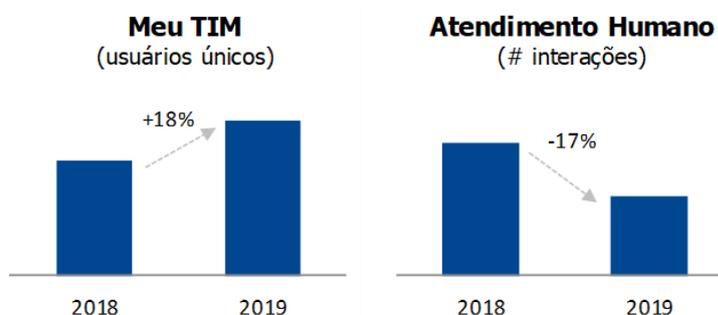
### 3.2. Qualidade e Experiência do Usuário

Ao longo de 2019, a TIM acelerou em diversas iniciativas inovadoras de transformação digital, tais como: (i) desenvolvimento de soluções com o uso de inteligência artificial visando operar com maior eficiência em seus canais de venda, atendimento e comunicação; (ii) novas soluções que trazem maior empoderamento ao usuário, por meio de nossa mentalidade de *self-caring*, *self-provision* e *self-healing*. Com base nessa perspectiva, nossos resultados no ano comprovam que temos obtido sucesso nesse processo.

As vendas através de canais digitais, no pós-pago e controle *consumer* apresentaram crescimento de 28% A/A em 2019. Enquanto isso, o *mix* de recargas eletrônicas segue ganhando maior relevância entre os canais de vendas, com crescimento de 6 p.p. em 2018.



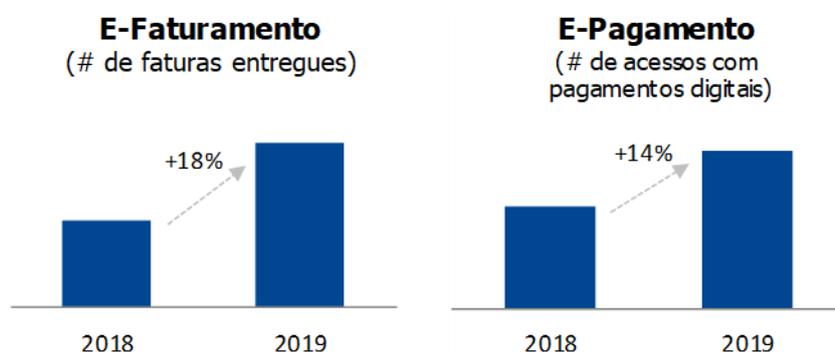
Visando oferecer a melhor experiência em atendimento, o aplicativo Meu TIM apresentou resultados consistentes durante o ano, simplificando os processos de *caring* – reduzindo, assim, a comunicação por meio de *call centers* – e dando maior transparência e controle aos clientes no momento de gerenciarem seus planos. Dessa forma, em 2019, o crescimento de 18% A/A do número de usuários únicos na plataforma, junto a redução de 17% A/A nas interações via atendimento humano, reforçam a importância desse canal.



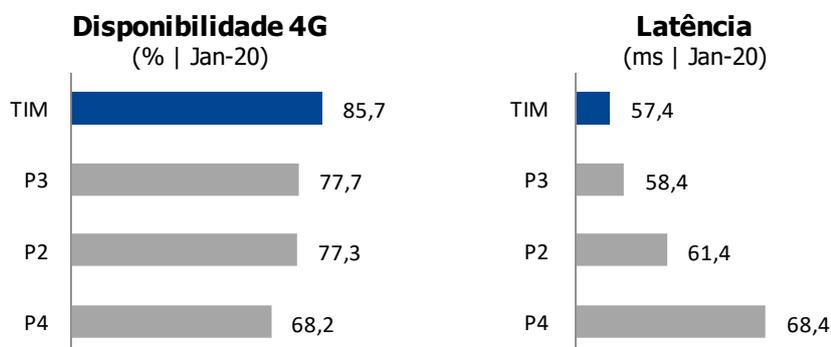
Da mesma forma, os mecanismos digitais de faturamento e pagamento mantiveram seu ritmo de crescimento durante 2019. As faturas entregues por canais digitais apresentaram aumento de 18% A/A, enquanto o número de acessos realizando pagamentos por meio de canais digitais evoluiu 14% A/A. Além disso, nesse

## RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO E ANÁLISE DOS RESULTADOS DE 2019

ano, a TIM também ofereceu a seus clientes soluções por um novo canal digital: a possibilidade de fazer recargas e consultas de saldo e franquia, além do recebimento de fatura através do WhatsApp.



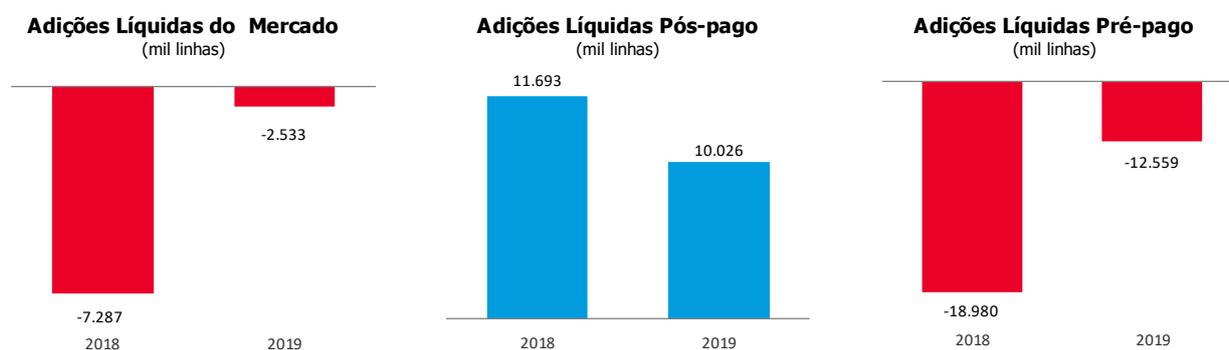
Como resultado dessa evolução, **o tráfego de dados no 4G ultrapassou os 85% do total** (uma alta de 9 p.p.) em comparação com o ano anterior. Esse importante marco garantiu que a TIM atestasse mais uma vez a qualidade superior de sua rede 4G, conforme notícia veiculada pelo Tecnoblog em Jan/20. Isso significa que os nossos clientes navegaram através do 4G com maior frequência – 85,7% do seu tempo conectado (desempenho 8 p.p. acima da segunda colocada). Além disso, a Companhia obteve a **liderança também no indicador de latência, com 57,4 ms**, que corresponde ao tempo que a informação leva para ser enviada ao usuário.



## 4. Desempenho Operacional

### 4.1. Panorama do Mercado Brasileiro

O mercado móvel brasileiro apresentou retração no total de acessos pelo 19º trimestre consecutivo. A dinâmica de consolidação de *SIM Cards* do pré-pago continuou a ser observada no 4T19. Apesar deste fator, intensificado pelo efeito sazonal de maiores desconexões no último trimestre do ano, a redução de 13,0 milhões de acessos nos últimos 12 meses foi o melhor desempenho relativo para o segmento em 5 anos. As adições líquidas do pós-pago atingiram 10,0 milhões de acessos no acumulado do ano. Pouco mais da metade deste resultado foi originado por linhas humanas (*ex-M2M*), cuja contribuição positiva para o setor vem desacelerando A/A desde o 2T18, atingindo neste período o menor patamar desde o final de 2016, +6,5% A/A.



Fonte: Anatel

### 4.2. Desempenho da TIM

**A TIM encerrou 2019 com uma base de 54,4 milhões de linhas ativas**, uma redução de 2,6% A/A. Apesar do sólido desempenho no pós-pago, a desconexão no pré-pago impactou negativamente a base total.

**A base de clientes pós-pago totalizou 21,5 milhões de usuários** no final de 2019, aumento de 6,1% na comparação anual, adicionando 1,2 milhão de clientes à base, que teve como principal razão de crescimento as novas ativações.

**No pré-pago, a base totalizou 33,0 milhões de clientes ao final de 2019.** As desconexões líquidas acumularam 2,7 milhões de linhas no ano, consequência da dinâmica do pré-pago, caracterizada simultaneamente por elevados volumes de ativações e cancelamentos. Neste sentido, o lançamento do TIM Pré Top mostrou-se uma estratégia acertada, trazendo consistência na oferta e traduzindo-se em uma melhora nas aquisições recorrentes, em um aumento nos gastos por recarregador e em uma melhora da percepção dos clientes.

#### Detalhamento da base de clientes por tecnologia:

- **O 4G finalizou o período com 38,6 milhões de usuários.** Na comparação anual, o crescimento foi de +12,0%, explicado pela migração dos usuários 3G para o 4G;
- A base de M2M e Terminais de dados fechou o trimestre com 3,6 milhões de linhas, +67,5% A/A.

### 4.3. Segmento Fixo

**A base da TIM Live totalizou 566 mil acessos em 2019**, crescimento de 21,1% na comparação anual. As adições líquidas foram de 99 mil clientes no acumulado do ano, sendo 119 mil em tecnologia FTTH (*Fiber To The Home*).

A TIM Live continua com seu foco no investimento para expansão de tecnologia de conexão com ofertas de maior velocidade e ótima estabilidade. Até dezembro, a Companhia já possuía 25 cidades, estando presente em 23 delas com o FTTH.

## RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO E ANÁLISE DOS RESULTADOS DE 2019

### 5. Desempenho Financeiro

Para representar melhor o desempenho financeiro e tendências comerciais, a TIM normaliza algumas linhas da sua Demonstração de Resultados, eliminando o impacto de elementos não-recorrentes. Estes movimentos são apontados quando requeridos.

A análise dos resultados financeiros reportados abaixo compara os 12 meses do ano de 2019 da TIM S.A. com o resultado de 2018 onde apenas 2 meses (novembro e dezembro) considerando 10 (dez) meses de operação stand-alone e 2 (dois) meses com a inclusão da TIM Celular, após conclusão da sua incorporação., realizada em 31 de outubro de 2018.

#### 5.1. Receita Operacional

| DESCRIÇÃO                  | 2019          | 2018         | % A/A         |
|----------------------------|---------------|--------------|---------------|
| R\$ milhões                |               |              |               |
| <b>Receita Líquida</b>     | <b>17.377</b> | <b>3.368</b> | <b>416,0%</b> |
| <b>Receita de Serviços</b> | <b>16.597</b> | <b>3.187</b> | <b>420,7%</b> |
| Serviço Móvel              | 15.648        | 2.698        | 480,0%        |
| Serviço Fixo               | 949           | 489          | 93,9%         |
| <b>Receita de Produtos</b> | <b>780</b>    | <b>180</b>   | <b>332,5%</b> |

No acumulado de 2019, a **Receita Líquida** alcançou **R\$ 17.377 milhões**, suportada majoritariamente pela **Receita Líquida de Serviço Móvel**.

**O detalhamento da Receita Líquida e outros destaques são apresentados a seguir:**

**A Receita do Serviço Móvel (RSM) atingiu R\$ 15.648 milhões** no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2019. O crescimento desta linha foi resultado, principalmente, da dinâmica do ARPU móvel (Receita Média Mensal Por Usuário), influenciado principalmente pelo maior dispêndio por cliente no pré-pago, além dos esforços contínuos da companhia em monetizar sua base de clientes pós pago através das migrações para planos de maior valor.

**A Receita de Serviço Fixo totalizou R\$ 949 milhões** ao final do exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2019, impulsionada pelo crescimento da TIM Live mais que compensando a queda na receita de outros negócios do segmento fixo.

**A Receita de Produtos totalizou R\$ 780 milhões**, refletindo o melhor *mix* de vendas contribuindo para a elevação do preço médio dos aparelhos vendidos, compensando um volume de vendas inferior.

## RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO E ANÁLISE DOS RESULTADOS DE 2019

### 5.2. Custos e Despesas Operacionais

| DESCRIÇÃO                               | 2019           | 2018           | % A/A         |
|---|----------------|----------------|---------------|
| R\$ milhões                             |                |                |               |
| <b>Custos da Operação</b>               | <b>(8.977)</b> | <b>(1.852)</b> | <b>384,8%</b> |
| Pessoal                                 | (1.051)        | (247)          | 325,4%        |
| Comercialização                         | (3.428)        | (594)          | 476,6%        |
| Rede e Interconexão                     | (3.510)        | (658)          | 433,2%        |
| Gerais e Administrativos                | (631)          | (115)          | 449,7%        |
| Custo de Mercadorias Vendidas (CMV)     | (932)          | (192)          | 385,4%        |
| Provisão para Devedores Duvidosos       | (748)          | (94)           | 696,6%        |
| Outras receitas (despesas) operacionais | 1.324          | 49             | 2611,1%       |

Os Custos e Despesas Reportados no ano de 2019 totalizaram R\$ 8.977 milhões, aumento significativo de 384,8% reflexo da incorporação da TIM Celular pela TIM S.A..

### 5.3. Do EBITDA ao Lucro Líquido

| DESCRIÇÃO                            | 2019           | 2018         | % A/A          |
|--------------------------------------|----------------|--------------|----------------|
| R\$ milhões                          |                |              |                |
| <b>EBITDA</b>                        | <b>8.400</b>   | <b>1.516</b> | <b>454,2%</b>  |
| Margem EBITDA Reportada              | 48,3%          | 45,0%        | 3,3p.p.        |
| <b>Depreciação &amp; Amortização</b> | <b>(4.189)</b> | <b>(844)</b> | <b>396,4%</b>  |
| <b>Resultado Financeiro Líquido</b>  | <b>780</b>     | <b>37</b>    | <b>2023,9%</b> |
| <b>Lucro antes dos impostos</b>      | <b>4.992</b>   | <b>709</b>   | <b>604,3%</b>  |
| Imposto de renda e cont. social      | (988)          | 825          | n.a.           |
| <b>Lucro Líquido</b>                 | <b>4.003</b>   | <b>1.534</b> | <b>161,0%</b>  |

#### EBITDA

O EBITDA totalizou R\$ 8,4 bilhões em 2019. O crescimento se deve devido ao (i) crescimento da Receita de Serviço Móvel, (ii) aceleração no crescimento da receita do serviço fixo e (iii) manutenção de um forte controle de custos/despesas.

#### Depreciação e Amortização (D&A) / EBIT

D&A foi de R\$ 4.189 milhões em 2019, crescimento de 396,4% em relação ao ano de 2018.

#### Resultado Financeiro Líquido

O Resultado Financeiro Reportado foi positivo em R\$ 780 milhões em 2019, uma melhora de R\$ 744 milhões se comparado ao mesmo período em 2018.

## RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO E ANÁLISE DOS RESULTADOS DE 2019

### Imposto De Renda E Contribuição Social

O Imposto de Renda e Contribuição Social foi negativo em R\$ 988 milhões, em 2019, uma piora em relação ao ano anterior quando houve um crédito fiscal de R\$ 950 milhões decorrentes da incorporação da TIM Celular pela TIM S.A.

### Lucro Líquido

O **Lucro Líquido foi de aproximadamente R\$ 4,0 bilhões em 2019**, aumento de 161,0% em relação ao de 2018.

### 5.4. Fluxo de Caixa, Dívida e CAPEX

| DESCRIÇÃO                         | 2019           | 2018           | % A/A         |
|-----------------------------------|----------------|----------------|---------------|
| R\$ milhões                       |                |                |               |
| EBITDA                            | 8.400          | 1.516          | 454,1%        |
| Capex                             | (3.853)        | (1.075)        | 258,5%        |
| <b>EBITDA - Capex</b>             | <b>4.547</b>   | <b>441</b>     | <b>930,9%</b> |
| <b>Capital de Giro</b>            | <b>(1.094)</b> | <b>(1.646)</b> | <b>-33,6%</b> |
| <b>Fluxo de Caixa Operacional</b> | <b>3.453</b>   | <b>(1.205)</b> | <b>n.a.</b>   |

### CAPEX

Em 2019, os investimentos totalizaram R\$ 3.853 milhões e foram destinados, principalmente a projetos de TI, tecnologia 4G através do 700MHz, rede de transporte e expansão do FTTH.

### FLUXO DE CAIXA

O Fluxo de Caixa Operacional Livre (FCOL), foi positivo em R\$ 3.453 milhões no ano de 2019, resultado de um menor capital de giro, ocasionado, majoritariamente, por uma redução das contas de Fornecedores, além do aumento no contas a receber resultado de uma maior base de receita oriunda do segmento pós-pago.

### CAIXA E DÍVIDA

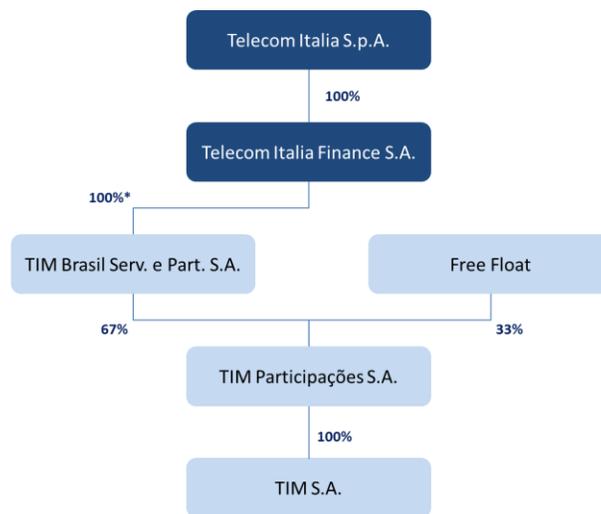
A Dívida Bruta no final de 2019 ficou em R\$ 3.415 milhões, um crescimento de R\$ 80 milhões A/A. O saldo atual inclui (i) o reconhecimento de *leasing* no valor total de R\$ 1.428 milhões (relacionado à venda de torres, projeto LT Amazonas e outros *leasings* financeiros) e (ii) a posição de *hedge* no valor de R\$ 42 milhões (reduzindo a dívida bruta).

A dívida da TIM está concentrada em contratos de longo prazo (59% do total), composta principalmente por financiamentos com o BNDES e Debêntures. Aproximadamente 11% da dívida

## RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO E ANÁLISE DOS RESULTADOS DE 2019

total é denominada em moeda estrangeira (USD), sendo totalmente protegida por *hedge* para moeda local. O custo médio da dívida excluindo o *leasing* foi de 5,7% a.a., uma redução quando comparado ao custo de 8,2% a.a. de 2018.

### 6. Estrutura Acionária



\* Telecom Italia S.p.A. detém uma ação da TIM Brasil Serv. E Part. S.A.

A Companhia encerrou 2019 com capital social no montante de R\$ 13.476.171.764,87, representado por 42.296.789.606 ações ordinárias. A TIM Participações S.A. detém o controle acionário da TIM S.A. com 100% das ações.

### 7. Eventos do Exercício e Subsequentes

#### FITCH atribuiu rating inicial “AAA (BRA)” a TIM

No dia 10 de fevereiro de 2020, a agência de classificação de risco Fitch Ratings (“Fitch”) atribuiu à Companhia o Rating Inicial de Longo Prazo em Escala Nacional “AAA(bra)”, com perspectiva estável. Na visão da Fitch, o rating inicial da TIM reflete o seu forte perfil de negócios, apoiado em sua relevante participação no setor de telefonia móvel, bem como em relação aos seus conservadores indicadores financeiros, com reduzida alavancagem financeira e robusta posição de liquidez. A avaliação incorpora, ainda, a expectativa de que a Companhia apresente um crescente fluxo de caixa das operações e aponta que a empresa está preparada para lidar com o competitivo e regulado setor de telecomunicações no Brasil.

## RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO E ANÁLISE DOS RESULTADOS DE 2019

### Contrato de financiamento com o Banco do Nordeste do Brasil

Em 31 de janeiro de 2020, a TIM S.A., subsidiária integral da Companhia assinou um contrato de financiamento com o Banco do Nordeste do Brasil, no montante total de R\$752.479, sendo: (i) R\$325.071 ao custo de IPCA + 1,4386% e sujeito a bônus de adimplência de 15%; e, (ii) R\$427.408 ao custo de IPCA + 1,7582% e sujeito a bônus de adimplência de 15%. O objetivo da linha de crédito é financiar o Capex da região Nordeste e norte dos estados de Minas Gerais e Espírito Santo do período de 2019 a 2022 com prazo total de pagamento de 8 anos, sendo 3 anos de carência e 5 anos de amortização. A operação será garantida por (i) fiança bancária proporcional a 100% do valor de cada desembolso; e (ii) vinculação de recebíveis proporcional a 5% do valor de cada desembolso. Até a presente data, não houve quaisquer desembolsos.

### Pedido de registro na categoria “A” da TIM S.A na CVM

Em 28 de outubro de 2019, o Conselho de Administração da Companhia aprovou a submissão, de pedido de registro de companhia aberta na categoria “A” para a TIM S.A (“TSA”) perante a CVM (sem oferta de valores mobiliários), nos termos da Instrução da CVM nº 480/09, com a devida reformulação e consolidação do seu Estatuto Social. A Companhia e a TSA ressaltaram que não haverá pedido de registro de Oferta de Valores Mobiliários, razão pela qual esse evento não deve ser considerado como anúncio de oferta pública de ações ou outros valores mobiliários pela Companhia ou pela TSA.

### TAC (Termo de ajustamento de conduta) da TIM com ANATEL

Em 22 de agosto de 2019, o Conselho Diretor da ANATEL aprovou, por unanimidade, o Termo de Ajustamento de Conduta da TIM, que vinha sendo negociando desde junho de 2018 com o regulador. O acordo abrange um valor de referência das sanções de R\$ 627 milhões. O compromisso a ser assumido pela TIM prevê ações de melhorias em três pilares de atuação - experiência do cliente, qualidade e infraestrutura - por meio de iniciativas associadas a aprimoramentos no processo de licenciamento das estações, uso eficiente de recursos de numeração, evolução dos canais digitais de atendimento, redução dos índices de reclamação, reparação de usuários e reforço de redes de transporte e de acesso. Além disso, contempla o compromisso adicional de levar banda larga móvel, por meio da rede 4G, a 366 municípios com menos de 30 mil habitantes assim alcançando mais de 3,4 milhões de pessoas. A nova infraestrutura será implementada em três anos - sendo mais de 80% nos primeiros dois anos – estando garantido pela Companhia o regime de compartilhamento com as demais prestadoras.

### Crédito fiscal referente à exclusão do ICMS da base de cálculo das contribuições ao PIS e COFINS

Em junho de 2019, em virtude do trânsito em julgado a favor da Companhia, reconhecendo o direito da exclusão do ICMS da base de cálculo das contribuições ao PIS e COFINS, foi apurado e registrado montante de R\$ 2.875 milhões, sendo R\$ 1.720 milhões de principal e R\$ 1.155 milhões

## RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO E ANÁLISE DOS RESULTADOS DE 2019

de atualização monetária (valores relacionados à TIM Celular S.A, incorporada pela TIM S.A em outubro de 2018).

Em setembro de 2019, em virtude do seu trânsito em julgado e apuração de valores foi registrado o montante de R\$ 148 milhões, sendo R\$ 75 milhões de principal e R\$ 73 milhões de atualização monetária, valores esses relacionados à própria TIM S.A. (quando ainda possuía a denominação de Intelig Telecomunicações Ltda.).

Em março de 2017, o Supremo Tribunal Federal (STF) reconheceu a inconstitucionalidade da inclusão do montante apurado de ICMS na base de cálculo das contribuições para o PIS e para a COFINS. A TIM Participações, através de sua controlada TIM S.A. (anterior denominação da Intelig Telecomunicações Ltda., na condição de incorporadora da TIM Celular S.A. e demais entidades existentes no Grupo no passado, titulares de processos de mesma natureza), discute este tema judicialmente desde, 2006, retroagindo tais efeitos em 5 anos, conforme lhe é permitido pela legislação.

### Considerações Finais

A TIM S.A., com o objetivo permanente de manter um crescimento contínuo, equilibrado e sustentável, agradece aos seus clientes pela fidelidade e reitera o compromisso de buscar incansavelmente mecanismos para retribuir a preferência por meio de qualidade e de um atendimento diferenciado. Os agradecimentos se estendem também aos parceiros comerciais, fornecedores e instituições financeiras, pelo apoio e confiança depositados e, em especial, aos colaboradores, sem os quais não teriam sido atingidos os objetivos e, finalmente, aos acionistas, pelo apoio e confiança na gestão do negócio.

A Administração

## TIM S.A.

### NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS Em 31 de dezembro (Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

## 1. Contexto operacional

### 1.a Estrutura societária

A TIM S.A. ("Companhia" ou "TIM") é uma sociedade por ações de capital fechado, controlada integralmente pela TIM Participações S.A. ("TIM Participações") – uma empresa do Grupo Telecom Italia.

A Companhia presta o Serviço Telefônico Fixo Comutado ("STFC") nas modalidades Longa Distância Nacional e Longa Distância Internacional, assim como o Serviço Móvel Pessoal ("SMP") e o Serviço de Comunicação Multimídia ("SCM"), em todos os estados brasileiros e no Distrito Federal. Os serviços prestados pela Companhia são regulados pela Agência Nacional de Telecomunicações (ANATEL), agência reguladora das telecomunicações no país.

As decisões operacionais e estratégicas da Companhia são tomadas pelo seu acionista controlador, TIM Participações.

### Reorganização societária

Em 25 de julho de 2017, foi aprovado em Reunião do Conselho de Administração da TIM Participações, projeto de reorganização societária de suas controladas TIM Celular S.A e Intelig Telecomunicações Ltda. ("Intelig"), por meio da incorporação da TIM Celular pela Intelig. Em 6 de setembro de 2017, foi averbado o ato societário de transformação da Intelig para sociedade anônima de capital fechado e alteração de sua denominação social para TIM S.A. Em 30 de setembro de 2018, a administração da Companhia havia obtido todas as aprovações e anuências necessárias junto à terceiros para proceder com a referida incorporação. Consequentemente, a administração da Companhia procedeu a incorporação em 31 de outubro de 2018 mediante acervo líquido contábil da entidade TIM Celular, no montante de R\$17.035.254 conforme laudo de avaliação emitido por peritos independentes. Ainda, como resultado dessa incorporação societária, o montante de R\$952.368 referente ao imposto de renda diferido ativo decorrente do prejuízo fiscal e base negativa da TIM S.A., foram reconhecidos em 30 de setembro de 2018 (nota 10).

As variações do patrimônio da TIM Celular entre a data do laudo e do ato societário de incorporação, foram transferidas, absorvidas e incorporadas ao resultado operacional da TIM S.A., conforme previsto no protocolo de incorporação. Como resultado da incorporação, todas as operações da TIM Celular foram transferidas para a TIM S.A., que a sucedeu em todos os seus bens, direitos e obrigações, a título universal e para todos os fins de direito.

## 2. Base de preparação e apresentação das demonstrações financeiras

As demonstrações financeiras foram preparadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem as deliberações emitidas pela CVM e os pronunciamentos, orientações e interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e as normas internacionais de relatório financeiro (*International Financial Reporting Standards* (IFRS), emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB), e evidenciam todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, as quais estão consistentes com as utilizadas pela administração na sua gestão. Adicionalmente, a Companhia considerou as orientações emanadas da Orientação Técnica OCPC 07 na preparação das suas demonstrações financeiras. Desta forma, as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras estão sendo evidenciadas, e correspondem às utilizadas pela Administração na sua gestão.

## TIM S.A.

### NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS Em 31 de dezembro (Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

As principais políticas contábeis aplicadas na preparação destas demonstrações financeiras estão definidas abaixo e/ou apresentadas em suas respectivas notas explicativas. Essas políticas foram aplicadas de modo consistente nos exercícios apresentados, salvo manifestação em contrário.

#### a. Crítérios gerais de elaboração e divulgação

As demonstrações financeiras foram preparadas considerando o custo histórico como base de valor e ativos e passivos financeiros (inclusive instrumentos financeiros derivativos) mensurados ao valor justo.

As demonstrações financeiras, foram preparadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e conforme as normas internacionais de relatório financeiro (*International Financial Reporting Standards* (IFRS), emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB).

Ativos e passivos são classificados conforme seu grau de liquidez e exigibilidade. Os mesmos são classificados como circulantes quando for provável que sua realização ou liquidação ocorra nos próximos 12 meses. Caso contrário, são demonstrados como não circulantes. Exceção a este procedimento está relacionada aos saldos de imposto de renda e contribuição social diferidos (ativos e passivos) e passivos contingentes que estão classificados integralmente no longo prazo.

A apresentação da Demonstração do Valor Adicionado (DVA), individual e consolidada, é requerida pela legislação societária brasileira e pelas práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis a companhias abertas. A DVA foi preparada de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - "Demonstração do Valor Adicionado". As IFRS não requerem a apresentação dessa demonstração. Como consequência, pelas IFRS, essa demonstração está apresentada como informação suplementar, sem prejuízo do conjunto das demonstrações financeiras.

Os juros pagos são classificados como fluxo de caixa de financiamentos na demonstração dos fluxos de caixa pois representam custos de obtenção de recursos financeiros.

#### b. Moeda funcional e moeda de apresentação

A moeda de apresentação das demonstrações financeiras é o Real (R\$), que também é a moeda funcional da Companhia.

Transações em moeda estrangeira são reconhecidas pela taxa de câmbio na data da transação. Itens monetários em moeda estrangeira são convertidos para o Real pela taxa de câmbio na data do balanço, informada pelo Banco Central do Brasil. Os ganhos e as perdas cambiais atrelados a estes itens são registrados na demonstração do resultado.

#### c. Informações por segmentos

Segmentos operacionais são componentes da entidade que desenvolvem atividades de negócio das quais pode obter-se receitas e incorrer em despesas. Seus resultados operacionais são regularmente revistos pelo principal gestor das operações da entidade, que toma as decisões sobre alocação de recursos e avalia o desempenho do segmento. Para a existência do segmento, é necessário haver informação financeira individualizada do mesmo.

## TIM S.A.

### NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS Em 31 de dezembro (Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

O principal tomador de decisões operacionais na Companhia, responsável pela alocação de recursos e pela avaliação periódica de desempenho, é a Diretoria-Executiva, que, juntamente com o Conselho de Administração de sua controladora TIM Participações S.A., são responsáveis pela tomada das decisões estratégicas do Grupo e por sua gestão.

A estratégia do Grupo é focada na otimização dos resultados consolidados da TIM Participações S.A., sendo que a partir da reorganização societária mencionada na Nota 1, todas as atividades operacionais do Grupo estão concentradas exclusivamente na TIM S.A. Essa estratégia contempla a otimização das operações de telecomunicações da TIM S.A., assim como o aproveitamento das sinergias entre sua sociedade controladora. Apesar de haver atividades diversas, os tomadores de decisão entendem que o Grupo representa apenas um segmento de negócio e não contemplam estratégias específicas voltadas apenas para uma linha de serviço. Todas as decisões relativas a planejamento estratégico, financeiro, compras, investimentos e aplicação de recursos são efetuadas em bases consolidadas. O objetivo é sempre maximizar o resultado consolidado obtido pela exploração das licenças de SMP, STFC e SCM.

#### d. Aprovação das demonstrações financeiras

As presentes demonstrações financeiras foram aprovadas pela Administração da Companhia em 06 de março de 2020.

#### e. Novas normas, alterações e interpretações de normas

- I Dentre as novas normas e/ou interpretações que entraram em vigor a partir de 1º de janeiro de 2019, emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e pelo *International Accounting Standards Board* (IASB), as seguintes normas e/ou interpretações apresentaram impacto relevante nas demonstrações financeiras da Companhia:

#### **IFRS 16 / CPC 06 (R2) – Operações de arrendamento mercantil (Leases)**

Em julho de 2014, o IASB emitiu o IFRS 16, que substituiu o IAS 17, sendo essa norma aplicável para os períodos anuais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2019, e deliberado pela CVM em 21 de dezembro de 2017.

A nova norma estabelece os princípios para o reconhecimento, mensuração, apresentação e divulgação de arrendamentos, exigindo que os arrendatários reconheçam os ativos e passivos decorrentes dos contratos de arrendamento, exceto contratos de curto prazo, ou seja de 12 meses ou menos, ou contratos em que o ativo subjacente seja de baixo valor. Ainda, a nova norma prevê que o arrendatário deve aplicar este pronunciamento a seus arrendamentos de duas formas:

- (i) Retrospectivamente, a cada período anterior, apresentado de acordo com o IAS 8/CPC 23 (Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro); ou
- (ii) Retrospectivamente, com efeito cumulativo da aplicação inicial deste pronunciamento, reconhecido como ajuste no saldo de abertura de lucros acumulados (ou outro componente do patrimônio líquido, conforme apropriado) na data da aplicação inicial.

A Companhia decidiu adotar o IFRS 16 /CPC 06 (R2) de forma retrospectiva, com efeito cumulativo da aplicação inicial reconhecido na data da aplicação inicial, ou seja, 1º de janeiro de 2019. Adicionalmente, a Companhia decidiu aplicar determinados expedientes práticos permitidos na adoção inicial da norma, tais como, (i) não reavaliação de contratos de arrendamento mercantil

## TIM S.A.

### NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Em 31 de dezembro

(Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

financeiro anteriormente reconhecidos de acordo com o CPC 06 (IAS 17) na mensuração inicial do passivo financeiro de arrendamento de acordo com o novo pronunciamento contábil e a ICPC 03 (IFRIC 4); (ii) exclusão de contratos de arrendamentos com vencimento nos próximos doze meses, sem provável intenção de renovação pela Companhia e a exclusão dos contratos de leasing considerados de baixo valor; (iii) não aplicação dessa nova norma a contratos que não foram anteriormente identificados como contendo arrendamento, utilizando o CPC 06 (IAS 17) e a ICPC 03 (IFRIC 4); e (iv) aplicação de taxa de desconto única à carteira de arrendamentos com características razoavelmente similares (tais como os arrendamentos com prazo de arrendamento remanescente similar para uma classe similar de ativo subjacente em ambiente econômico similar).

A Companhia possuía quantidade significativa de contratos de arrendamento no qual atua como arrendatária, sendo que atualmente parte desses contratos são reconhecidos como arrendamentos operacionais, sendo os pagamentos contabilizados de forma linear ao longo do prazo do contrato. A Companhia concluiu o estudo dos impactos dessa nova norma em suas demonstrações financeiras da Companhia, que incluiu: (i) uma estimativa do prazo de arrendamento, considerando período não cancelável e os períodos cobertos por opções de extensão do prazo do contrato, quando o exercício depende apenas da Companhia e esse exercício é razoavelmente certo; (ii) revisão detalhada da natureza dos diversos contratos de arrendamento inerentes a indústria de telecomunicações; (iii) utilização de determinadas premissas para calcular a taxa de desconto, que foi baseada na taxa incremental de juros para o período do contrato; dentre outras. Ainda, pela relevância dos contratos de arrendamento de infraestrutura, especificamente, Torres de Transmissão, a Companhia decidiu reconhecer separadamente os componentes de arrendamento e não arrendamento para essa classe de ativo.

O aumento do passivo de arrendamento devido ao reconhecimento do direito de uso dos ativos resulta em um aumento na dívida líquida da Companhia, sendo a depreciação e os juros reconhecidos na demonstração do resultado como uma substituição das despesas de arrendamento operacional ("aluguel").

Em relação aos aspectos qualitativos, as principais transações que deverão ser impactadas por essa nova norma incluem: aluguel de veículos, aluguel de lojas e quiosques em shopping centers, aluguel de site, terrenos e compartilhamento de infraestrutura.

A tabela abaixo apresenta os principais efeitos da adoção da norma IFRS 16 / CPC 06 (R2), nos saldos de abertura em 1º. de janeiro de 2019.

**TIM S.A.**

**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS**  
Em 31 de dezembro  
(Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

|  | <b>Originalmente<br/>reportado<br/>1º. de janeiro de<br/>2019</b> | <b>Ajustes</b> | <b>Saldos com IFRS<br/>16<br/>1º. de janeiro de<br/>2019</b> |
|--|---|----------------|--|
| <b>Ativo</b>                                     | 31.368.450  | 5.256.114      | 36.624.564   |
| <b>Circulante</b>                                | 5.943.224   | (8.742)        | 5.934.482  |
| Contas a receber de clientes                     | 2.838.363   | -              | 2.838.363  |
| Estoques   | 183.059   | -              | 183.059  |
| Despesas antecipadas (a)                         | 269.599   | (8.742)        | 260.857  |
| Outros ativos                                    | 2.652.203   |                | 2.652.203  |
| <b>Não Circulante</b>                            | 25.425.226  | 5.264.856      | 30.690.082   |
| <b>Realizável a longo prazo</b>                  | 3.907.171   | (471)          | 3.906.700  |
| Contas a receber de clientes                     | 130.308   |                | 130.308  |
| Despesas antecipadas (a)                         | 71.804  | (471)          | 71.333   |
| Outros ativos                                    | 3.705.059   |                | 3.705.059  |
| Imobilizado (b)                                  | 11.203.622  | 5.265.327      | 16.468.949   |
| Intangível                                       | 10.314.433  |                | 10.314.433   |
| <b>Passivo e do Patrimônio Líquido</b>           | 31.368.450  | 5.256.114      | 36.624.564   |
| <b>Total do Passivo</b>                          | 11.987.661  | 5.256.114      | 17.243.775   |
| <b>Circulante</b>                                | 7.036.988   | 785.065        | 7.822.053  |
| Arrendamento mercantil financeiro (c)            | 205.048   | 785.065        | 990.113  |
| Outros passivos                                  | 6.831.940   |                | 6.831.940  |
| <b>Não Circulante</b>                            | 4.950.673   | 4.471.049      | 9.421.722  |
| Arrendamento mercantil financeiro (c)            | 1.735.026   | 4.471.049      | 6.206.075  |
| Imposto de renda e contribuição social diferidos | -   |                | -  |
| Outros passivos                                  | 3.215.647   |                | 3.215.647  |
| <b>Patrimônio Líquido</b>                        | 19.380.789  | -              | 19.380.789   |
| Capital social                                   | 13.476.172  |                | 13.476.172   |
| Reservas de lucros                               | 5.904.617   |                | 5.904.617  |

**TIM S.A.**

**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS**  
**Em 31 de dezembro**  
 (Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2019, a aplicação das novas normas contábeis geraram os seguintes impactos no resultado:

|  | <b>Consolidado</b>        |                  |                           |
|--|---------------------------|------------------|---------------------------|
|  | <b>Saldos sem IFRS 16</b> | <b>Ajustes</b>   | <b>Saldos com IFRS 16</b> |
| Receita líquida de serviços  | 16.597.155                | -                | 16.597.155                |
| Receita líquida de produtos  | 780.040                   | -                | 780.040                   |
| <b>Receita líquida</b>   | <b>17.377.195</b>         | <b>-</b>         | <b>17.377.195</b>         |
| Custos dos produtos serviços prestados e mercadorias vendidas (a), (d) | (4.494.915)               | 1.193.407        | (3.301.508)               |
|  | 12.882.280                | 1.193.407        | 14.075.687                |
|  | (4.482.223)               | 122.277          | (4.359.946)               |
| <b>Receitas (despesas) operacionais</b>                                |                           |                  |                           |
| Comercialização (e)  | (4.800.326)               | 70.934           | (4.729.392)               |
| Gerais e administrativas (f)   | (1.004.587)               | 51.343           | (953.244)                 |
| Outras receitas (despesas), líquidas                                   | 1.322.690                 | -                | 1.322.690                 |
|  | 8.400.057                 | 1.315.684        | 9.715.741                 |
| Depreciação e amortização (g)  | (4.188.837)               | (940.144)        | (5.128.981)               |
| <b>Receitas (despesas) financeiras</b>                                 | <b>780.286</b>            | <b>(592.323)</b> | <b>187.963</b>            |
| <b>Lucro antes do imposto de renda e contribuição social</b>           | <b>4.991.506</b>          | <b>(216.783)</b> | <b>4.774.723</b>          |
| <b>Imposto de renda e contribuição social (h)</b>                      | <b>(988.268)</b>          | <b>73.707</b>    | <b>(914.561)</b>          |
| <b>Lucro líquido do exercício</b>                                      | <b>4.003.238</b>          | <b>(143.076)</b> | <b>3.860.162</b>          |

Não há impacto relevante em outros resultados abrangentes ou no lucro básico e diluído por ação.

**TIM S.A.**

**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS**  
**Em 31 de dezembro**  
**(Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)**

|   | DFC                   |             |                  |
|---|-----------------------|-------------|------------------|
|   | Saldos sem<br>IFRS 16 | Ajustes     |                  |
| Lucro líquido do período antes do IR e CSLL                                   | 4.991.506             | (216.783)   | 4.774.723        |
| Ajustes para reconciliar o resultado ao caixa líquido gerado pelas atividades |                       |             |                  |
| Juros sobre arrendamento mercantil passivo                                    | 229.139               | 592.324     | 821.463          |
| Depreciação e amortização   | 4.188.837             | 940.144     | 5.128.981        |
| Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais                            | 5.917.495             | 1.315.684   | 7.233.179        |
| Caixa líquido (aplicado nas) gerado pelas atividades de investimento          | (3.713.852)           | -           | (3.713.852)      |
| Caixa líquido aplicado nas atividades de financiamentos                       | (994.958)             | (1.315.684) | (2.310.642)      |
| <b>Aumento (redução) em caixa e equivalentes de caixa</b>                     | <b>1.208.685</b>      | <b>-</b>    | <b>1.208.685</b> |
| <b>Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício</b>                   | <b>1.075.363</b>      | <b>-</b>    | <b>1.075.363</b> |
| <b>Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício</b>                    | <b>2.284.048</b>      | <b>-</b>    | <b>2.284.048</b> |

Os principais ajustes decorrentes na nova norma incluem:

- (a) Reclassificação do contrato de cessão onerosa e recíproca de infraestrutura de fibras óticas, anteriormente classificados como despesas antecipadas (nota 11) para o ativo imobilizado – Direito de uso em arrendamento;
- (b) Reconhecimento do ativo - Direito de uso em arrendamento dos aluguéis elegíveis à nova norma;
- (c) Aumento da dívida líquida da Companhia em função da adoção da norma;
- (d) Arrendamento mercantil - Infraestrutura (rede, terrenos e fibra óptica);
- (e) Arrendamento mercantil - Lojas & Quiosques e veículo;
- (f) Arrendamento mercantil - Imóveis administrativos e veículos;
- (g) Reconhecimento da depreciação dos ativos mencionados acima
- (h) Reflexo tributário sobre os ajustes da nova norma.

**IFRIC 23 / ICPC 22 – Incertezas sobre o tratamento dos impostos sobre a renda**

A Interpretação trata da contabilização dos tributos sobre o lucro nos casos em que os tratamentos tributários envolvem incerteza que afeta a aplicação do IAS 12 / CPC 32 – Imposto de Renda e não se aplica a tributos fora do âmbito do IAS 12, nem inclui especificamente os requisitos referentes a juros e multas associados a tratamentos fiscais incertos. A Interpretação aborda especificamente o seguinte:

- (i) Como aplicar a legislação tributária a transações ou circunstâncias específicas;
- (ii) Ou se as autoridades tributárias aceitarão determinado tratamento tributário adotado pela entidade. Se a entidade concluir que não é provável que um tratamento tributário específico seja aceito, a entidade deve usar estimativas (valor mais provável ou valor esperado) para determinar o tratamento tributário (lucro tributável, bases tributárias, prejuízos fiscais não utilizados, créditos fiscais não usados) taxas de imposto e assim por diante. A decisão deve basear-se em qual método fornece melhores previsões da resolução da incerteza.

A administração da Companhia concluiu que a aplicação dessa interpretação não trouxe impactos significativos nas demonstrações financeiras da Companhia, uma vez que os principais processos

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS  
Em 31 de dezembro  
(Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

judiciais de imposto de renda e de contribuição social, conforme divulgados na Nota 23, são considerados pela administração da Companhia, com suporte dos seus consultores jurídicos, como mais “provável que não” de sustentação nas esferas judiciais.

II As seguintes novas normas foram emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e pelo *International Accounting Standards Board (IASB)*, mas não estão em vigor para o exercício findo em 31 de dezembro de 2019.

- **CPC 11 - Contratos de seguro**

Em maio de 2017, o IASB emitiu a IFRS 17 - Contratos de Seguro, norma ainda não emitida pelo CPC no Brasil, mas que será codificada como CPC 50 - Contratos de Seguro e substituirá o CPC 11 - Contratos de Seguro. O objetivo geral da IFRS 17 é fornecer um modelo contábil para contratos de seguro que seja mais útil e consistente para as seguradoras.

- **Alterações ao CPC 15 (R1): Definição de negócios**

Em outubro de 2018, o IASB emitiu alterações à definição de negócios em IFRS 3, sendo essas alterações refletidas na revisão 14 do CPC, alterando o CPC 15 (R1) para ajudar as entidades a determinar se um conjunto adquirido de atividades e ativos consiste ou não em um negócio. Elas esclarecem os requisitos mínimos para uma empresa, eliminam a avaliação sobre se os participantes no mercado são capazes de substituir qualquer elemento ausente, incluem orientações para ajudar entidades a avaliar se um processo adquirido é substantivo, delimitam melhor as definições de negócio e de produtos e introduzem um teste de concentração de valor justo opcional. Novos casos ilustrativos foram fornecidos juntamente com as alterações.

Como as alterações se aplicam prospectivamente a transações ou outros eventos que ocorram na data ou após a primeira aplicação, a Companhia não será afetado por essas alterações na data de transição.

- **Alterações ao CPC 26 (R1) e IAS 8: Definição de omissão material**

Em outubro de 2018, o IASB emitiu alterações à IAS 1 e IAS 8 Accounting Policies, Changes in Accounting Estimates and Errors, sendo essas alterações refletidas na revisão 14 do CPC, alterando o CPC 26 (R1) e o CPC 23 para alinhar a definição de “omissão material” ou “divulgação distorcida material” em todas as normas e esclarecer certos aspectos da definição. A nova definição declara que: “a informação é material se sua omissão, distorção ou obscurecimento pode influenciar, razoavelmente, decisões que os principais usuários das demonstrações financeiras de propósito geral fazem com base nessas demonstrações financeiras, que fornecem informações financeiras sobre relatório específico da entidade”.

Não é esperado que essas alterações tenham um impacto significativo nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS  
Em 31 de dezembro  
(Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

**3. Estimativas e julgamentos críticos na aplicação das políticas contábeis da Companhia**

As estimativas e os julgamentos contábeis são continuamente avaliados. Os mesmos baseiam-se na experiência histórica da Companhia e em outros fatores, tais como as expectativas de eventos futuros, considerando as circunstâncias presentes na data-base das demonstrações financeiras.

Por definição, as estimativas contábeis resultantes raramente serão iguais aos respectivos resultados reais. As estimativas e premissas que apresentam um risco significativo, com probabilidade de causar um ajuste relevante nos valores contábeis de ativos e passivos para os próximos exercícios financeiros, estão contempladas a seguir.

*(a) Perda por redução ao valor recuperável (impairment) de ativos não financeiros*

Uma perda por redução ao valor recuperável existe quando o valor contábil de um ativo ou unidade geradora de caixa excede o seu valor recuperável, o qual é o maior entre o valor justo menos custos de venda e/ou o valor em uso. O cálculo do valor justo menos custos de vendas é baseado em informações disponíveis de transações de venda de ativos similares ou preços de mercado menos custos adicionais para descartar o ativo. O cálculo do valor em uso é baseado no modelo de fluxo de caixa descontado.

Eventuais atividades de reorganização com as quais a Companhia não esteja comprometida na data-base de apresentação das demonstrações financeiras ou investimentos futuros significativos que possa melhorar a base de ativos da unidade geradora de caixa objeto de teste são excluídos para fins de teste de *impairment*.

Os principais ativos não financeiros para os quais foi feita esta avaliação são os ágios fundamentados em rentabilidade futura registrados pela Companhia (nota 14) e seus ativos tangíveis.

*(b) Imposto de renda e contribuição social (corrente e diferido)*

O imposto de renda e a contribuição social (corrente e diferido) são calculados de acordo com interpretações da legislação em vigor e o CPC 32 / IAS 12. Este processo normalmente envolve estimativas complexas para determinar o lucro tributável e as diferenças temporárias. Em particular, o crédito fiscal diferido sobre prejuízos fiscais, base negativa de contribuição social e diferenças temporárias é reconhecido na proporção da probabilidade de que o lucro tributável futuro esteja disponível e possa ser utilizado. A mensuração da recuperabilidade do imposto de renda diferido sobre prejuízos fiscais, base negativa de contribuição social e diferenças temporárias leva em consideração o histórico de lucro tributável, bem como a estimativa de lucro tributável futuro (nota 10).

*(c) Provisão para processos judiciais e administrativos*

Os processos judiciais e administrativos são analisados pela Administração em conjunto com seus assessores jurídicos (internos e externos). A Companhia considera em suas análises fatores como hierarquia das leis, jurisprudências disponíveis, decisões mais recentes nos tribunais, sua relevância no ordenamento jurídico e histórico de pagamentos. Essas avaliações envolvem julgamento da Administração (nota 23).

## TIM S.A.

### NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS Em 31 de dezembro (Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

#### (d) Valor justo de derivativos e outros instrumentos financeiros

Os instrumentos financeiros apresentados no balanço patrimonial pelo valor justo são mensurados através de técnicas de avaliação que consideram dados observáveis ou derivados de dados observáveis no mercado (nota 36).

#### (e) Receitas de tráfego não faturadas – “unbilled revenues”

Como algumas datas de corte para faturamento ocorrem em datas intermediárias dentro dos meses do ano, ao final de cada mês existem receitas já auferidas pela Companhia, mas não efetivamente faturadas a seus clientes. Estas receitas não faturadas são registradas com base em estimativa, que leva em consideração dados de consumo, número de dias transcorridos desde a última data de faturamento, entre outros (nota 26).

#### (f) Arrendamento mercantil

A Companhia possui quantidade significativa de contratos de arrendamento no qual atua como arrendatária, sendo que com a adoção da norma contábil do IFRS 16 / CPC 06 (R2) – Arrendamento mercantil, conforme divulgado na Nota 2.e., determinados julgamentos foram exercidos pela administração da Companhia na mensuração do passivo de arrendamento e do ativo de direito de uso, tais como: (i) estimativa do prazo de arrendamento, considerando período não cancelável e os períodos cobertos por opções de extensão do prazo do contrato, quando o exercício depende apenas da Companhia e esse exercício é razoavelmente certo; (ii) utilização de determinadas premissas para calcular a taxa de desconto.

A Companhia não é capaz de determinar prontamente a taxa de juros implícita no arrendamento e, portanto, considera a sua taxa de incremental sobre empréstimos para mensurar os passivos do arrendamento. A taxa incremental é a taxa de juros que a Companhia teria que pagar ao pedir emprestado, por prazo semelhante e com garantia semelhante, os recursos necessários para obter o ativo com valor similar ao ativo de direito de uso em ambiente econômico similar. Dessa forma, essa avaliação requer que a Administração considere estimativas quando não há taxas observáveis disponíveis. Ou quando elas precisam ser ajustadas para refletir os termos e condições de um arrendamento. A Companhia estima a taxa incremental usando dados observáveis (como taxas de juros de mercado) quando disponíveis e considera nesta estimativa aspectos que são específicos da Companhia (como o custo da dívida). As taxas incrementais de juros média da Companhia são de 10,55% para um prazo de contrato de arrendamento médio conforme descrito na nota 15.

## 4. Caixa e equivalentes de caixa

São ativos financeiros mensurados pelo custo amortizado, usando o método da taxa efetiva de juros. A Administração da Companhia determina a classificação dos seus ativos financeiros no reconhecimento inicial.

|  | 12/2019          | 12/2018          |
|--|------------------|------------------|
| Caixa e bancos                                   | 101.867          | 93.793           |
| Aplicações financeiras de livre disponibilidade: |                  |                  |
| CDB/Compromissadas                               | 2.182.181        | 981.570          |
|  | <u>2.284.048</u> | <u>1.075.363</u> |

## TIM S.A.

### NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS -- continuação Em 31 de dezembro de 2019 (Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

Os Certificados de Depósitos Bancários (“CDBs”) e Operações Compromissadas são títulos nominativos emitidos por bancos e vendidos ao público como forma de captação de recursos. Tais títulos podem ser negociados durante o prazo contratado, a qualquer momento, sem perda significativa em seu valor e são utilizados para o cumprimento das obrigações de curto prazo pela Companhia.

A remuneração média anual das aplicações da Companhia referente aos CDB’s e Operações Compromissadas é de 99,95% (99,67% em 31 de dezembro de 2018) da variação do Certificado de Depósito Interbancário – CDI.

#### 5. Títulos e Valores mobiliários

|   | 12/2019   | 12/2018   |
|---|-----------|-----------|
| FUNCINE <sup>(3)</sup>                  | 3.849     | 5.229     |
| Fundo Soberano <sup>(4)</sup>           | 7.329     | -         |
| FIC: <sup>(1)</sup>                     |           |           |
| Títulos Públicos                        | 177.369   | 288.917   |
| Operações compromissadas <sup>(2)</sup> | 210.776   | 283.006   |
| Letra Financeira                        | 104.169   | 95.221    |
| Outros <sup>(5)</sup>                   | 142.669   | 104.320   |
|   | 646.161   | 776.693   |
| Parcela circulante                      | (642.312) | (771.464) |
| Parcela não circulante                  | 3.849     | 5.229     |

(<sup>1</sup>) Em agosto de 2017, a Companhia investiu em FIC’s abertos (Fundo de Investimento em Cotas). Os Fundos são compostos em sua maioria por títulos públicos e papéis de instituições financeiras de primeira linha. A remuneração média em 2019 dos FIC’s foi de 99,67% (100,81% em 31 de dezembro de 2018) da variação do Certificado de Depósito Interbancário – CDI.

(<sup>2</sup>) As operações compromissadas são títulos emitidos pelos bancos com o compromisso de recompra do título por parte do próprio banco em até um dia e com taxas predeterminadas. Essas operações compromissadas são lastreadas por títulos públicos federais e são utilizadas pelo fundo com o objetivo de remunerar o capital disponível em caixa.

(<sup>3</sup>) Em dezembro de 2017, a Companhia, com o objetivo de utilizar benefício fiscal de dedutibilidade para fins de imposto de renda e contribuição social, investiu no Fundo de Financiamento da Indústria Cinematográfica Nacional (FUNCINE) no valor de R\$ 3 milhões. Em 2018, a Companhia optou por realizar novos investimentos nos meses de outubro e dezembro no FUNCINE, totalizando R\$ 2,4 milhões. Em junho de 2019, a Companhia realizou um novo investimento no valor de R\$ 2,5 milhões. A remuneração média em 2019 dos FUNCINE foi de -9,18%.

(<sup>4</sup>) O Fundo Soberano é composto apenas de títulos públicos federais. A remuneração média em 2019 do Fundo Soberano foi de 97,62% da variação do Certificado de Depósito Interbancário – CDI.

## TIM S.A.

### NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS -- continuação Em 31 de dezembro de 2019 (Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

(5) Está representado por: Debêntures, FIDC, Notas Comerciais, Notas Promissórias, Cédula de Crédito Bancário.

#### 6. Conta a receber de clientes

São ativos financeiros mensurados pelo custo amortizado e se referem as contas a receber dos usuários dos serviços de telecomunicações, de uso de rede (interconexão) e de venda de aparelhos e acessórios. As contas a receber são registradas pelos preços praticados na data da transação. Os saldos de contas a receber incluem, também, serviços prestados e não faturados até a data dos balanços ("unbilled"). As contas a receber de clientes são, inicialmente, reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método da taxa efetiva de juros menos a provisão para perdas de créditos esperada ("impairment").

A provisão para perdas de créditos esperada foram reconhecidas como redução das contas a receber, com base no perfil da carteira de assinantes, idade das contas vencidas, conjuntura econômica, riscos envolvidos em cada caso e pela curva de arrecadação, em montante considerado suficiente, ajustadas a fim de refletir informações atuais e prospectivas sobre fatores macroeconômicos que afetam a capacidade dos clientes de liquidarem os recebíveis.

O valor justo das contas a receber de clientes é igual ao valor contábil registrado em 31 de dezembro de 2019 e 31 de dezembro de 2018. Parte das contas a receber de clientes garante o montante total das dívidas junto ao BNDES (Nota 19).

|   | <u>12/2019</u>   | <u>12/2018</u>   |
|---|------------------|------------------|
| <b>Contas a receber de clientes</b>                   | <u>3.286.010</u> | <u>2.968.671</u> |
| Contas a receber bruta                                | 4.060.087        | 3.655.599        |
| Serviços faturados                                    | 2.076.569        | 1.733.229        |
| Serviços a faturar ("unbilled")                       | 858.418          | 774.484          |
| Uso de rede   | 438.168          | 455.228          |
| Venda de mercadorias                                  | 670.573          | 691.312          |
| Ativo contratual (nota 22)                            | 15.142           | 130              |
| Outras contas a receber                               | 1.217            | 1.216            |
| Provisão para perda de crédito de liquidação esperada | (774.077)        | (686.928)        |
| Parcela circulante                                    | (3.182.935)      | (2.838.363)      |
| Parcela não circulante                                | 103.075          | 130.308          |

A parcela não circulante inclui o valor de R\$68.639 (R\$102.960 em 31 de dezembro de 2018) milhões referente as contas a receber com outras operadoras de telefonia, registrada pelo seu valor presente considerando prazo e taxa de juros implícita na operação.

A movimentação da provisão para perda por créditos de liquidação esperada, contabilizadas como conta redutora de ativo, foi como segue:

**TIM S.A.**

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS -- continuação  
Em 31 de dezembro de 2019  
(Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

|   | <b>12/2019</b> | <b>12/2018</b> |
|---|----------------|----------------|
| Saldo inicial                                     | 686.928        | 41.062         |
| Impacto pela adoção do IFRS 9 / CPC 48 (nota 2.e) | -              | 1.230          |
| Efeito da incorporação (Nota 1)                   | -              | 393.665        |
| Constituição de provisão (nota 27)                | 748.291        | 151.216        |
| Baixas de Provisão                                | (661.142)      | 99.755         |
| <b>Saldo Final</b>                                | <b>774.077</b> | <b>686.928</b> |

A idade das contas a receber apresenta-se como segue:

|                            | <b>12/2019</b>   | <b>12/2018</b>   |
|----------------------------|------------------|------------------|
| <b>Total</b>               | <b>4.060.087</b> | <b>3.655.599</b> |
| A vencer                   | 2.593.744        | 2.459.315        |
| Vencidos até 30 dias       | 328.457          | 308.744          |
| Vencidos até 60 dias       | 146.200          | 144.309          |
| Vencidos até 90 dias       | 149.852          | 117.759          |
| Vencidos a mais de 90 dias | 841.834          | 625.472          |

## 7. Estoques

Estoques são apresentados ao custo médio de aquisição. Uma perda é reconhecida para ajustar o custo de aparelhos e acessórios ao valor líquido realizável (valor de venda), quando este valor for menor que o custo médio de aquisição.

|   | <b>12/2019</b> | <b>12/2018</b> |
|---|----------------|----------------|
| <b>Total Estoques</b>                     | <b>203.278</b> | <b>183.059</b> |
| Estoques                                  | 214.889        | 189.826        |
| Aparelhos celulares e tablets             | 146.295        | 145.819        |
| Acessórios e cartões pré-pagos            | 61.436         | 33.621         |
| TIM chips                                 | 7.158          | 10.386         |
| Perdas para ajuste ao valor de realização | (11.611)       | (6.767)        |

## TIM S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS -- continuação  
Em 31 de dezembro de 2019  
(Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

### 8. Impostos, taxas e contribuições indiretos a recuperar

|  | 12/2019          | 12/2018          |
|--|------------------|------------------|
| <b>Impostos, taxas e contribuições indiretos a recuperar</b> | <b>1.243.633</b> | <b>1.192.765</b> |
| ICMS   | 1.201.502        | 1.152.741        |
| Outros   | 42.131           | 40.024           |
| Parcela circulante   | (420.284)        | (280.254)        |
| Parcela não circulante                                       | 823.349          | 912.511          |

Os valores de ICMS (Imposto sobre circulação de mercadorias e serviços) a recuperar são compostos principalmente (i) pelos créditos sobre as aquisições de ativo imobilizado diretamente relacionadas à prestação de serviço de telecomunicações (crédito parcelado em 48 meses) e (ii) por valores de ICMS recolhidos sob o regime de substituição tributária das operações relacionadas às mercadorias adquiridas para revenda, principalmente os aparelhos celulares, *chips*, *tablets* e *modems* comercializados pela TIM.

### 9. Impostos, taxas e contribuições diretos a recuperar

|  | 12/2019          | 12/2018        |
|--|------------------|----------------|
| <b>Impostos, taxas e contribuições diretos a recuperar</b> | <b>3.734.417</b> | <b>860.244</b> |
| Imposto de renda e contribuição social (i)                 | 428.443          | 414.408        |
| PIS / COFINS (ii)  | 3.244.549        | 384.093        |
| Outros   | 61.425           | 61.743         |
| Parcela circulante   | (1.366.809)      | (302.228)      |
| Parcela não circulante                                     | 2.367.608        | 558.016        |

i) Os valores de imposto de renda e contribuição social estão substancialmente relacionados com: (a) antecipações realizadas ao longo do período cuja utilização dar-se-á no encerramento do exercício corrente e eventual saldo no próximo exercício; e (b) outros créditos de imposto de renda e contribuição social de anos anteriores, cujo atual prazo estimado para utilização é posterior a 12 meses.

(ii) Os valores de PIS/COFINS a recuperar referem-se, principalmente, aos créditos oriundos de processos judiciais de titularidade da TIM Celular S.A. (incorporadas em último nível pela TIM S.A.), bem como da própria TIM S.A., com decisão definitiva favorável em Tribunais Superiores que discutiam a exclusão do ICMS da base de cálculo das contribuições do PIS e da COFINS. De acordo com a avaliação interna da Companhia, esperamos utilizar tais créditos dentro do prazo prescricional de até 5 anos.

Em março de 2017, o Supremo Tribunal Federal (STF) reconheceu a inconstitucionalidade da inclusão do montante apurado de ICMS na base de cálculo das contribuições para o PIS e para a COFINS. A TIM S.A. (anterior denominação da Intelig Telecomunicações Ltda., na condição de incorporadora da

## TIM S.A.

### NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS -- continuação Em 31 de dezembro de 2019 (Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

TIM Celular S.A. e demais entidades existentes no Grupo no passado, titulares de processos de mesma natureza), discute este tema judicialmente desde 2006, retroagindo tais efeitos em 5 anos, conforme lhe é permitido pela legislação.

Em junho de 2019, em virtude do seu trânsito em julgado e apuração de valores, foi registrado o montante de R\$ 2.875 milhões, sendo R\$ 1.720 milhões de principal e R\$ 1.155 milhões de atualização monetária (valores relacionados à TIM Celular S.A., incorporada pela TIM S.A. em outubro de 2018).

Em setembro de 2019, em virtude do seu trânsito em julgado e apuração de valores foi registrado o montante de R\$ 148 milhões, sendo R\$ 75 milhões de principal e R\$ 73 milhões de atualização monetária, valores esses relacionados à própria TIM S.A. (quando ainda possuía a denominação de Intelig Telecomunicações Ltda.).

Os valores contabilizados são atualizados mensalmente pela taxa de juros equivalente à taxa referencial do Sistema Especial de Liquidação e de Custódia (Selic), disponibilizada no site da Receita Federal do Brasil.

#### **10. Imposto de renda e contribuição social diferidos**

O imposto de renda e a contribuição social diferidos são reconhecidos sobre (1) os prejuízos fiscais e bases negativas de contribuição social acumulados e (2) as diferenças temporárias decorrentes de diferenças entre as bases fiscais dos ativos e passivos e seus valores contábeis nas demonstrações financeiras. O imposto de renda diferido é determinado usando-se alíquotas de imposto (e leis fiscais) promulgadas, ou substancialmente promulgadas, até a data do balanço. Mudanças posteriores nas alíquotas de imposto ou na legislação fiscal podem alterar os valores dos saldos de impostos diferidos, tanto ativos como passivos.

O imposto de renda e a contribuição social diferidos ativos são reconhecidos somente sob a hipótese de histórico de lucratividade e/ou quando as projeções anualmente preparadas pela Companhia e aprovadas pela Administração.

Os saldos de impostos de renda diferidos ativos e passivos são apresentados pelo valor líquido no balanço quando há o direito legal e a intenção de compensá-los quando da apuração dos tributos correntes, em geral relacionado com a mesma entidade legal e mesma autoridade fiscal. Dessa forma, impostos diferidos ativos e passivos em diferentes entidades, em geral são apresentados em separado, e não pelo saldo líquido.

Em 31 de dezembro de 2019 e 31 de dezembro de 2018, as alíquotas vigentes foram de 25% para o imposto de renda e de 9% para a contribuição social. Os saldos de prejuízo fiscal e de base negativa da contribuição social sobre os lucros não têm prazo de prescrição e podem ser compensados até o limite de 30% do lucro fiscal apurado a cada exercício, conforme legislação fiscal vigente.

**TIM S.A.**

**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS -- continuação**  
**Em 31 de dezembro de 2019**  
**(Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)**

Os valores contabilmente registrados são os seguintes:

|   | <b>12/2019</b>  | <b>12/2018</b> |
|---|-----------------|----------------|
| Prejuízo fiscal e Base negativa de contribuição social  | 800.711         | 896.099        |
| Diferenças temporárias:   |                 |                |
| Provisão para processos judiciais e administrativos   | 246.427         | 256.885        |
| Perdas por créditos de liquidação duvidosa  | 271.611         | 244.428        |
| Ajuste a valor presente – licença 3G  | 7.182           | 9.124          |
| Imposto de renda diferido sobre ajustes contábeis   | 2.639           | 4.699          |
| Aluguel Infraestrutura LT Amazonas  | 27.434          | 24.978         |
| Provisão para participação dos empregados   | 23.539          | 21.556         |
| Tributos com exigibilidade suspensa   | 12.872          | 12.872         |
| Ágio amortizado – TIM Fiber   | (370.494)       | (370.494)      |
| Instrumentos financeiros derivativos  | (13.139)        | (22.551)       |
| Juros capitalizados 4G  | (291.783)       | (301.525)      |
| Custo atribuído – TIM S.A.  | (67.748)        | (82.042)       |
| Exclusão ICMS da Base de Cálculo do PIS e COFINS  | (1.023.928)     | -              |
| Arrendamento mercantil  | 209.234         | -              |
| Outros  | 87.213          | 74.823         |
|   | <b>(78.230)</b> | <b>768.852</b> |
| Imposto de renda e contribuição social diferidos sobre diferenças temporárias, ainda não reconhecidos | -               | -              |
|   | <b>(78.230)</b> | <b>768.852</b> |
| Parcela imposto ativo diferido  |                 | 768.852        |
| Parcela imposto passivo diferido  | <b>(78.230)</b> | -              |

**Incorporação da TIM Celular S.A**

Conforme comunicado previamente ao mercado, a TIM S.A. (denominação atual da Intelig Telecomunicações Ltda.) procedeu com a incorporação da TIM Celular S.A. em 31 de outubro de 2018, tendo como objetivo central reduzir os custos operacionais das Sociedades envolvidas, propiciando sinergias e permitindo uma melhor consecução do objeto social de ambas as sociedades. Desta forma, após a incorporação está prevista também a possibilidade de aproveitamento dos créditos fiscais referentes ao prejuízo fiscal e base negativa de Contribuição Social sobre o Lucro da TIM S.A. tendo em vista que esta, consolidando os resultados com a TIM Celular após a citada incorporação, possui projeção de lucro tributável suficiente para a utilização dos referidos créditos diferidos.

Em 30 de setembro de 2018, a Companhia registrou a totalidade do ativo fiscal diferido no montante de R\$ 952.368 decorrente dos valores que detém direito de utilização como prejuízo fiscal (R\$702.619) e base negativa de Contribuição Social sobre o Lucro (R\$ 249.749) uma vez que todos os fatores necessários a incorporação estavam sob o controle da Administração, tais como: (i) estudo de viabilidade referente ao aproveitamento do benefício fiscal foi finalizado, aprovado pelos órgãos de governança da Companhia, conforme determinado pela CVM 371/02; (ii) definição do cronograma da efetiva reestruturação societária mediante o ato de incorporação; (iii) obtenção das aprovações e/ou anuências de terceiros (ANATEL e BNDES); dentre outras.

## TIM S.A.

### NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS -- continuação Em 31 de dezembro de 2019 (Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

Em decorrência do trânsito em julgado de decisão definitiva favorável em Tribunais Superiores à TIM Celular S.A (incorporada pela TIM S.A) em processo que discutia a exclusão do ICMS da base de cálculo das contribuições do PIS e COFINS, houve o reconhecimento contábil na competência de junho de 2019 do crédito tributário objeto da discussão no montante de R\$ 2.875 milhões (R\$2.862 milhões em 31 de dezembro de 2019) , constituído de principal e atualização monetária.

Em setembro de 2019, em virtude do seu trânsito em julgado e apuração de valores foi registrado o montante de R\$ 148 milhões (R\$149 milhões em 31 de dezembro de 2019), valores esses relacionados à própria TIM S.A.

Para fins de tributação de IRPJ e CSLL, a administração da Companhia suportada também por pareceres legais externos, entendeu por diferi-la até o momento da efetiva disponibilidade financeira do crédito. Desta forma, foi constituído passivo fiscal diferido referente ao montante integral, no valor de R\$ 1.039,7 milhões.

#### Expectativa de recuperação de créditos tributários

As estimativas de recuperação dos créditos tributários foram calculadas levando-se em consideração premissas financeiras e de negócios disponíveis no encerramento do exercício de 2019.

Com base nestas projeções, a Companhia possui a seguinte expectativa de recuperação dos créditos:

|                                   | <b>Imposto de renda e contribuição social diferidos</b> |
|-----------------------------------|---|
| 2020                              | 229.151   |
| 2021                              | 275.425   |
| 2022                              | 296.135   |
| Prejuízos fiscais e base negativa | 800.711   |
| Diferenças temporárias            | (878.941)   |
| <b>Total</b>                      | <b>(78.230)</b>   |

A Companhia com base em histórico de lucratividade e fundamentada em projeções de resultados tributáveis futuros, constitui créditos de imposto de renda e contribuição social diferidos sobre a totalidade de seus prejuízos fiscais, base negativa de contribuição social e diferenças temporárias.

A Companhia utilizou créditos oriundos de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social no montante de R\$95.389 durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2019 (R\$85.812 em 31 de dezembro de 2018).

## TIM S.A.

### NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS -- continuação Em 31 de dezembro de 2019 (Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

#### 11. Despesas antecipadas

|  | 12/2019   | 12/2018   |
|--|-----------|-----------|
|  | 241.767   | 341.403   |
| Propagandas não veiculadas (1)                                 | 854       | 76.651    |
| Aluguéis e seguros   | 72.052    | 72.967    |
| Swap de rede (2)   | -         | 11.449    |
| Custos incrementais para obtenção de contratos de clientes (3) | 158.093   | 173.056   |
| Outros   | 10.768    | 7.280     |
| Parcela circulante   | (173.139) | (269.599) |
| Parcela não circulante   | 68.628    | 71.804    |

(1) Representam pagamentos antecipados de despesas de propaganda de produtos e serviços da marca TIM que são reconhecidas no resultado de acordo com o período de veiculação da propaganda.

(2) Em 1º de abril de 2010, a TIM S.A e a GVT firmaram contrato de cessão onerosa e recíproca de infraestrutura de fibras óticas (*swap* de rede), visando expandir suas respectivas áreas de atuação. Considerando a substância econômica da transação, o valor foi registrado na conta de despesas antecipadas (circulante e não circulante) e na rubrica de receitas diferidas (circulante e não circulante) e que serão realizados pelo período do contrato. O referido contrato enquadra-se no escopo do IFRS 16 / CPC 06 (02), portanto, foi reclassificado para a rubrica direito de uso em arrendamentos no ativo imobilizado, conforme apresentado na Nota 2.e.

(3) Está substancialmente representado pelos custos incrementais relacionados com comissões de vendas pagas a/ parceiros para obtenção de contratos de clientes decorrentes da adoção do IFRS 15/ CPC 47, os quais são diferidos ao resultado em conformidade com o prazo do contrato e/ou benefício econômico, usualmente de 2 anos.

#### 12. Depósitos judiciais

São registrados ao custo histórico e atualizados conforme a legislação vigente:

|                    | 12/2019 | 12/2018   |
|--------------------|---------|-----------|
|                    | 919.850 | 1.213.843 |
| Cível              | 347.890 | 329.482   |
| Trabalhista        | 207.691 | 385.664   |
| Tributário         | 201.282 | 297.547   |
| Regulatório        | 111     | 111       |
| Penhora online (*) | 162.876 | 201.039   |

(\*) Referem-se a bloqueios judiciais diretamente nas contas correntes e aplicações financeiras da Companhia vinculadas a determinados processos judiciais. Esse montante é analisado periodicamente e quando identificado é feita a reclassificação para uma das demais contas específicas da rubrica de depósitos judiciais

## TIM S.A.

### NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS -- continuação Em 31 de dezembro de 2019 (Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

#### Cível

Tratam-se de valores depositados em juízo para garantia de execuções em processos cíveis cujos valores estão sendo discutidos judicialmente pela Companhia. Tais processos, em sua maioria, referem-se a ações judiciais movidas por clientes, envolvendo questões de direito do consumidor, dentre outros.

Existem alguns processos com matérias diferenciadas, em que se discute o valor fixado pela ANATEL para desocupação de determinadas subfaixas de transmissão, viabilizando a implementação da tecnologia 4G. Neste caso, o valor depositado atualizado em juízo em discussão é de R\$ 69.326 (R\$ 66.700 em 31 de dezembro de 2018).

#### Trabalhista

Trata-se de valores depositados em juízo referentes a garantias a execução efetuada e depósitos para interposição dos recursos cabíveis, nos quais ainda há a discussão nos autos sobre a matéria ou valores devidos. O montante está distribuído entre diversos processos movidos por empregados próprios e terceiros prestadores de serviços.

A redução se deve substancialmente pelo encerramento de diversos processos judiciais compensados pelos depósitos judiciais correspondentes.

#### Tributário

A Companhia possui depósitos judiciais, relativos à matéria tributária, realizados para suportar diversas discussões judiciais em curso. Tais depósitos referem-se, principalmente, às seguintes discussões:

- (a) Aproveitamento de crédito na aquisição de energia elétrica diretamente empregada no processo produtivo das companhias, matéria com viés positivo no judiciário. O valor atualizado dos depósitos referentes a essa discussão é de R\$ 73.326 (R\$ 74.358 em 31 de dezembro de 2018).
- (b) Incidência da CPMF sobre operações de conversão de empréstimos em capital próprio da Companhia; reconhecimento do direito ao não recolhimento da contribuição supostamente incidente sobre a simples mudança de titularidade de contas correntes em razão de incorporação. O valor atualizado dos depósitos referentes a essa discussão é de R\$ 10.342 (R\$ 10.026 em 31 de dezembro de 2018).
- (c) Constitucionalidade da cobrança da Taxa de Fiscalização do Funcionamento (TFF) por autoridades municipais de localidades diversas. O valor atualizado dos depósitos referentes a essa discussão é de R\$ 18.401 (R\$ 16.719 em 31 de dezembro de 2018).
- (d) Não homologação de compensação de débitos federais com créditos de Imposto de Renda Retido na Fonte (IRRF) pela suposta insuficiência de créditos, bem como o depósito realizado para fins de liberação de Certidão Negativa de Débitos. O valor atualizado dos depósitos referentes a essa discussão é de R\$ 11.173 (R\$ 10.868 em 31 de dezembro de 2018).
- (e) Incidência de ISS sobre serviços de importação e de terceiros; suposta falta de recolhimento relativamente à limpeza de terreno e serviço de manutenção de ERB (Estação Rádio Base), ao ISS próprio, ao ISS incidente sobre serviços de *Co-billing* e no

## TIM S.A.

### NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS -- continuação Em 31 de dezembro de 2019 (Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

licenciamento de software (*blackberry*). Garantia do direito de aproveitamento do benefício da denúncia espontânea e busca pelo afastamento das multas confiscatórias no caso de pagamento em atraso. O valor atualizado dos depósitos referentes a essa discussão é de R\$ 7.878 (R\$ 7.519 em 31 de dezembro de 2018).

- (f) Serviços acessórios previstos no Convênio 69/98 ICMS incidente sobre prestações de serviços de comunicação dos valores cobrados a título de acesso, adesão, ativação, habilitação, disponibilidade, assinatura e utilização dos serviços, dentre outros. O valor atualizado dos depósitos referentes a essa discussão é de R\$ 3.457 (R\$ 4.793 em 31 de dezembro de 2018).
- (g) Exigência pela ANATEL do Preço Público Relativo à Administração dos Recursos de Numeração. O valor atualizado dos depósitos referentes a essa discussão é de R\$ 3.471 (R\$ 3.380 em 31 de dezembro de 2018).
- (h) Depósito realizado pela TIM S.A - Inconstitucionalidade e ilegalidade da cobrança do FUST (Fundo de Universalização de Serviços de Telecomunicações). Pleito pelo reconhecimento do direito de não recolher FUST, deixando de incluir em sua base de cálculo as receitas transferidas a título de interconexão e EILD (Exploração Industrial de Linha Dedicada), bem como pelo direito de não sofrer a cobrança retroativa das diferenças apuradas em função de não observar a súmula 7/2005 da ANATEL. O valor atualizado dos depósitos referentes a essa discussão é de R\$ 57.943 (R\$ 56.088 em 31 de dezembro de 2018).

### 13. Imobilizado

O imobilizado é demonstrado pelo custo de aquisição e/ou construção, deduzido da depreciação acumulada e de provisão para *impairment* (esta última, se aplicável). A depreciação é calculada pelo método linear, por prazos que levam em consideração a expectativa de vida útil dos bens e seu valor residual. Em 31 de dezembro de 2019 e 2018 a Companhia não apresenta indicativos de *impairment* em seu ativo imobilizado.

Os custos estimados na desmontagem de torres e equipamentos em imóveis alugados são capitalizados e depreciados pelo prazo estimado de utilização. A Companhia reconhece no imobilizado, em contrapartida ao passivo "provisão para futura desmobilização de ativos", o valor presente destes custos. Os juros incorridos pela atualização da provisão são classificados como despesas financeiras.

Os ganhos e as perdas de alienações são determinados pela comparação entre os valores destas alienações e o valor contábil no momento da transação e são reconhecidos em "outras despesas (receitas) operacionais, líquidas", na demonstração do resultado.

**TIM S.A.**

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS -- continuação  
Em 31 de dezembro de 2019  
(Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

• Movimentação do imobilizado

|   | Saldo em dez/18 | Adoção do IFRS 16 / CPC 06(R2) | Adições     | Baixas    | Transferências | Outras movimentações (*) | Saldo em dez/19 |
|---|-----------------|--------------------------------|-------------|-----------|----------------|--------------------------|-----------------|
| <b>Total do Custo do Imobilizado Bruto</b>      | 33.838.454      | 5.256.114                      | 4.855.685   | (183.384) | -              | (408.118)                | 43.358.751      |
| Equipamentos de comutação / transmissão         | 20.811.898      | -                              | 17.663      | (133.788) | 2.121.908      | -                        | 22.817.681      |
| Cabos de fibra ótica                            | 762.175         | -                              | -           | -         | 51.414         | -                        | 813.589         |
| Aparelhos em comodato                           | 2.313.945       | -                              | 519         | (20.194)  | 195.725        | -                        | 2.489.995       |
| Infraestrutura                                  | 6.133.813       | -                              | -           | (18.684)  | 294.848        | (313.130)                | 6.096.847       |
| Bens de informática                             | 1.679.326       | -                              | -           | (9.366)   | 51.291         | -                        | 1.721.251       |
| Bens de uso geral                               | 796.839         | -                              | -           | (623)     | 63.289         | -                        | 859.505         |
| Direito de uso em arrendamentos (ii) (Nota 2.e) | -               | 5.256.114                      | 1.772.290   | -         | -              | (94.988)                 | 6.933.416       |
| Terrenos  | 40.794          | -                              | -           | -         | -              | -                        | 40.794          |
| Obras em andamento                              | 1.299.664       | -                              | 3.065.213   | (729)     | (2.778.475)    | -                        | 1.585.673       |
|   |                 |                                |             |           |                |                          | -               |
| <b>Total Depreciação Acumulada</b>              | (22.634.832)    | -                              | (3.262.727) | 150.972   | -              | -                        | (25.746.587)    |
| Equipamentos de comutação / transmissão         | (14.941.728)    | -                              | (1.577.483) | 129.998   | -              | -                        | (16.389.213)    |
| Cabos de fibra ótica                            | (345.532)       | -                              | (65.035)    | -         | -              | -                        | (410.567)       |
| Aparelhos em comodato                           | (2.132.226)     | -                              | (131.342)   | 6.705     | -              | -                        | (2.256.863)     |
| Infraestrutura                                  | (3.157.889)     | -                              | (440.225)   | 4.281     | -              | -                        | (3.593.833)     |
| Bens de informática                             | (1.512.107)     | -                              | (62.568)    | 9.366     | -              | -                        | (1.565.309)     |
| Bens de uso geral                               | (545.350)       | -                              | (45.930)    | 622       | -              | -                        | (590.658)       |
| Direito de uso em arrendamentos (ii) (Nota 2.e) | -               | -                              | (940.144)   | -         | -              | -                        | (940.144)       |
| <b>Total Imobilizado líquido</b>                | 11.203.622      | 5.256.114                      | 1.592.958   | (32.412)  | -              | (408.118)                | 17.612.164      |
| Equipamentos de comutação / transmissão         | 5.870.170       | -                              | (1.559.820) | (3.790)   | 2.121.908      | -                        | 6.428.468       |
| Cabos de fibra ótica                            | 416.643         | -                              | (65.035)    | -         | 51.414         | -                        | 403.022         |
| Aparelhos em comodato                           | 181.719         | -                              | (130.823)   | (13.489)  | 195.725        | -                        | 233.132         |
| Infraestrutura                                  | 2.975.924       | -                              | (440.225)   | (14.403)  | 294.848        | (313.130)                | 2.503.014       |
| Bens de informática                             | 167.219         | -                              | (62.568)    | -         | 51.291         | -                        | 155.942         |
| Bens de uso geral                               | 251.489         | -                              | (45.930)    | (1)       | 63.289         | -                        | 268.847         |
| Direito de uso em arrendamentos (ii) (Nota 2.e) | -               | 5.256.114                      | 832.146     | -         | -              | (94.988)                 | 5.993.272       |
| Terrenos  | 40.794          | -                              | -           | -         | -              | -                        | 40.794          |
| Obras em andamento                              | 1.299.664       | -                              | 3.065.213   | (729)     | (2.778.475)    | -                        | 1.585.673       |

**TIM S.A.**

**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS -- continuação**  
**Em 31 de dezembro de 2019**  
**(Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)**

|  | <b>Saldo em 2017</b> | Saldo de empresa incorporada | Adições / (depreciação) | Baixas  | Transferências | <b>Saldo em 2018</b> |
|--|----------------------|------------------------------|-------------------------|---------|----------------|----------------------|
| <b>Total do Custo do Imobilizado Bruto</b> | 1.575.167            | 31.490.649                   | 779.753                 | (7.115) | -              | 33.838.454           |
| Equipamentos de comutação /                | 791.295              | 19.395.556                   | 4.495                   | (2.222) | 622.774        | 20.811.898           |
| Cabos de fibra ótica                       | 491.101              | 226.412                      | -                       | -       | 44.662         | 762.175              |
| Aparelhos em comodato                      | -                    | 2.283.848                    | -                       | (4.135) | 34.232         | 2.313.945            |
| Infraestrutura                             | 186.659              | 5.825.061                    | 4                       | (637)   | 122.726        | 6.133.813            |
| Bens de informática                        | 40.624               | 1.621.662                    | -                       | (185)   | 17.225         | 1.679.326            |
| Bens de uso geral                          | 37.743               | 745.309                      | -                       | (15)    | 13.802         | 796.839              |
| Terrenos                                   | 9.648                | 31.146                       | -                       | -       | -              | 40.794               |
| Obras em andamento                         | 18.097               | 1.361.655                    | 775.254                 | 79      | (855.421)      | 1.299.664            |
|  |                      |                              |                         |         |                | -                    |
| <b>Total Depreciação Acumulada</b>         | (876.066)            | (21.204.351)                 | (559.621)               | 5.206   | -              | (22.634.832)         |
| Equipamentos de comutação /                | (478.669)            | (14.075.810)                 | (389.456)               | 2.207   | -              | (14.941.728)         |
| Cabos de fibra ótica                       | (258.223)            | (49.671)                     | (37.638)                | -       | -              | (345.532)            |
| Aparelhos em comodato                      | -                    | (2.114.565)                  | (19.888)                | 2.227   | -              | (2.132.226)          |
| Infraestrutura                             | (78.298)             | (2.989.511)                  | (90.685)                | 605     | -              | (3.157.889)          |
| Bens de informática                        | (37.020)             | (1.463.207)                  | (12.031)                | 151     | -              | (1.512.107)          |
| Bens de uso geral                          | (23.856)             | (511.587)                    | (9.923)                 | 16      | -              | (545.350)            |
|  |                      |                              |                         |         |                |                      |
| <b>Total Imobilizado líquido</b>           | 699.101              | 10.286.298                   | 220.132                 | (1.909) | -              | 11.203.622           |
| Equipamentos de comutação /                | 312.626              | 5.319.746                    | (384.961)               | (15)    | 622.774        | 5.870.170            |
| Cabos de fibra ótica                       | 232.878              | 176.741                      | (37.638)                | -       | 44.662         | 416.643              |
| Aparelhos em comodato                      | -                    | 169.283                      | (19.888)                | (1.908) | 34.232         | 181.719              |
| Infraestrutura                             | 108.361              | 2.835.550                    | (90.681)                | (32)    | 122.726        | 2.975.924            |
| Bens de informática                        | 3.604                | 158.455                      | (12.031)                | (34)    | 17.225         | 167.219              |
| Bens de uso geral                          | 13.887               | 233.722                      | (9.923)                 | 1       | 13.802         | 251.489              |
| Terrenos                                   | 9.648                | 31.146                       | -                       | -       | -              | 40.794               |
| Obras em andamento                         | 18.097               | 1.361.655                    | 775.254                 | 79      | (855.421)      | 1.299.664            |

As obras em andamentos representam o custo dos projetos em andamento relacionados com construções de redes e/ou outros ativos tangíveis no período de sua construção e instalação, até o momento em que entrarem em operação, quando serão transferidas para as contas correspondentes destes bens.

(\*) Outras movimentações compreende:

(i) Em 2019, o arrendamento mercantil “Venda de Torres (*leaseback*)” teve seu valor remensurado para melhor alinhamento com a metodologia da nova regra IFRS 16 / CPC 06 (R2), baseado no parágrafo C11 deste novo pronunciamento e retirou o componente de inflação projetada sobre os recebimentos futuros, no montante de R\$ 313.130.

**TIM S.A.**

**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS -- continuação**  
**Em 31 de dezembro de 2019**  
 (Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

(ii) No quarto trimestre de 2019, a Companhia implementou uma nova ferramenta que permitiu a administração controlar e calcular de forma automatizada os efeitos contábeis decorrentes dos contratos de arrendamento. Através desta nova ferramenta, foi possível identificar ajustes no montante de R\$94.988 destes ativos (nota 2).

|  | Arrendamento mercantil - rede | Arrendamento mercantil - veículos | Arrendamento mercantil - Lojas & Quiosques e imóveis | Arrendamento mercantil - Terrenos (Rede) | Arrendamento mercantil - Fibra | Total     |
|--|-------------------------------|-----------------------------------|--|--|--------------------------------|-----------|
| <b>Saldos em 01 de janeiro de 2019</b>       | 2.625.145                     | 6.792                             | 375.286  | 1.540.685                                | 708.206                        | 5.256.114 |
| Adições no período, líquidas de cancelamento | 928.682                       | 5.045                             | 191.597  | 322.067                                  | 324.899                        | 1.772.290 |
| Remensuração                                 | 5.841                         | (500)                             | 5.895  | (138.967)                                | 32.743                         | (94.988)  |
| Depreciação                                  | (387.526)                     | (4.349)                           | (93.306)   | (183.872)                                | (271.091)                      | (940.144) |
| <b>Saldos em 31 de dezembro de 2019</b>      | 3.172.142                     | 6.988                             | 479.472  | 1.539.913                                | 794.757                        | 5.993.272 |
| Prazo médio do contrato - %                  | 10,98                         | 44,81                             | 21,04  | 11,97                                    | 31,25                          |           |

No quarto trimestre de 2019, a Companhia implementou uma nova ferramenta que permitiu a administração controlar e calcular de forma automatizada os efeitos contábeis decorrentes dos contratos de arrendamento. Portanto, essa nova ferramenta permitiu a administração realizar cálculos de forma individualizada, tanto em relação a mensuração dos efeitos de ativo e passivo dos arrendamentos, como também em relação ao cálculo mensal da depreciação e juros que afetam o resultado, que antes da implementação dessa nova ferramenta eram feitos considerando um prazo de depreciação e taxa desconto médios por cada classe de ativos (por exemplo: terrenos e compartilhamento de infraestrutura).

Portanto, através dessa nova ferramenta foi possível realizar a remensuração das contas de depreciação e amortização, receitas (despesas) financeiras e, conseqüentemente, imposto de renda e contribuição social decorrentes dos cálculos individualizados que foram realizados.

- Taxas de depreciação

|  | Taxa anual % |
|--|--------------|
| Equipamentos de comutação/ transmissão | 8 a 14,29    |
| Cabos de fibra ótica                   | 4 a 10       |
| Aparelhos em comodato                  | 14,28 a 50   |
| Infraestrutura                         | 4 a 20       |
| Bens de informática                    | 10 a 20      |
| Bens de uso geral                      | 10 a 20      |

Em 2019, em conformidade com o IAS 16 / CPC 27, aprovado por Deliberação da CVM, a Companhia realizou avaliações da vida útil aplicada em seus ativos imobilizados e concluíram que não ocorreu nenhuma mudança significativa ou alteração nas circunstâncias em que as estimativas se basearam de forma a justificar mudanças na vida útil utilizada atualmente.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS -- continuação  
Em 31 de dezembro de 2019  
(Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

**14. Intangível**

O intangível é mensurado pelo seu custo histórico menos amortização acumulada e provisão para *impairment* (esta última, se aplicável) e reflete: (i) a compra de autorizações e de direitos de uso de bandas de radiofrequências e (ii) *software* em uso e/ou desenvolvimento. O intangível também inclui: (i) direito de uso de infraestrutura de outras empresas e (ii) ágio por expectativa de rentabilidade futura (*goodwill*) na aquisição de empresas.

Os encargos de amortização são calculados com base no método linear, ao longo da vida útil estimada dos ativos contratados e prazos das licenças de prestação de serviços. As estimativas da vida útil dos bens integrantes do intangível são revisadas regularmente.

Os encargos financeiros sobre recursos captados genericamente (sem destinação específica), utilizados com propósito de obter um ativo qualificável, que é um ativo que, necessariamente, demanda um período de tempo substancial para ficar pronto para seu uso, são capitalizados como parte do custo do ativo quando for provável que eles irão resultar em benefícios econômicos futuros para a entidade e que tais custos possam ser mensurados com confiança. Esses custos são amortizados ao longo das vidas úteis estimadas. Em 31 de dezembro de 2019 e 2018 a Companhia não apresenta indicativos de *impairment* em seus ativos intangíveis de vida útil definida e indefinida.

Os valores das autorizações para exploração do SMP e direitos de uso de radiofrequências, assim como *software*, ágio e outros são demonstrados como segue:

**TIM S.A.**

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS -- continuação  
Em 31 de dezembro de 2019  
(Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

- Movimentação do intangível

|  | Saldo em dez/18 | Adições/ Amortização | Transferências | Outras movimentações (g) | Saldo em dez/19 |
|--|-----------------|----------------------|----------------|--------------------------|-----------------|
| <b>Total Custo do Intangível Bruto</b>                                 | 28.999.775      | 961.213              | -              | (98.633)                 | 29.862.355      |
| Direito de uso de softwares  | 17.142.641      | -                    | 1.041.741      | -                        | 18.184.382      |
| Autorizações   | 7.638.972       | 26.969               | 2.255.623      | (109.770)                | 9.811.794       |
| Ágio   | 1.159.649       | -                    | -              | -                        | 1.159.649       |
| Custos com comissões a representantes comerciais diferidas             | 566             | -                    | -              | -                        | 566             |
| Direito de uso de infraestrutura - LT Amazonas                         | 198.201         | -                    | -              | (28.874)                 | 169.327         |
| Outros ativos  | 307.654         | -                    | 19.707         | -                        | 327.361         |
| Ativos intangíveis em desenvolvimento                                  | 2.552.092       | 934.244              | (3.317.071)    | 40.011                   | 209.2767        |
| <b>Total Amortização Acumulada</b>                                     | (18.685.342)    | (1.876.257)          | -              | -                        | (20.561.599)    |
| Direito de uso de softwares  | (13.681.086)    | (1.412.080)          | -              | -                        | (15.093.166)    |
| Autorizações   | (4.845.642)     | (432.771)            | -              | -                        | (5.278.413)     |
| Custos com comissões a representantes comerciais diferidas             | (567)           | -                    | -              | -                        | (567)           |
| Direito de uso de infraestrutura - LT Amazonas                         | (52.441)        | (7.763)              | -              | -                        | (60.204)        |
| Outros ativos  | (105.606)       | (23.643)             | -              | -                        | (129.249)       |
| <b>Total Intangível Líquido</b>  | 10.314.433      | (915.044)            | -              | (98.633)                 | 9.300.756       |
| Direito de uso de softwares (c)  | 3.461.555       | (1.412.080)          | 1.041.741      | -                        | 3.091.216       |
| Autorizações   | 2.793.330       | (405.802)            | 2.255.623      | (109.770)                | 4.533.381       |
| Ágio (d)   | 1.159.649       | -                    | -              | -                        | 1.159.649       |
| Custos com comissões a representantes comerciais diferidas (nota 11.3) | (1)             | -                    | -              | -                        | (1)             |
| Direito de uso de infraestrutura - LT Amazonas (e)                     | 145.759         | (7.763)              | -              | (28.874)                 | 109.122         |
| Outros ativos  | 202.048         | (23.643)             | 19.707         | -                        | 198.112         |
| Ativos intangíveis em desenvolvimento (f)                              | 2.552.093       | 934.244              | (3.317.071)    | 40.011                   | 209.277         |

**TIM S.A.**

**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS -- continuação**  
**Em 31 de dezembro de 2019**  
 (Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

|  | <b>Saldo em 2017</b> | Saldo de empresa incorporada | Adições/ (Amortização) | Transferências | Baixas | Juros capitalizados | <b>Saldo em 2018</b> |
|--|----------------------|------------------------------|------------------------|----------------|--------|---------------------|----------------------|
| <b>Total Custo do Intangível Bruto</b>           | 961.537              | 27.765.385                   | 316.402                | -              | (492)  | 22.039              | 29.064.871           |
| Direito de uso de softwares                      | 767.132              | 16.145.511                   | -                      | 229.998        | -      | -                   | 17.142.641           |
| Autorizações                                     | 186.954              | 7.182.366                    | 7.634                  | 262.018        | -      | -                   | 7.638.972            |
| Ágio   | -                    | 1.159.649                    | -                      | -              | -      | -                   | 1.159.649            |
| Custos com comissões a representantes comerciais | 902                  | -                            | -                      | (336)          | -      | -                   | 566                  |
| Lista de clientes                                | -                    | 95.200                       | -                      | -              | -      | -                   | 95.200               |
| Direito de uso de                                | -                    | 198.201                      | -                      | -              | -      | -                   | 198.201              |
| Outros ativos                                    | 35                   | 262.649                      | -                      | 14.865         | -      | -                   | 277.549              |
| Ativos intangíveis em desenvolvimento            | 6.514                | 2.721.809                    | 308.768                | (506.545)      | (492)  | 22.039              | 2.552.093            |
| <b>Total Amortização</b>                         | (884.518)            | (17.533.738)                 | (332.182)              | -              | -      | -                   | (18.750.438)         |
| Direito de uso de softwares                      | (709.851)            | (12.718.323)                 | (252.912)              | -              | -      | -                   | (13.681.086)         |
| Autorizações                                     | (174.078)            | (4.598.058)                  | (73.506)               | -              | -      | -                   | (4.845.642)          |
| Custos com comissões a                           | (567)                | -                            | -                      | -              | -      | -                   | (567)                |
| Lista de clientes                                | -                    | (95.200)                     | -                      | -              | -      | -                   | (95.200)             |
| Direito de uso de                                | -                    | (50.790)                     | (1.652)                | -              | -      | -                   | (52.442)             |
| Outros ativos                                    | (22)                 | (71.367)                     | (4.112)                | -              | -      | -                   | (75.501)             |
| <b>Total Intangível Líquido</b>                  | 77.019               | 10.231.647                   | (15.780)               | -              | (492)  | 22.039              | 10.314.433           |
| Direito de uso de softwares                      | 57.281               | 3.427.188                    | (252.912)              | 229.998        | -      | -                   | 3.461.555            |
| Autorizações                                     | 12.876               | 2.584.308                    | (65.872)               | 262.018        | -      | -                   | 2.793.330            |
| Ágio (d)   | -                    | 1.159.649                    | -                      | -              | -      | -                   | 1.159.649            |
| Custos com comissões a                           | 335                  | -                            | -                      | (336)          | -      | -                   | (1)                  |
| Direito de uso de                                | -                    | 147.411                      | (1.652)                | -              | -      | -                   | 145.759              |
| Outros ativos                                    | 13                   | 191.282                      | (4.112)                | 14.865         | -      | -                   | 202.048              |
| Ativos intangíveis em desenvolvimento (g)        | 6.514                | 2.721.809                    | 308.768                | (506.545)      | (492)  | 22.039              | 2.552.093            |

As obras em andamentos representam o custo dos projetos em andamento relacionados com aquisição de autorizações 4G e/ou outros ativos intangíveis no período de sua construção e instalação, até o momento em que entrarem em operação, quando serão transferidas para as contas correspondentes destes bens. Inclusive, esses ativos intangíveis em desenvolvimento foram avaliados para fins de *impairment* em 31 de dezembro de 2019 e 2018, não sendo necessário nenhum ajuste.

(b) Taxas de amortização

|                                    | <b>Taxa anual %</b> |
|------------------------------------|---------------------|
| Direito de uso de <i>softwares</i> | 20                  |
| Autorizações                       | 5 a 50              |
| Direito de uso de infraestrutura   | 5                   |
| Outros ativos                      | 7 a 10              |

## TIM S.A.

### NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS -- continuação Em 31 de dezembro de 2019 (Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

#### (c) Direito de uso de software

Os custos associados à manutenção de *softwares* são reconhecidos como despesa, conforme incorridos. Os custos de desenvolvimento que são diretamente atribuíveis ao projeto e aos testes de produtos de *software* identificáveis e exclusivos, controlados pelo Grupo, são reconhecidos como ativos intangíveis quando os critérios de capitalização são atendidos.

Os custos diretamente atribuíveis que são capitalizados como parte do produto software estão relacionados a custos com empregados diretamente alocados em seu desenvolvimento.

#### (d) Ágios registrados em anos anteriores

A Companhia possui os seguintes ágios fundamentados em expectativa de rentabilidade futura em 31 de dezembro de 2019 e 31 de dezembro de 2018:

Ágio aquisições de TIM Fiber SP e TIM Fiber RJ – A Companhia adquiriu, ao final de 2011, as empresas Eletropaulo Telecomunicações Ltda. (que posteriormente teve sua razão social alterada para TIM Fiber SP Ltda. – “TIM Fiber SP”) e AES Communications Rio de Janeiro S.A. (que posteriormente teve sua razão social alterada para TIM Fiber RJ S.A. – “TIM Fiber RJ”). Estas empresas eram prestadoras do SCM nos principais municípios da Grande São Paulo e do Grande Rio de Janeiro, respectivamente.

TIM Fiber SP Ltda. e TIM Fiber RJ S.A. foram incorporadas à TIM S.A. em 29 de agosto de 2012.

A Companhia registrou ágio, de forma definitiva, advindo da compra das empresas TIM Fiber SP e TIM Fiber RJ, no valor total de R\$ 1.159.648.

#### Teste de *impairment*

Conforme exigido pela norma contábil, a Companhia realiza anualmente teste de *impairment* para os ágios relacionados às combinações de negócios envolvendo as empresas do Grupo TIM, sendo que a metodologia e premissas utilizadas pela Administração para teste de *impairment* dos ágios acima mencionados está sumarizada a seguir:

A Administração da Companhia entende que a menor unidade geradora de caixa para teste de *impairment* dos ágios na aquisição das empresas anteriormente descritas abrange o negócio a nível consolidado, e, portanto, a avaliação está no nível da TIM Participações, portanto abrange o grupo consolidado. Essa metodologia está alinhada com o direcionamento estratégico da Companhia. Importante ressaltar que os resultados do grupo são representados essencialmente pela TIM S.A., dado que a TIM Participações é apenas uma holding que detém 100% de participação societária na TIM S.A. Deste modo, os resultados da TIM S.A. são o principal gerador de caixa do Grupo TIM, visto que a única empresa operacional atuante no Brasil é a TIM S.A., sendo a TIM Participações apenas a controladora.

Em 2019 o teste de *impairment* foi realizado comparando o *carrying amount* com o valor justo menos os custos de descarte do ativo, conforme previsto no IAS 36 / CPC 01. O efeito de *carrying amount* da holding TIM Participações sobre o *carrying amount* calculado é desprezível, não afetando o resultado do teste realizado a nível consolidado.

Para apuração do valor justo foi considerado o nível de hierarquia dentro do qual a mensuração do valor justo do ativo (unidade geradora de caixa) é classificada. Para a TIM Participações como existe apenas uma CGU esta foi classificada em sua totalidade como Nível 1, para os custos de alienação

## TIM S.A.

### NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS -- continuação Em 31 de dezembro de 2019 (Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

consideramos que o mesmo é irrelevante considerando a variação entre o valor justo nível 1 e o *carrying amount* da unidade geradora de caixa.

O valor justo de instrumentos de Nível 1 compreende instrumentos negociados em mercados ativos e baseados nos preços de mercado cotados na data do balanço. Um mercado é visto como ativo se os preços cotados estiverem prontos e regularmente disponíveis a partir de uma bolsa, distribuidor, corretor, grupo de indústrias, serviço de precificação ou agência reguladora, e aqueles preços representam transações de mercado reais e que ocorrem regularmente em bases puramente comerciais.

No caso da TIM Participações seus títulos são negociados na BOVESPA com código (TIMP3) e possuem um volume regular de negociações que permite a mensuração (Nível 1) como o produto entre o preço cotado para o ativo ou passivo individual e a quantidade detida pela entidade.

A mensuração foi feita com base no valor da ação na data de fechamento do balanço e foram realizados também testes de sensibilidade e em nenhum dos cenários foi identificado nenhum indicativo de *impairment*, sendo o valor justo apurado superior ao *carrying amount*. Portanto sendo o valor justo superior ao *carrying amount*, não se faz necessário o cálculo do valor em uso. Os efeitos da TIM Participações holding sobre o valor de *carrying amount* são irrelevantes e também seus efeitos sobre o resultado do Grupo Consolidado. Portanto, os cálculos realizados a nível consolidado contemplam essencialmente os resultados e saldos contábeis da TIM S.A., assim a Administração da Companhia entende que não há necessidade de realizar provisão para *impairment* tanto a nível da TIM S.A..

#### (e) Direito de uso de infraestrutura - LT Amazonas

A Companhia assinou contratos de direito de uso de infraestrutura com empresas que exploram linhas de transmissão de energia elétrica na Região Norte do Brasil. Tais contratos enquadraram-se no escopo do IFRIC 4 / ICPC 3 e são classificados como arrendamentos mercantis financeiros.

Adicionalmente, a Companhia assinou contratos de compartilhamento de infraestrutura de rede com a Telefônica Brasil S.A., também na Região Norte. Nestes, as duas operadoras otimizam recursos e reduzem seus respectivos custos operacionais (nota 15).

#### (f) Leilão e pagamento de Licença 4G em 700 Mhz

Em 2018, a rubrica ativos intangíveis em desenvolvimento era representada substancialmente pelos custos de desenvolvimento da tecnologia 4G, que incluía: (i) valores pagos para obtenção das autorizações da Licença 4G; (ii) custos de limpeza de frequência da faixa de 700 MHz; e (iii) custos financeiros capitalizados sobre ativos qualificáveis conforme detalhado abaixo.

Em setembro de 2019, este ativo entrou em operação e o saldo remanescente foi transferido para bens em serviços.

- (i) Em 30 de setembro de 2014, a Companhia adquiriu o Lote 2 no Leilão da faixa de 700 MHz no montante de R\$ 1.739 milhões. Em dezembro de 2014, a Companhia efetuou o pagamento de R\$ 1.678 milhões, registrando o saldo remanescente a pagar no valor de R\$ 61 milhões como passivo (nota 18), conforme previsto no edital.

## TIM S.A.

### NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS -- continuação Em 31 de dezembro de 2019 (Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

A Companhia está contestando este saldo remanescente perante a ANATEL e sobre o mesmo incorrem juros de 1% a.m. e indexados ao IGP-DI, sendo tais montantes capitalizados pela Companhia. O impacto no exercício findo em 31 de dezembro de 2019 foi de R\$ 1.636 (R\$ 6.611 em 31 de dezembro de 2018) de juros e R\$ 735 (R\$ 5.930 em 31 de dezembro de 2018) de correção monetária sobre o saldo.

- (ii) Adicionalmente, conforme definido no edital, a Companhia assumiu os custos relacionados à limpeza da frequência da faixa de 700 MHz adquirida. O valor nominal devido pela Companhia para a limpeza relacionada ao lote adquirido foi de R\$ 904 milhões. A Companhia também obteve um custo adicional referente a parcela não arrematada no leilão e subsequentemente dividido pela ANATEL entre as operadoras vencedoras do leilão de R\$ 295 milhões, totalizando R\$ 1.199 milhões.

Para a realização das atividades de limpeza do espectro, a TIM junto com as outras empresas vencedoras do leilão, constituíram em março de 2015, uma Entidade Administradora do Processo de Redistribuição e Digitalização de Canais de TV e RTV, denominada “EAD”. Entre 2015 e 2018, a TIM, assim como outras empresas vencedoras do leilão, desembolsaram valores de acordo com cronograma definido no edital, para assumir, por meio da EAD, os custos dessas atividades de limpeza. Por tratar-se de obrigação de longo prazo, o montante a pagar de R\$ 1.199 milhões foi reduzido em R\$ 47 milhões pela aplicação do conceito de ajuste ao valor presente (“AVP”).

A Companhia efetuou os pagamentos em 9 de abril de 2015, 26 de janeiro de 2017 e 16 de janeiro de 2018, nos montantes de R\$ 370.379, R\$ 858.991 e R\$ 142.862, respectivamente.

A licença acima mencionada enquadra-se no conceito de ativo qualificável. Consequentemente, os encargos financeiros sobre recursos captados sem destinação específica, utilizados com propósito de obter um ativo qualificável, são capitalizados pela taxa média de 6,90% ao ano dos empréstimos e financiamentos vigentes durante o exercício. O montante capitalizado no exercício findo em 31 de dezembro de 2019 foi de R\$ 38.375 (R\$ 152.480 em 31 de dezembro de 2018).

Em setembro de 2019, o ativo foi considerado em operação pela Administração e a partir desta data, encerrou-se a capitalização de juros e encargos sobre este ativo.

(g) Outras movimentações compreende:

i) A remensuração de valores de autorizações de acordo com a resolução da Anatel 695/18 no montante de R\$109.770.

(ii) Os juros capitalizados em função da aquisição da licença 4G de acordo com IAS 23 / CPC 20 (R1) no montante de R\$40.011, uma vez que a respectiva licença é um ativo qualificável a capitalização de juros.

(iii) Em 2019, a rubrica “Direito de uso de infraestrutura - LT Amazonas”, teve seu valor remensurado para melhor alinhamento com a metodologia da nova regra IFRS 16 / CPC 06 (R2), retirando a componente de inflação projetada sobre os recebimentos futuros, no montante de R\$28.874.

## TIM S.A.

### NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS -- continuação Em 31 de dezembro de 2019 (Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

#### 15. Arrendamento Mercantil ("*Leasing*")

Os arrendamentos nos quais a Companhia, como arrendatária, detém substancialmente os riscos e benefícios da propriedade são classificados como arrendamentos financeiros. Estes são capitalizados no início do arrendamento pelo menor valor entre o valor justo do item arrendado e o valor presente dos pagamentos previstos em contrato. Os juros relacionados ao arrendamento são reconhecidos na demonstração do resultado, como despesa financeira durante o período de vigência contratual.

A Companhia possui contratos de aluguel de torres, como arrendatária, decorrentes de uma operação de venda e *leaseback* financeiro, onde envolve a venda de um ativo e o concomitante arrendamento do mesmo ativo pelo comprador ao vendedor.

A Companhia reconheceu um passivo correspondente ao valor presente das parcelas mínimas obrigatórias do contrato.

Os arrendamentos nos quais a Companhia, como arrendadora, transfere substancialmente os riscos e benefícios da propriedade para outra parte (arrendatária) são classificados como arrendamentos financeiros. Estes são transferidos do ativo intangível da Companhia e reconhecidos como um recebível pelo menor valor entre o valor justo do item arrendado e/ou o valor presente dos recebimentos previstos em contrato. Os juros relacionados ao arrendamento são reconhecidos na demonstração do resultado como receita financeira durante o período de vigência contratual.

Os arrendamentos ativos são ativos financeiros classificados e/ou mensurados pelo custo amortizado.

#### Ativo

|                        | 12/2019 | 12/2018  |
|------------------------|---------|----------|
| LT Amazonas            | 156.378 | 208.049  |
|                        | 156.378 | 208.049  |
| Parcela circulante     | (4.931) | (22.491) |
| Parcela não circulante | 151.447 | 185.558  |

#### LT Amazonas

Em decorrência do contrato firmado com a LT Amazonas, a Companhia assinou contratos de compartilhamento de infraestrutura de rede com a Telefónica Brasil S.A. Nestes acordos, a Companhia e Telefónica Brasil S.A. dividem investimentos feitos na Região Norte do Brasil. A Companhia possui valores mensais a receber da Telefónica Brasil S.A. por um período de 20 anos, reajustados anualmente pelo IPC-A. O valor nominal consolidado das parcelas futuras a receber pela Companhia é de R\$ 316.641 (R\$ 499.823 em 31 de dezembro de 2018).

A tabela a seguir apresenta o cronograma de recebimentos do contrato em vigor. Tais valores representam os recebimentos estimados nos contratos assinados e encontram-se demonstrados por seus valores nominais. É importante ressaltar que estes saldos diferem daqueles registrados nos livros contábeis, pois, nestes últimos, os montantes são registrados a valor presente:

**TIM S.A.**

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS -- continuação  
Em 31 de dezembro de 2019  
(Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

|                                      | <b>Valores<br/>nominais</b> | <b>Valor<br/>presente</b> |
|--------------------------------------|-----------------------------|---------------------------|
| Janeiro de 2020 até dezembro de 2020 | 23.206                      | 4.931                     |
| Janeiro de 2021 a dezembro de 2024   | 92.826                      | 58.081                    |
| Janeiro de 2025 em diante            | 200.609                     | 93.366                    |
|                                      | <u>316.641</u>              | <u>156.378</u>            |

O valor presente das parcelas a receber é de R\$ 156.378 (R\$ 208.049 em 31 de dezembro de 2018) composto em sua totalidade por principal e foi estimado, na data de assinatura dos contratos com as transmissoras, projetando-se os recebimentos futuros e descontando-os a 12,56% ao ano. Em 2019 teve seu valor remensurado para melhor alinhamento com a metodologia da nova regra IFRS 16 / CPC 06 (R2), baseado no parágrafo C11 deste novo pronunciamento e retirou a componente de inflação projetada sobre os recebimentos futuros, no montante de R\$48.991.

Passivo

|   | <b>12/2019</b>   | <b>12/2018</b>   |
|---|------------------|------------------|
| LT Amazonas (i)                               | 276.233          | 359.987          |
| Venda de Torres ( <i>leaseback</i> ) (ii)     | 1.192.596        | 1.501.695        |
| Outros (iv)                                   | 115.973          | 78.392           |
| Sub-total                                     | <u>1.584.802</u> | <u>1.940.074</u> |
| Outros arrendamentos (Nota 2.e) e (iii):      |                  | -                |
| Arrendamento mercantil - Rede                 | 3.294.261        | -                |
| Arrendamento mercantil - Veículos             | 3.005            | -                |
| Arrendamento mercantil - Lojas & Quiosques    | 255.857          | -                |
| Arrendamento mercantil - Imóveis              | 243.921          | -                |
| Arrendamento mercantil - Terrenos (Rede)      | 1.600.456        | -                |
| Arrendamento mercantil - Fibra                | 798.568          | -                |
| Sub-total pela adoção do IFRS16 / CPC 06 (R2) | <u>6.196.068</u> | -                |
| <b>Total</b>                                  | <u>7.780.870</u> | <u>1.940.074</u> |
| Parcela circulante                            | <u>(873.068)</u> | <u>(205.048)</u> |
| Parcela não circulante                        | <u>6.907.802</u> | <u>1.735.026</u> |

O montante de juros pagos no exercício findo em 31 de dezembro de 2019 referente ao IFRS16 / CPC 06 (R2) é de R\$592.323.

A movimentação dos passivos financeiros de arrendamento mercantil está demonstrada na Nota 36.

i) LT Amazonas

A Companhia assinou contratos de direito de uso de infraestrutura com empresas que exploram linhas de transmissão de energia elétrica na Região Norte do Brasil ("LT Amazonas"). A vigência dos acordos é de 20 anos, contados a partir da data em entrada de operação dos ativos. Os contratos preveem pagamentos mensais às detentoras dos direitos de transmissão de energia elétrica, atualizados anualmente pelo IPCA.

## TIM S.A.

### NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS -- continuação Em 31 de dezembro de 2019 (Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

A tabela a seguir apresenta o cronograma de pagamentos dos contratos em vigor. Tais valores representam os desembolsos estimados nos contratos assinados com as distribuidoras e encontram-se demonstrados por seus valores nominais. Os saldos diferem daqueles registrados nos livros contábeis, pois, nestes últimos, os montantes são registrados a valor presente:

|                                      | Valores<br>nominais | Valor<br>presente |
|--------------------------------------|---------------------|-------------------|
| Janeiro de 2020 até dezembro de 2020 | 44.079              | 8.451             |
| Janeiro de 2021 a dezembro de 2024   | 176.315             | 103.464           |
| Janeiro de 2025 em diante            | 381.161             | 164.318           |
|                                      | <u>601.555</u>      | <u>276.233</u>    |

O valor nominal consolidado das parcelas futuras devidas pela Companhia é de R\$ 601.555. Seu valor presente é de R\$ 276.233, sendo composto em sua totalidade de principal e foi estimado, na data de assinatura dos contratos com as transmissoras, projetando-se os pagamentos futuros e descontando-os a 14,44% ao ano. Além destes saldos, o valor total do direito de uso também contempla R\$ 70.759 referentes a investimentos em ativo imobilizado feitos pela Companhia e posteriormente doados às concessionárias de transmissão de energia elétrica. Tal doação já era prevista nos contratos assinados entre as partes. Em 2019 teve seu valor remensurado de acordo com a metodologia de cálculo do IFRS 16 / CPC 06 (R2), retirando a componente de inflação projetada sobre os pagamentos futuros e mantendo a taxa de desconto original para o cálculo de valor presente.

#### ii) Venda e leaseback das Torres

A Companhia celebrou com a American Tower do Brasil Cessão de Infraestruturas Ltda. ("ATC") em novembro de 2014 e em janeiro de 2015 dois Contratos de Venda de até 6.481 torres de telecomunicações de sua propriedade por cerca de R\$ 3 bilhões e um Contrato Master de Locação (*Master Lease Agreement* - "MLA") de parte do espaço nas referidas torres pelo prazo de 20 anos a contar da data da transferência de cada torre, na modalidade "*sale and leaseback*" que prevêem valores mensais de aluguel por tipo de torre (*greenfield ou rooftop*). A transação de venda prevê um processo de transferência das torres em tranches à ATC, tendo em vista a necessidade de atendimento de determinadas condições precedentes.

No total foram realizadas 5.873 transferências de torres, sendo 54, 336 e 5.483 nos exercícios de 2017, 2016 e 2015, respectivamente. A referida transação resultou em um valor de venda total no montante de R\$ 2.651.247, sendo o montante de R\$ 1.088.390 contabilizado como receita diferida e amortizado ao longo do período contrato (nota 22).

A taxa de desconto utilizada na transação foi determinada com base em transações observáveis de mercado que a Companhia (o arrendatário) teria que pagar em um leasing similar ou empréstimo, conforme mencionado a seguir.

A tabela a seguir apresenta o cronograma de pagamentos do contrato em vigor relativos ao MLA. Tais valores representam os desembolsos estimados no contrato assinado com a ATC e encontram-se demonstrados por seus valores nominais. É importante ressaltar que estes saldos diferem daqueles registrados nos livros contábeis, pois, nestes últimos, os montantes são registrados a valor presente:

**TIM S.A.**

**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS -- continuação**  
**Em 31 de dezembro de 2019**  
**(Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)**

|                                      | <b>Valores<br/>nominais</b> | <b>Valor<br/>presente</b> |
|--------------------------------------|-----------------------------|---------------------------|
| Janeiro de 2020 até dezembro de 2020 | 187.720                     | 32.734                    |
| Janeiro de 2021 a dezembro de 2024   | 750.881                     | 449.470                   |
| Janeiro de 2025 em diante            | 1.991.762                   | 710.392                   |
|                                      | <u>2.930.363</u>            | <u>1.192.596</u>          |

O valor nominal consolidado do somatório das parcelas futuras devidas pela Companhia é de R\$ 2.930.363. Seu valor presente é de R\$ 1.192.596 sendo composto apenas por principal. O valor presente foi estimado, projetando-se os pagamentos futuros, descontados pelas taxas de desconto utilizadas na data das transações, que variam de 11,01% a 17,08% ao ano, as quais foram determinadas com base em transações observáveis de mercado que a Companhia (o arrendatário) teria que pagar em um leasing similar e/ou empréstimo. Em 2019 teve seu valor remensurado de acordo com a metodologia de cálculo do IFRS 16 / CPC 06 (R2), retirando a componente de inflação projetada sobre os pagamentos futuros e mantendo a taxa de desconto original para o cálculo de valor presente.

(iii) Outros arrendamentos:

Além dos contratos de arrendamento mercantil citados acima, a Companhia também possui contratos de arrendamentos que se enquadram no escopo do IFRS 16 / CPC 06 (R2).

A tabela a seguir apresenta o cronograma de pagamentos desses contratos em vigor. Tais valores representam os desembolsos estimados nos contratos assinados e encontram-se demonstrados por seus valores nominais. Os saldos diferem daqueles registrados nos livros contábeis, pois, nestes últimos, os montantes são registrados a valor presente:

|  | <b>Até dezembro<br/>de 2020</b> | <b>Janeiro de 2021<br/>a dezembro de<br/>2024</b> | <b>Janeiro de 2025<br/>em diante</b> | <b>Valores<br/>nominais</b> | <b>Valor<br/>presente</b> |
|--|---------------------------------|---|--------------------------------------|-----------------------------|---------------------------|
| Total outros arrendamentos                 | 1.388.262                       | 4.284.210   | 3.617.001                            | 9.289.474                   | 6.196.068                 |
| Arrendamento mercantil - rede              | 623.670                         | 2.291.331   | 2.059.339                            | 4.974.341                   | 3.294.261                 |
| Arrendamento mercantil - veículos          | 5.039                           | 2.848   | -                                    | 7.886                       | 3.005                     |
| Arrendamento mercantil - Lojas & Quiosques | 82.958                          | 174.338   | 52.426                               | 309.721                     | 255.857                   |
| Arrendamento mercantil - Imóveis           | 51.317                          | 176.575   | 156.560                              | 384.452                     | 243.921                   |
| Arrendamento mercantil - Terrenos (Rede)   | 298.389                         | 1.035.594   | 1.348.676                            | 2.682.660                   | 1.600.456                 |
| Arrendamento mercantil - Fibra             | 326.889                         | 603.524   | -                                    | 930.414                     | 798.568                   |

O valor presente, principal e de juros em 31 de dezembro de 2019 para os contratos acima, foi estimado mês a mês, com base na taxa média incremental dos empréstimos da Companhia de 10,55%.

Os valores de arrendamentos considerados de baixo valor ou menores de 12 meses reconhecidos como despesa de aluguel em 31 de dezembro de 2019 é de R\$ 82.110.

(iv) Está representado substancialmente pelas transações de arrendamento mercantil financeiro em torres de transmissão.

## TIM S.A.

### NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS -- continuação Em 31 de dezembro de 2019 (Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

#### 16. Outros valores a compensar

Referem-se aos valores de crédito Fistel oriundos da redução da base de clientes que poderá ser compensado com futuro aumento de base ou para reduzir uma obrigação futura, sendo esperada sua utilização no abatimento da contribuição TFF (Taxa de Fiscalização de Funcionamento) devida à Fistel anualmente no mês de março.

#### 17. Fornecedores

As contas a pagar a fornecedores são obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos no curso usual dos negócios. Elas são, inicialmente, reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método de taxa de juros efetiva. Dado o curto prazo de vencimento destas obrigações, em termos práticos, normalmente as mesmas são reconhecidas ao valor da fatura correspondente.

|  | 12/2019   | 12/2018   |
|--|-----------|-----------|
|  | 3.916.048 | 4.311.604 |
| Moeda nacional                           | 3.762.674 | 4.147.109 |
| Fornecedores de materiais e serviços (a) | 3.660.528 | 4.015.602 |
| Interconexão (b)                         | 67.396    | 98.060    |
| Roaming (c)                              | 441       | 162       |
| Co-billing (d)                           | 34.309    | 33.285    |
| Moeda estrangeira                        | 153.374   | 164.495   |
| Fornecedores de materiais e serviços (a) | 115.694   | 137.117   |
| Roaming (c)                              | 37.680    | 27.378    |
| Parcela Circulante                       | 3.916.048 | 4.311.604 |

(a) Representa o valor a ser pago a fornecedores na aquisição de materiais e na prestação de serviços aplicados no ativo tangível e intangível ou para consumo na operação, manutenção e administração, conforme os termos do contrato entre as partes.

(b) Refere-se à utilização da rede de outras operadoras de telefonia fixa e móvel, nos casos em que as chamadas são iniciadas na rede TIM e finalizadas nas outras operadoras.

(c) Refere-se às chamadas efetuadas quando o cliente está fora de sua área de registro, sendo considerado visitante na outra rede.

(d) Refere-se às chamadas efetuadas pelo cliente ao escolher outra operadora de longa distância.

**TIM S.A.**

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS -- continuação  
Em 31 de dezembro de 2019  
(Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

**18. Autorizações a pagar**

Em 31 de dezembro de 2019, a Companhia possui os seguintes compromissos junto à ANATEL:

|                                | <b>12/2019</b> | <b>12/2018</b> |
|--------------------------------|----------------|----------------|
| Renovação de autorizações (i)  | 199.363        | 300.253        |
| Passivo ANATEL atualizado (ii) | 126.974        | 113.547        |
|                                | <u>326.337</u> | <u>413.800</u> |
| Parcela circulante             | (88.614)       | (65.464)       |
| Parcela não circulante         | <u>237.723</u> | <u>348.336</u> |

(i) Para prestação do SMP, a Companhia obteve Autorizações do direito de uso de radiofrequência por prazo determinado, renováveis por mais 15 (quinze) anos. Na opção pela prorrogação do direito desse uso, é devido o pagamento do valor de 2% sobre a receita líquida da região coberta pela Autorização que encerra cada biênio. Em 31 de dezembro de 2019, a Companhia possuía saldos vencidos relativos à renovação de Autorizações no montante de R\$ 199.363 (R\$ 300.253 em 31 de dezembro de 2018).

(ii) Em 5 de dezembro de 2014, a Companhia assinou o Termo de Autorização da faixa de 700 MHz e pagou o equivalente a R\$1.678 milhões, registrando o saldo remanescente no valor de R\$ 61 milhões como passivo comercial, conforme método de pagamento previsto no Edital. Em função da ocorrência de lotes desertos no Edital da faixa de 700 MHz, a Companhia, juntamente com as demais proponentes, teve que assumir proporcionalmente os custos referentes a esses lotes. Dessa forma, foi constituída a Entidade Administradora da Digitalização (“EAD”), onde o total do compromisso assumido pela Companhia foi de R\$ 1.199 milhões, o qual foi pago em 4 parcelas reajustadas pelo IGP-DI (nota 14.f).

Em 30 de junho de 2015, a Companhia distribuiu ação judicial questionando a cobrança do valor nominal excedente de R\$ 61 milhões (R\$ 127 milhões em 31 de dezembro de 2019) o qual ainda está pendente de julgamento.

**TIM S.A.**

**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS -- continuação**  
**Em 31 de dezembro de 2019**  
**(Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)**

As autorizações detidas em caráter primário pela TIM S.A. em 31 de dezembro de 2019, assim como suas datas de expiração, estão demonstradas na tabela abaixo:

| Termos de Autorização   | Data de Expiração  |                                     |  |                                 |                               |  |                     |
|---|--------------------|-------------------------------------|--|---------------------------------|-------------------------------|--|---------------------|
|   | <u>450 MHz</u>     | <u>800 MHz, 900 MHz e 1.800 MHz</u> | <u>Frequências adicionais 1800 MHz</u> | <u>1900 MHz e 2100 MHz (3G)</u> | <u>2500 MHz Banda V1 (4G)</u> | <u>2500 MHz (Banda P** (4G)</u>  | <u>700 MHz (4G)</u> |
| Amapá, Roraima, Pará, Amazonas e Maranhão   | -                  | Março, 2031*                        | Abril, 2023                            | Abril, 2023                     | Outubro, 2027                 | Parte da AR92 (PA) – Fevereiro, 2024*  | Dezembro, 2029      |
| Rio de Janeiro e Espírito Santo   | Outubro, 2027      | Março, 2031*                        | ES - Abril, 2023                       | Abril, 2023                     | Outubro, 2027                 | Parte da AR21 (RJ) – Fevereiro, 2024*  | Dezembro, 2029      |
| Acre, Rondônia, Mato Grosso, Mato Grosso do Sul, Tocantins, Distrito Federal, Goiás, Rio Grande do Sul (exceto município de Pelotas e região) e municípios de Londrina e Tamarana no Paraná | PR - Outubro, 2027 | Março, 2031*                        | Abril, 2023                            | Abril, 2023                     | Outubro, 2027                 | Parte da AR61 (DF) – Fevereiro, 2024*  | Dezembro, 2029      |
| São Paulo   | -                  | Março, 2031*                        | Interior - Abril, 2023                 | Abril, 2023                     | Outubro, 2027                 | -  | Dezembro, 2029      |
| Paraná (exceto municípios de Londrina e Tamarana)   | Outubro, 2027      | Setembro, 2022*                     | Abril, 2023                            | Abril, 2023                     | Outubro, 2027                 | AR41, exceto Curitiba e Região Metropolitana - Fevereiro, 2024*<br><br>AR41, Curitiba e Região Metropolitana - Julho, 2031 | Dezembro, 2029      |
| Santa Catarina  | Outubro, 2027      | Setembro, 2023*                     | Abril, 2023                            | Abril, 2023                     | Outubro, 2027                 | -  | Dezembro, 2029      |
| Município e região de Pelotas, no estado do Rio Grande do Sul   | -                  | Abril, 2024*                        | -                                      | Abril, 2023                     | Outubro, 2027                 | -  | Dezembro, 2029      |
| Pernambuco  | -                  | Maio, 2024*                         | -                                      | Abril, 2023                     | Outubro, 2027                 | Parte da AR81 – Julho, 2031  | Dezembro, 2029      |
| Ceará   | -                  | Novembro, 2023*                     | -                                      | Abril, 2023                     | Outubro, 2027                 | -  | Dezembro, 2029      |
| Paraíba   | -                  | Dezembro, 2023*                     | -                                      | Abril, 2023                     | Outubro, 2027                 | -  | Dezembro, 2029      |
| Rio Grande do Norte   | -                  | Dezembro, 2023*                     | -                                      | Abril, 2023                     | Outubro, 2027                 | -  | Dezembro, 2029      |
| Alagoas   | -                  | Dezembro, 2023*                     | -                                      | Abril, 2023                     | Outubro, 2027                 | -  | Dezembro, 2029      |
| Piauí   | -                  | Março, 2024*                        | -                                      | Abril, 2023                     | Outubro, 2027                 | -  | Dezembro, 2029      |
| Minas Gerais (exceto os municípios do setor 3 do PGO para radiofrequências 3G e sobras)   | -                  | Abril, 2028*                        | Abril, 2023                            | Abril, 2023                     | Outubro, 2027                 | Parte da AR31 - Fevereiro, 2030*   | Dezembro, 2029      |
| Bahia e Sergipe   | -                  | Agosto, 2027*                       | -                                      | Abril, 2023                     | Outubro, 2027                 | -  | Dezembro, 2029      |

\* Termos já renovados por 15 anos, portanto sem direito a novo período de renovação.

\*\* Somente áreas complementares nos Estados específicos.

## TIM S.A.

### NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS -- continuação Em 31 de dezembro de 2019 (Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

#### 19. Empréstimos e financiamentos

São classificados como passivos financeiros mensurados pelo custo amortizado, sendo representados por passivos financeiros não derivativos que não são usualmente negociados antes do vencimento.

No reconhecimento inicial são registrados por seu valor justo e após reconhecimento inicial, são mensurados pelo método da taxa efetiva de juros. As apropriações de despesas financeiras de acordo com o método da taxa efetiva de juros são reconhecidas no resultado, na linha de despesas financeiras.

| <b>Descrição</b>  | <b>Moeda</b> | <b>Encargos</b>          | <b>Vencimento</b> | <b>dez/19</b>    | <b>dez/18</b>    |
|-------------------|--------------|--------------------------|-------------------|------------------|------------------|
| BNDES (1)         | URTJLP       | TJLP a TJLP + 2,52% a.a. | Jul/22            | 240.008          | 578.312          |
| BNDES (1)         | UM143        | SELIC + 2,52% a.a.       | Jul/22            | 374.461          | 489.421          |
| BNDES (PSI) (1)   | R\$          | 3,50% a.a.               | Jan/21            | 18.071           | 56.804           |
| KFW (2)           | USD          | Libor 6M+ 1,35% a.a.     | Abr/19            | -                | 43.420           |
| KFW Finnvera (2)  | USD          | Libor 6M+ 0,75% a.a.     | Jan/24 a Dez/25   | 330.217          | 378.595          |
| Debentures (2)    | BRL          | 104,1% CDI               | Jul/20            | 1.025.965        | -                |
| Cisco Capital (3) | USD          | 2.50% a.a.               | Dez/20            | 40.366           | 116.465          |
| <b>Total</b>      |              |                          |                   | <b>2.029.088</b> | <b>1.663.017</b> |
| Circulante        |              |                          |                   | (1.384.180)      | (698.728)        |
| Não circulante    |              |                          |                   | 644.908          | 964.289          |

#### Garantias

- (1) Aval da controladora TIM Participações e determinados recebíveis da Companhia.
- (2) Aval da controladora TIM Participações.
- (3) Não possuem garantia.

Os financiamentos da Companhia, contratados junto ao BNDES, foram obtidos para a expansão da rede de telefonia móvel e possuem cláusulas contratuais restritivas que preveem o cumprimento de determinados índices financeiros e não financeiros calculados semestralmente. A controladora TIM Participações vem atendendo aos índices financeiros definidos. Os índices financeiros são: (1) Patrimônio Líquido sobre Ativo total; (2) EBITDA sobre despesas financeiras líquidas; (3) Dívida financeira total sobre EBITDA e (4) Dívida financeira líquida de curto prazo sobre EBITDA.

Em maio de 2018, a Companhia obteve uma nova linha de crédito no valor de R\$ 1.500 milhões junto ao BNDES para financiar os investimentos em ativos imobilizado (Capex) do triênio 2017-2019 com prazo de utilização até dezembro de 2019. A partir de março de 2019, com a contratação do Finame Direto, a Companhia substituiu o subcrédito "B" deste contrato (equivalente a R\$ 390 milhões). Esta nova linha de crédito no valor de R\$ 390 milhões junto a Finame, empresa do sistema BNDES objetivou a melhora das condições de um dos subcréditos, de igual valor, contratado junto ao BNDES em maio de 2018, tanto em termos de prazo como custo. O custo desta linha é de TLP (Taxa de Longo Prazo) mais juros de até 1,44% ao ano e sua disponibilidade se estende até dezembro de 2020, sem quaisquer obrigações de desembolso.

Segue abaixo quadro com a posição de financiamentos e linhas de crédito disponível:

## TIM S.A.

### NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS -- continuação Em 31 de dezembro de 2019 (Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

| Tipo              | Moeda | Data da abertura | Prazo  | Valor total | Valor Remanescente | Montante utilizado até 31 de dezembro 2019 | Montante expirado até 31 de dezembro de 2019 |
|-------------------|-------|------------------|--------|-------------|--------------------|--|--|
| BNDES (1)         | TJLP  | Mai/18           | Dez/19 | 1.090.000   | -                  | -  | 1.090.000                                    |
| BNDES (2)         | TJLP  | Mai/18           | Dez/19 | 20.000      | -                  | -  | 20.000                                       |
| FINAME (3)        | TLP   | Mar/19           | Dez/20 | 390.000     | 390.000            | -  | -  |
| <b>Total R\$:</b> |       |                  |        | 1.500.000   | 390.000            | -  | 1.110.000                                    |

Objetivo:

- Apoio ao plano de investimentos da TIM para os anos de 2017 a 2019 incluindo, mas não se limitando, a aquisição de equipamentos nacionais;
- Investimentos em projetos sociais, no âmbito da comunidade;
- Aplicação exclusiva na aquisição de máquinas e equipamentos, sistemas industriais e/ou outros componentes de fabricação nacional.

As linhas de financiamento PSI (Programa de Sustentação do Investimento), contratadas junto ao BNDES, referem-se a programas específicos da Instituição e possuem taxas de juros menores do que as previstas em operações corriqueiras do BNDES. O saldo correspondente em 31 de dezembro de 2019 ao ajuste referente à subvenção concedida pelo BNDES para a totalidade de linhas do PSI, é de aproximadamente R\$ 42 milhões, sendo este montante registrado no grupo de “Receitas diferidas” na rubrica de “Subvenções Governamentais” (nota 22) e o diferimento é feito de acordo com a vida útil do ativo que está sendo financiado e apropriado no resultado em “Receita de Subvenção” (nota 28).

Em janeiro de 2019, a Companhia, realizou a 1ª (primeira) emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, de espécie quirográfica, no valor de R\$ 1.000 milhão. A emissão objetivou o reforço de capital de giro da Companhia e terá vencimento em julho de 2020, sendo remunerada a 104,10% CDI.

A Companhia possui operações de swap, com o objetivo de proteger-se dos riscos de desvalorização do real em relação ao dólar americano em suas operações de empréstimos e financiamentos. Entretanto, não aplica a “contabilidade de *hedge*” (vide nota 36).

Os empréstimos e financiamentos em 31 de dezembro de 2019 vencíveis em longo prazo obedecem ao seguinte escalonamento:

## TIM S.A.

### NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS -- continuação Em 31 de dezembro de 2019 (Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

|      |                |
|------|----------------|
| 2021 | 305.171        |
| 2022 | 206.324        |
| 2023 | 33.434         |
| 2024 | 78.694         |
| 2025 | 21.285         |
|      | <u>644.908</u> |

O valor nominal dos empréstimos é consistente com seu respectivo cronograma de pagamento.

#### Valor justo dos empréstimos

No Brasil, não há um mercado consolidado de dívidas de longo prazo com as características normalmente verificadas nos financiamentos do BNDES. As instituições consideram, além dos retornos de dívida de longo prazo, os benefícios sociais de cada projeto vinculado aos seus financiamentos. Para fins de análise de valor justo, baseado nas análises da administração qualquer diferença entre o nominal e o valor justo é imaterial no contexto das demonstrações financeiras e do endividamento da empresa.

O valor dos empréstimos das linhas PSI é registrado ao valor justo na data de sua captação e este valor justo é calculado com base na taxa do CDI à época.

Outra operação contratada com característica extremamente específica é o empréstimo obtido junto ao KFW Finnvera. Nesta operação, tem-se como garantidor o Finnvera, agência finlandesa de fomento. Dadas às características desta operação, a Companhia entende que seu valor justo é igual àquele registrado no balanço.

Com relação às captações contratadas com a Cisco Capital, as atuais condições de mercado não indicam a existência de fatores que possam levar a um valor justo das operações diferente daquele registrado nos livros contábeis.

## 20. Impostos, taxas e contribuições indiretos a recolher

|   | 12/2019          | 12/2018          |
|---|------------------|------------------|
| <b>Impostos, taxas e contribuições indiretos a recolher</b> | <u>466.072</u>   | <u>453.495</u>   |
| Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços - ICMS   | 377.105          | 361.558          |
| Impostos e Taxas ANATEL                                     | 22.009           | 21.320           |
| Imposto sobre Serviço - ISS                                 | 61.148           | 59.323           |
| Outros  | 5.810            | 11.294           |
| Parcela circulante  | <u>(463.075)</u> | <u>(450.723)</u> |
| Parcela não circulante                                      | <u>2.997</u>     | <u>2.772</u>     |

**TIM S.A.**

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS -- continuação  
Em 31 de dezembro de 2019  
(Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

**21. Impostos, taxas e contribuições diretos a recolher**

Os encargos de imposto de renda e de contribuição social correntes são calculados com base nas leis tributárias promulgadas, ou substancialmente promulgadas, até a data do balanço.

A legislação permite que as empresas optem pelo pagamento trimestral ou mensal de imposto de renda e contribuição social. Desde 2016 a Companhia optou por efetuar o pagamento mensal de imposto de renda e contribuição social.

|   | <b>12/2019</b> | <b>12/2018</b> |
|---|----------------|----------------|
| <b>Impostos, taxas e contribuições diretos a recolher</b> | <b>482.799</b> | <b>494.929</b> |
| Imposto de renda e contribuição social                    | 346.097        | 372.467        |
| PIS / COFINS  | 104.514        | 56.733         |
| Outros (*)  | 32.188         | 65.729         |
| Parcela circulante  | (270.489)      | (285.049)      |
| Parcela não circulante                                    | 212.310        | 209.880        |

(\*) A composição desta conta refere-se principalmente à adesão da Companhia ao Programa de Recuperação Fiscal - REFIS a partir de 2009 para parcelamento dos débitos em aberto dos tributos federais (PIS - Programa de Integração Social, COFINS - Contribuição para Financiamento da Seguridade Social, IRPJ - Imposto de Renda Pessoa Jurídica e CSLL - Contribuição Social sobre o Lucro Líquido), cujo vencimento final dar-se-á em 31 de outubro de 2024.

**22. Receitas diferidas**

|  | <b>12/2019</b>   | <b>12/2018</b>   |
|--|------------------|------------------|
| <b>Receitas diferidas</b>                    | <b>1.109.112</b> | <b>1.313.467</b> |
| Serviços a prestar pré-pago (1)              | 186.310          | 301.621          |
| Subvenções Governamentais (2)                | 42.159           | 63.731           |
| Swap de rede (3)                             | 2.713            | 11.449           |
| Receitas antecipadas                         | 11.651           | 18.626           |
| Receitas diferidas sobre venda de torres (4) | 843.017          | 897.112          |
| Passivo contratual (5)                       | 23.262           | 20.928           |
| Parcela circulante                           | (281.930)        | (406.867)        |
| Parcela não circulante                       | 827.182          | 906.600          |

(1) Refere-se a recarga de créditos de voz e dados ainda não utilizados pelos clientes relativos aos serviços do sistema pré-pago que são apropriados ao resultado quando da efetiva utilização destes serviços pelos clientes.

## TIM S.A.

### NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS -- continuação Em 31 de dezembro de 2019 (Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

(2) Refere-se à liberação de recursos referente à linha de financiamento junto ao BNDES (Programa de Sustentação do Investimento – BNDES PSI). O somatório das subvenções concedidas pelo BNDES até 31 de dezembro de 2019 é de R\$ 203 milhões e o montante em aberto em 31 de dezembro de 2019 e de R\$42.159 (63.731 em 31 de dezembro de 2018) Este montante está sendo amortizado pelo prazo de vida útil do ativo que está sendo financiado e apropriado no grupo de “outras receitas (despesas), líquidas” (nota 28).

(3) Refere-se, principalmente, a contratos de cessão onerosa e recíproca de infraestrutura de fibras óticas (nota 11).

(4) Refere-se ao valor das receitas a serem apropriadas pela venda das torres (nota 15).

(5) Contratos com clientes. Em 31 de dezembro de 2019, o saldo de ativos e passivos contratuais é como segue:

|  | 12/2019   | 12/2018   |
|--|-----------|-----------|
| Contas a receber incluídos em contas a receber de clientes | 2.413.865 | 2.189.931 |
| Ativo contratual (nota 6)                                  | 15.142    | 130       |
| Passivo contratual   | (23.262)  | (20.928)  |

Os contratos com clientes foram gerados na alocação dos descontos em ofertas combinadas fidelizadas, onde o desconto pode ser no equipamento e/ou no serviço, gerando um ativo ou passivo contratual, respectivamente, de acordo com a oferta sob análise.

Resumo das principais variações no exercício:

|                                 | Ativo (passivo) contratual |          |
|---------------------------------|----------------------------|----------|
|                                 | 2019                       | 2018     |
| Saldo em 1º. de janeiro de 2019 | (20.798)                   | (12.305) |
| Adições                         | 1.845                      | (23.545) |
| Baixas                          | 10.833                     | 15.052   |
| Saldo em 31 de dezembro de 2019 | (8.120)                    | (20.798) |

Os saldos de ativos e passivos contratuais tem previsão de realização conforme tabela abaixo:

|                            | 2020    | 2021    |
|----------------------------|---------|---------|
| Ativo (passivo) contratual | (5.953) | (2.167) |

A Companhia em linha com parágrafo 121 da IFRS 15 / CPC 47, não está apresentando os efeitos das informações sobre contratos de clientes com prazos de duração inferiores a 1 ano.

**TIM S.A.**

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS -- continuação  
Em 31 de dezembro de 2019  
(Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

**23. Provisão para processos judiciais e administrativos**

A Companhia é parte integrante em processos judiciais e administrativos nas esferas cível, trabalhista, tributária e regulatória, que surgem no curso normal de seus negócios.

A provisão é constituída com base em opiniões dos consultores jurídicos da Companhia e da Administração, por montantes julgados como suficientes e adequados para cobrir perdas e riscos considerados prováveis. As situações onde as perdas são consideradas prováveis e possíveis são objeto de registro e divulgação, respectivamente, por seus valores atualizados, e aquelas em que as perdas são consideradas remotas não são divulgadas.

A provisão para processos judiciais e administrativos constituída, atualizada, está composta como segue:

|  | 12/2019 | 12/2018 |
|--|---------|---------|
| <b>Provisão para processos judiciais e administrativos</b> | 703.522 | 742.162 |
| Cível (a)  | 208.202 | 106.801 |
| Trabalhistas (b)   | 208.224 | 423.923 |
| Tributária (c)   | 254.833 | 180.101 |
| Regulatória (d)  | 32.263  | 31.337  |

As variações na provisão para processos judiciais e administrativos encontram-se resumidas a seguir:

|                  | dez-18  | Adições,<br>líquidas de<br>reversões | Pagamentos | Atualização<br>monetária | Total   |
|------------------|---------|--------------------------------------|------------|--------------------------|---------|
|                  | 742.162 | 498.698                              | (645.020)  | 107.682                  | 703.522 |
| Cível (a)        | 106.801 | 347.852                              | (335.415)  | 88.964                   | 208.202 |
| Trabalhistas (b) | 423.923 | 38.218                               | (232.013)  | (21.904)                 | 208.224 |
| Tributária (c)   | 180.101 | 112.538                              | (77.341)   | 39.535                   | 254.833 |
| Regulatória (d)  | 31.337  | 90                                   | (251)      | 1.087                    | 32.263  |

|                 | dez-17 | Saldo<br>empresa<br>incorporada | Adições,<br>líquidas de<br>reversões | Pagamentos | Atualização<br>monetária | Total   |
|-----------------|--------|---------------------------------|--------------------------------------|------------|--------------------------|---------|
|                 | 32.510 | 469.982                         | 200.053                              | (80.133)   | 119.750                  | 742.162 |
| Cível (a)       | 7.532  | 118.038                         | 36.356                               | (49.123)   | (6.002)                  | 106.801 |
| Trabalhistas    | 6.016  | 175.451                         | 153.776                              | (16.301)   | 104.981                  | 423.923 |
| Tributária (c)  | 18.932 | 145.643                         | 9.854                                | (14.647)   | 20.319                   | 180.101 |
| Regulatória (d) | 30     | 30.850                          | 67                                   | (62)       | 452                      | 31.337  |

## TIM S.A.

### NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS -- continuação Em 31 de dezembro de 2019 (Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

A Companhia está sujeita a diversas ações judiciais e procedimentos administrativos propostos pelos consumidores, fornecedores, prestadores de serviços e órgãos de defesa do consumidor e órgãos fazendários, que tratam de variadas matérias que surgem no curso normal dos negócios das entidades. A seguir estão sumariados os principais processos:

#### a. Processos cíveis

##### *a.1 Ações movidas por consumidores*

A Companhia é parte em ações que se referem a reclamações diversas movidas por consumidores, nas esferas judicial e administrativa. As referidas ações no montante de R\$ 135.290 (R\$ 86.039 em 31 de dezembro de 2018) referem-se principalmente por suposta cobrança indevida, cancelamento de contrato, qualidade dos serviços, defeitos e falhas na entrega de aparelhos e negativação indevida.

##### *a.2 Órgãos de Defesa do Consumidor*

A TIM é parte em ações judiciais e administrativas movidas pelo Ministério Público, Procon e outros órgãos de defesa do consumidor, decorrentes de reclamações consumeristas, em que, se discute: (i) supostas falhas na prestação dos serviços de rede; (ii) questionamentos da qualidade no atendimento; (iii) supostas violações ao Decreto SAC; (iv) supostas violações contratuais; (v) suposta publicidade enganosa e; (vi) discussão de cobrança de multa de fidelização, nos casos de furto e roubo do aparelho. Os valores envolvidos equivalem a R\$ 31.221 (R\$ 5.814 em 31 de dezembro 2018).

##### *a.3 Ex- parceiros comerciais*

A TIM é ré em ações propostas por ex-parceiros comerciais em que são pleiteados, dentre outros, valores com fundamentos em supostos inadimplementos contratuais. Os valores envolvidos equivalem a R\$ 12.812 (R\$ 10.378 em 31 de dezembro de 2018).

##### *a.4 Outros*

A TIM é ré em outras ações de objetos essencialmente não consumeristas propostas pelos mais diversos agentes diferentes dos descritos anteriormente, em que, dentre outras se discute: (i) renovatórias de contratos de locação; (ii) ações de subscrição acionária; (iii) ações indenizatórias; (iv) suposto descumprimento de contrato e; (v) ações de cobrança. Os valores envolvidos equivalem a R\$ 27.039 (R\$ 3.060 em 31 de dezembro de 2018).

##### *a.5 Socioambiental e infraestrutura*

A Companhia é parte em ações envolvendo agentes diversos que discutem aspectos relacionados a licenciamento, dentre os quais Licenciamento Ambiental e Licenciamento de Estrutura (instalação/operação). Os valores envolvidos equivalem a R\$ 498 (R\$ 239 em 31 de dezembro de 2018).

## TIM S.A.

### NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS -- continuação Em 31 de dezembro de 2019 (Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

#### a.6 ANATEL

A Companhia é parte em ações em face da ANATEL, em que se discute: (i) débito relativo à cobrança de 2% das receitas de serviços de valor adicionado - VAS e interconexão; (ii) correção monetária pro-rata aplicada à proposta de preços estipulados no edital para uso das frequências do 4G e (iii) suposto descumprimento de metas de qualidade do serviço. Os valores envolvidos equivalem a R\$ 1.342 (R\$ 1.271 em 31 de dezembro de 2018).

#### b. Processos trabalhistas

A seguir estão sumariados os principais processos trabalhistas com risco provável:

São processos envolvendo diversas reclamações trabalhistas propostas tanto por ex-empregados, em relação a questões como diferenças salariais, equiparações, pagamentos de remuneração variável/comissões, adicionais legais, horas extras e outras previsões estabelecidas no período anterior ao processo de privatização, quanto por ex-empregados de empresas prestadoras de serviços, os quais, valendo-se da legislação trabalhista em vigor, requerem a responsabilização da Companhia por obrigações trabalhistas não adimplidas pelas empresas prestadoras de serviços contratadas.

Há 2.304 reclamações trabalhistas em 31 de dezembro de 2019 (3.671 em 31 de dezembro de 2018), no prognóstico provável, movidas contra a Companhia, a maioria refere-se a demandas que envolvem ex-empregados de prestadores de serviços seguido de processos de empregados próprios. O provisionamento destas causas totaliza R\$ 208.224 atualizado monetariamente (R\$334.849 em 31 de dezembro de 2018). Durante o exercício de 2018, segundo posição dos consultores jurídicos da Companhia, determinados processos trabalhistas apresentaram alterações em seu prognóstico de perda de possível para provável, portanto, com registro correspondente da provisão.

Uma parcela significativa deste provisionamento diz respeito a processos de reestruturação organizacional, dos quais se destacam o encerramento das atividades dos Centros de Relacionamento com o Cliente (*call center*) bem como processos relacionados aos sites internos da TIM, que resultaram no desligamento de colaboradores. Em 31 de dezembro de 2019, o provisionamento destas causas totaliza R\$ 57.859 atualizado monetariamente (31 de dezembro de 2018 - R\$26.127).

#### c. Processos tributários

|                     | 12/2019        | 12/2018        |
|---------------------|----------------|----------------|
| Tributos Federais   | 155.495        | 74.842         |
| Tributos Estaduais  | 93.790         | 103.546        |
| Tributos Municipais | 5.548          | 1.713          |
|                     | <u>254.833</u> | <u>180.101</u> |

O total da provisão registrada está substancialmente composto pelos seguintes processos cujos valores indicados estão estimados pelos índices estabelecidos pelo governo federal para tributos em atraso, estando atrelados à variação da taxa SELIC:

## TIM S.A.

### NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS -- continuação Em 31 de dezembro de 2019 (Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

#### Tributos Federais

A provisão está substancialmente composta pelos seguintes processos:

- (i) A provisão para a TIM S.A. suporta trinta e sete processos, relativos a questionamentos envolvendo a incidência sobre operações da CIDE, CPMF, CSLL, IRRF, denúncia espontânea da multa no pagamento do FUST e obrigações acessórias. Deste total, destacam-se os valores envolvidos nos processos judiciais que buscam o reconhecimento do direito de não recolher a CPMF supostamente incidente sobre operações simultâneas de compra e venda de moeda estrangeira e troca de titularidade de conta decorrente de incorporação societária, cujos valores provisionados, atualizados, equivalem a R\$ 9.560 (R\$ 9.335 em 31 de dezembro de 2018), assim como o valor relativo a multa e juros sobre a contribuição ao FUST do ano de 2009, onde não está sendo reconhecido o benefício da denúncia espontânea, cujo valor provisionado e atualizado é de R\$ 14.564 (R\$ 14.060 em 31 de dezembro de 2018).
- (ii) A empresa constituiu uma provisão para um processo que visa a cobrança da contribuição previdenciária retida à alíquota de 11% a que, supostamente, deveriam ter sido submetidos os pagamentos realizados pela empresa a outras pessoas jurídicas a título de remuneração por atividades diversas, cujo valor provisionado e atualizado é de R\$ 37.977 (R\$ 36.685 em 31 de dezembro de 2018).
- (iii) Adicionalmente, no segundo trimestre de 2019, a Companhia constituiu a provisão para o processo de FUST, que busca a Inconstitucionalidade e ilegalidade da cobrança do FUST (Fundo de Universalização de Serviços de Telecomunicações). Pleito pelo reconhecimento do direito de não recolher FUST, deixando de incluir em sua base de cálculo as receitas transferidas a título de interconexão e EILD (Exploração Industrial de Linha Dedicada), bem como pelo direito de não sofrer a cobrança retroativa das diferenças apuradas em função de não observar a súmula 7/2005 da ANATEL, no valor de R\$ 58.116 (sem correspondente em 31 de dezembro de 2018).

#### Tributos Estaduais

A provisão está substancialmente composta pelos seguintes processos:

A provisão para a TIM S.A. suporta quarenta e um processos, dentre os quais se destacam (i) os valores envolvidos nas autuações que questionam o estorno de débitos de ICMS, assim como o suporte documental para a comprovação de créditos apropriados pela Companhia, cujos valores provisionados, atualizados, equivalem a R\$ 23.558 (R\$ 42.628 em 31 de dezembro de 2018), (ii) valores supostamente não oferecidos à tributação pela prestação de serviços de telecomunicações, que, atualizados, equivalem a R\$ 5.037 (R\$ 4.829 em 31 de dezembro de 2018), bem como (iii) cobranças em razão de supostas diferenças tanto de entradas como de saídas de mercadorias, em procedimento de levantamento quantitativo de estoque, cujos valores atualizados equivalem a R\$ 15.460 (processo provisionado em 03/2019, sem correspondente em 31 de dezembro de 2018).

#### Tributos Municipais

Destacam-se os valores envolvidos nas autuações que questionam a retenção e recolhimento do ISS-fonte de serviços de terceiros sem vínculo empregatício, bem como o recolhimento de ISS próprio correspondente a serviços prestados em *co-billing*.

## TIM S.A.

### NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS -- continuação Em 31 de dezembro de 2019 (Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

#### d. Processos regulatórios

A ANATEL instaurou processos administrativos em desfavor do Grupo pelo: (i) não cumprimento de certos indicadores de qualidade; (ii) inadimplemento de outras obrigações derivadas dos Termos de Autorização e; (iii) não atendimento à regulamentação do SMP e do STFC, dentre outras.

Em 31 de dezembro de 2019, o valor indicado relativo aos Procedimentos para Apuração de Descumprimento de Obrigações ("PADOs"), considerando a atualização monetária, classificados com risco de perda provável é de R\$ 31.337 (R\$ 32.263 em 31 de dezembro de 2018).

#### e. Processos judiciais e administrativos cujas perdas são avaliadas como possíveis

A Companhia possui ações de natureza cível, trabalhista, tributária e regulatória envolvendo riscos de perda classificados por seus consultores jurídicos e pela Administração como possíveis, para as quais não há provisão para processos judiciais e administrativo constituída, não sendo esperados efeitos materiais adversos nas demonstrações financeiras, conforme valores apresentados a seguir:

|                                    | <u>12/2019</u>    | <u>12/2018</u>    |
|------------------------------------|-------------------|-------------------|
|                                    | <u>18.337.227</u> | <u>18.790.266</u> |
| Cível (e.1)                        | 1.035.308         | 1.051.021         |
| Trabalhista e previdenciária (e.2) | 398.886           | 495.912           |
| Tributária (e.3)                   | 16.194.922        | 16.608.389        |
| Regulatória (e.4)                  | 708.111           | 634.944           |

Os processos administrativos e judiciais cujas perdas são avaliadas como possíveis e monitorados pela Administração estão divulgados pelos seus valores atualizados.

As principais ações com risco de perda classificadas como possível estão descritas abaixo:

#### e.1. Cíveis

|  | <u>12/2019</u>   | <u>12/2018</u>   |
|--|------------------|------------------|
| Ações movidas por consumidores (e.1.1)   | 374.860          | 405.635          |
| ANATEL (e.1.2)                           | 220.526          | 207.657          |
| Órgãos de Defesa do Consumidor (e.1.3)   | 32.847           | 84.231           |
| Ex-parceiros comerciais (e.1.4)          | 180.226          | 173.213          |
| Sócio ambiental e infraestrutura (e.1.5) | 125.201          | 71.574           |
| Outros (e.1.6)                           | 101.648          | 108.711          |
|  | <u>1.035.308</u> | <u>1.051.021</u> |

#### e.1.1 Ações movidas por consumidores

Referem-se principalmente a ações por suposta cobrança indevida, cancelamento de contrato, qualidade dos serviços, defeitos e falhas na entrega de aparelhos e negativação indevida.

## TIM S.A.

### NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS -- continuação Em 31 de dezembro de 2019 (Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

#### e.1.2 ANATEL

A Companhia é parte em ações em face da ANATEL, em que se discute: (i) débito relativo à cobrança de 2% das receitas de serviços de valor adicionado - VAS e interconexão; (ii) correção monetária pro-rata aplicada à proposta de preços estipulados no edital para uso das frequências do 4G e (iii) suposto descumprimento de metas de qualidade do serviço.

#### e.1.3 Órgãos de Defesa do Consumidor

A TIM é parte em ações judiciais e administrativas movidas pelo Ministério Público, Procon e outros órgãos de defesa do consumidor, decorrentes de reclamações consumeristas, em que se discute: (i) supostas falhas na prestação dos serviços de rede; (ii) suposta falha na entrega de aparelhos; (iii) suposto descumprimento das legislações estaduais; (iv) modelo de contratação e supostas cobranças indevidas de Serviços de Valor Adicionado - VAS ; (v) supostas violações ao Decreto SAC; (vi) supostas violações contratuais; e (vii) bloqueio de dados.

#### e.1.4 Ex-Parceiros comerciais

A TIM é ré em ações propostas por diversos ex-parceiros comerciais em que são pleiteados, dentre outros, valores com fundamentos em supostos inadimplementos contratuais.

#### e.1.5 Socioambiental e infraestrutura

A Companhia é parte em ações envolvendo agentes diversos que discutem aspectos relacionados a (1) Licenciamento Ambiental e Licenciamento de Estrutura (instalação/operação) e (2) (i) radiação eletromagnética emitida pelas estruturas de Telecom; (ii) renovação de contratos de locação de terrenos para instalação de sites; (iii) Despejo em terrenos alugados para instalação de sites; (iv) apresentação de dados cadastrais, dentre outros.

#### e.1.6 Outros

A TIM é ré em outras ações de objetos essencialmente não consumeristas propostas pelos mais diversos agentes diferentes dos descritos anteriormente, em que, dentre outras se discute: (i) renovatórias de contratos de locação; (ii) ações de subscrição acionária; (iii) ações indenizatórias; (iv) suposto descumprimento de contrato e; (v) ações de cobrança.

### e.2. Trabalhista e Previdenciária

#### *e.2.1. Previdenciária*

A TIM Celular recebeu Notificação Fiscal de Lançamento de Débito, referente à suposta irregularidade no recolhimento de contribuições previdenciárias relativas ao pagamento de Participação nos Lucros e Resultados, no valor de R\$ 538 atualizado (R\$ 538 em 31 de dezembro de 2018) e sofreu ainda autuação fiscal referente a supostas contribuições previdenciárias incidentes sobre gratificação de contratação; gratificação não ajustada; contraprestação por atividades de autônomos e incentivos a vendas no valor atualizado de R\$ 9.693 em 31 de dezembro de 2019.

## TIM S.A.

### NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS -- continuação Em 31 de dezembro de 2019 (Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

A TIM S.A recebeu Notificações Fiscais de Lançamento de Débitos, referente à suposta irregularidade no recolhimento de contribuições previdenciárias incidentes sobre participação nos lucros e resultados; falta de recolhimento sobre pró-labore dos dirigentes e falta de preenchimento adequado da Guia de Recolhimento do FGTS - GFIP, além de declaração equivocada na GFIP no valor total de R\$ 1.559 atualizado (R\$1.430 em 31 de dezembro de 2018).

#### e.2.2. Trabalhistas

Há 3.881 reclamações trabalhistas em 31 de dezembro de 2019 (4.531 em 31 de dezembro de 2018), no prognóstico possível, movidas contra a Companhia, referentes a demandas que envolvem ex-empregados e empregados de prestadores de serviços no montante de R\$424.394 atualizado (R\$495.912 em 31 de dezembro de 2018), que também inclui as demandas mencionadas no item e.2.1 abaixo.

Parcela significativa do contingenciamento existente diz respeito a processos de reestruturação organizacional, dos quais se destacam o encerramento das atividades dos Centros de Relacionamento com o Cliente (*call center*), bem como processos relacionados aos sites internos da TIM, que resultaram no desligamento de colaboradores. Somam-se a estes processos aqueles movidos por terceiros prestadores de serviços com pedidos de vínculo empregatício com a TIM, cujos valores somam R\$14.349 atualizado.

Os demais valores são relativos a processos trabalhistas de pedidos diversos movidos por ex-empregados próprios e de empresas terceiras.

#### e.3. Tributárias

|                             | 12/2019    | 12/2018    |
|-----------------------------|------------|------------|
|                             | 16.194.922 | 16.608.389 |
| Tributos Federais (e.3.1)   | 4.253.354  | 4.005.779  |
| Tributos Estaduais (e.3.2)  | 8.246.869  | 8.929.590  |
| Tributos Municipais (e.3.3) | 703.132    | 693.616    |
| FUST, FUNTEL e EBC (e.3.4)  | 2.991.567  | 2.979.404  |

Os valores apresentados estão corrigidos, de forma estimada, com base no índice SELIC. O valor histórico envolvido equivale a R\$ 11.474.961 (R\$ 11.657.159 em 31 de dezembro de 2018).

#### e.3.1. Tributos Federais

O valor total autuado contra o Grupo TIM relativamente a tributos federais é de R\$ 4.253.354 em 31 de dezembro de 2019 (R\$ 4.005.779 em 31 de dezembro de 2018). Deste valor, destacam-se principalmente as seguintes discussões:

- Alegação de suposta incorreção de aproveitamento de créditos tributários por realização de incorporação reversa, amortização do ágio pago na aquisição das

## TIM S.A.

### NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS -- continuação Em 31 de dezembro de 2019

(Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

empresas de telefonia celular, dedução de despesas de amortização de ágio, exclusão da reversão de ágio, demais reflexos e glosas de compensações e deduções pagas por estimativa, utilização supostamente indevida do benefício da SUDENE por falta de formalização do benefício na Secretaria da Receita Federal (RFB), e falta de recolhimento de IRPJ e CSLL devidos por estimativa. O valor envolvido é de R\$ 2.672.754 (R\$ 2.543.851 em 31 de dezembro de 2018).

- b. Metodologia de compensação de prejuízos fiscais e bases negativas. O valor envolvido é de R\$ 203.302 (R\$ 198.175 em 31 de dezembro de 2018)
- c. Cobrança de CSLL sobre as variações monetárias decorrentes das operações de swap contabilizadas pelo regime de caixa. O valor envolvido é de R\$ 66.164 (R\$ 64.537 em 31 de dezembro de 2018).
- d. Cobrança de IRRF sobre rendimentos de residentes no exterior, inclusive aqueles remetidos a título de roaming internacional e pagamento a beneficiários não identificados, bem como a cobrança de CIDE sobre pagamento de royalties em remessas para o exterior, inclusive as remessas a título de roaming internacional. O valor envolvido para a Companhia é de R\$ 256.833 (R\$ 296.589 em 31 de dezembro de 2018).
- e. Cobrança de débitos de IRPJ, PIS/COFINS e CSLL decorrente da não homologação ou homologação parcial de compensações realizadas pela Companhia a partir de créditos de retenções na fonte sobre aplicações financeiras e saldo negativo de IRPJ. O valor envolvido é de R\$ 427.233 (R\$ 412.715 em 31 de dezembro de 2018).

#### e.3.2. Tributos Estaduais

O valor total autuado contra o Grupo TIM relativamente a tributos estaduais em 31 de dezembro de 2019 é de R\$ 8.246.869 (R\$ 8.929.590 em 31 de dezembro de 2018). Deste valor, destacam-se principalmente as seguintes discussões:

- a. Não inclusão na base de cálculo do ICMS de descontos incondicionais oferecidos a clientes, além de multa pelo suposto descumprimento de obrigação acessória correlata, inclusive pela falta de apresentação do registro 60i do arquivo SINTEGRA. O valor envolvido é de R\$ 1.053.411 (R\$ 1.344.288 em 31 de dezembro de 2018).
- b. Utilização de benefício fiscal (Programa de Promoção do Desenvolvimento Econômico Integrado e Sustentável do Distrito Federal - PRÓ-DF) concedido pelo próprio ente tributante, porém declarado inconstitucional posteriormente, bem como suposto creditamento indevido de ICMS decorrente da compra interestadual de mercadorias com benefício fiscal concedido no Estado de origem. O valor envolvido é de R\$ 887.637 (R\$ 1.110.827 em 31 de dezembro de 2018).
- c. Estorno de crédito e creditamento extemporâneo relativos a aquisições de ativo permanente. O valor envolvido para a TIM S.A. é de R\$ 731.864 (R\$ 767.142 em 31 de dezembro de 2018).
- d. Lançamentos de créditos e estorno de débitos do ICMS, bem como a identificação e sustentação documental de valores e informações lançados em contas de clientes, tais como as alíquotas do imposto e os créditos concedidos como antecipação de

## TIM S.A.

### NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS -- continuação Em 31 de dezembro de 2019 (Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

futuras recargas (crédito especial), bem como créditos relacionados com operações de substituição tributária e operações isentas e não tributadas. Em 31 de dezembro de 2019, o montante na Companhia é de R\$ 3.284.473 (R\$ 3.340.448 em 31 de dezembro de 2018).

- e. Aproveitamento de crédito na aquisição de energia elétrica diretamente empregada no processo produtivo das companhias. O valor envolvido é de R\$ 131.057 (R\$ 140.368 em 31 de dezembro de 2018).
- f. Suposto conflito entre as informações constantes de obrigações acessórias e o recolhimento do tributo, bem como questionamento específico de multa pelo descumprimento de obrigações acessórias. O valor envolvido é de R\$ 138.684 (R\$ 116.880 em 31 de dezembro de 2018).
- g. Suposta falta de recolhimento de ICMS decorrente da glosa de débitos estornados relacionados ao serviço pré-pago, crédito indevido de ICMS nas saídas de mercadorias supostamente beneficiadas com redução da base de cálculo, bem como alegação de indevida não inclusão de Serviços de Valor Agregado (SVA) da base de cálculo do ICMS. O valor envolvido é de R\$ 198.505 (R\$ 192.074 em 31 de dezembro de 2018).
- h. Lançamento de créditos relativos ao retorno de aparelhos celulares cedidos em comodato. O valor envolvido é de R\$ 180.920 (R\$ 177.128 em 31 de dezembro de 2018).
- i. Cobrança de ICMS relativo aos serviços de assinatura e sua alegada indevida não inclusão na base de cálculo do ICMS devido à sua natureza. O valor envolvido é de R\$ 249.659 (R\$ 139.758 em 31 de dezembro de 2018).

#### e.3.3. *Tributos Municipais*

O valor total autuado contra o Grupo TIM relativamente a tributos municipais é de R\$ 703.132 em 31 de dezembro de 2019 (R\$ 693.616 em 31 de dezembro de 2018). Deste valor, destacam-se principalmente as seguintes discussões:

- a. Cobrança de ISS, bem como da multa punitiva pela ausência do suposto imposto devido, sobre diversas contas de receita da Companhia. O valor envolvido é de R\$ 147.572 (R\$ 142.355 em 31 de dezembro de 2018).
- b. Cobrança de ISS sobre importação de serviços. O valor envolvido é de R\$ 300.669 (R\$ 283.620 em 31 de dezembro de 2018).
- c. Constitucionalidade da cobrança da Taxa de Fiscalização do Funcionamento (TFF) por autoridades municipais de localidades diversas. O valor envolvido é de R\$ 120.503 (R\$ 118.114 em 31 de dezembro de 2018).

## TIM S.A.

### NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS -- continuação Em 31 de dezembro de 2019 (Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

#### e.3.4. FUST e FUNTTEL

O valor total autuado contra o Grupo TIM relativamente às contribuições para o FUST e FUNTTEL é de R\$ 2.991.567 (R\$ 2.979.404 em 31 de dezembro de 2018). A principal discussão envolve a cobrança da contribuição ao FUST e ao FUNTTEL (Fundo para o Desenvolvimento Tecnológico das Telecomunicações) a partir da emissão pela ANATEL da Súmula nº. 07/2005, visando entre outros, e principalmente, a cobrança da contribuição para o FUST e para o FUNTTEL sobre as receitas de interconexão auferidas por prestadoras de serviços de telecomunicações móvel, a partir da vigência da Lei nº. 9.998/2000.

#### e.4. Regulatórias

A ANATEL instaurou processos administrativos contra a Companhia pelo: (i) não cumprimento de certos indicadores de qualidade; (ii) inadimplemento de outras obrigações derivadas dos Termos de Autorização e; (iii) não atendimento à regulamentação do SMP e do STFC, dentre outras.

Em 31 de dezembro de 2019, o valor indicado relativo aos PADOs (Procedimento para Apuração de Descumprimento de Obrigações), considerando a atualização monetária, classificados com risco possível era de R\$ 707.993 (R\$ 634.826 em 31 de dezembro de 2018). A variação decorreu principalmente da tramitação dos PADOs inseridos no Termo de Ajustamento de Conduta "TAC" em negociação com a ANATEL e novas entradas registradas no ano de 2019.

Em 22 de agosto de 2019, o Conselho Diretor da ANATEL aprovou, por unanimidade, o Termo de Ajustamento de Conduta da TIM, que vinha sendo negociando desde junho de 2018 com o regulador. O acordo abrange um valor de referência das sanções de R\$ 627 milhões. O compromisso a ser assumido pela TIM prevê ações de melhorias em três pilares de atuação - experiência do cliente, qualidade e infraestrutura - por meio de iniciativas associadas a aprimoramentos no processo de licenciamento das estações, uso eficiente de recursos de numeração, evolução dos canais digitais de atendimento, redução dos índices de reclamação, reparação de usuários e reforço de redes de transporte e de acesso. Além disso, contempla o compromisso adicional de levar banda larga móvel, por meio da rede 4G, a 366 municípios com menos de 30 mil habitantes assim alcançando mais de 3,4 milhões de pessoas. A nova infraestrutura será implementada em três anos - sendo mais de 80% nos primeiros dois anos - estando garantido pela Companhia o regime de compartilhamento com as demais prestadoras.

## 24. **Patrimônio líquido**

### a. Capital social

O capital social é registrado pelo valor efetivamente captado junto aos acionistas, líquido dos custos diretamente atrelados ao processo de captação.

O capital social subscrito e integralizado em 31 de dezembro de 2019, está representado por 42.296.789.606 (42.296.789.606 em 31 de dezembro de 2018) ações ordinárias sem valor nominal, subscritas pela TIM Participações S.A.

Conforme Ata de Assembleia Geral Extraordinária realizada em 31 de outubro de 2018, foi aprovado o aumento do capital social da Companhia pelo montante de R\$ 9.434.216, mediante incorporação do capital social da sociedade TIM Celular S.A., que compõe o acervo líquido contábil em 30 de setembro de 2018, conforme a seguir:

## TIM S.A.

### NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS -- continuação Em 31 de dezembro de 2019 (Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

|                     |                   |
|---------------------|-------------------|
| Capital social      | 9.434.216         |
| Reservas de capital | 30.600            |
| Reservas de lucro   | 7.110.253         |
| Lucros acumulados   | 460.185           |
|                     | <u>17.035.254</u> |

Ainda, conforme previsto no Protocolo de Incorporação, as variações do patrimônio da TIM Celular entre a data do laudo (30 de setembro de 2018) e do ato societário de incorporação (31 de outubro de 2018), que reduziram o patrimônio no valor de R\$ 77.139, foram transferidas, absorvidas e incorporadas ao resultado operacional da TIM Celular. Essas variações foram representadas pelo lucro líquido do período no valor de R\$ 140.119 e distribuição de dividendos por meio de Juros sobre Capital Próprio no valor de R\$ 217.258.

#### b. Reservas de capital

A utilização das reservas de capital obedece aos preceitos do art. 200 da Lei nº 6.404/76, que dispõe sobre as sociedades por ações. Esta reserva é composta da seguinte forma:

|                           | <u>12/2019</u> | <u>12/2018</u> |
|---------------------------|----------------|----------------|
| Opções de compra de ações | 36.154         | 33.363         |

#### c. Reservas de lucros

##### c.1 Reserva legal

Refere-se à destinação de 5% do lucro líquido relativo ao exercício findo em 31 de dezembro de cada ano, até que a reserva iguale 20% do capital social, excluindo a partir de 2018 o saldo destinado à reserva de incentivos fiscais. Adicionalmente, a Companhia poderá deixar de constituir a reserva legal quando esta, somada às reservas de capital, exceder 30% do capital social.

Esta reserva só pode ser utilizada para aumentar o capital ou compensar prejuízos acumulados.

##### c.2 Retenção de lucros

Refere-se a valores de lucros retidos, aprovados em Assembleia e utilizados para expansão dos negócios da Companhia.

##### c.3 Reserva de benefício fiscal

A Companhia usufrui de benefícios fiscais que preveem restrições na distribuição dos lucros da mesma. Segundo a legislação que estabelece estes benefícios fiscais, o valor do imposto que deixar de ser pago em virtude de isenções e reduções da carga tributária não poderá ser distribuído aos sócios e constituirá reserva de incentivo fiscal da pessoa jurídica. Tal reserva somente pode ser utilizada para absorção de prejuízos ou aumento do capital social. Em 31 de Dezembro de 2019, o valor acumulado dos benefícios usufruídos pela Companhia equivalem a R\$ 1.612.019 (R\$1.417.858 em 31 de dezembro de 2018).

## TIM S.A.

### NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS -- continuação Em 31 de dezembro de 2019 (Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

O referido benefício fiscal, corresponde basicamente pela redução do Imposto de Renda Pessoa Jurídica (IRPJ) incidente sobre o lucro da exploração apurado nas unidades incentivadas. A Companhia atua na área da extinta Superintendência de Desenvolvimento da Amazônia (SUDENE/SUDAM), sendo os laudos de incentivo fiscal concedidos por estado da federação, por período de 10 anos, passíveis de renovação.

#### d. Dividendos

Os dividendos são calculados de acordo com o estatuto social e com a Lei das Sociedades por Ações.

Segundo seu último estatuto social, aprovado em 31 de outubro de 2018, a Companhia deve distribuir como dividendo obrigatório a cada exercício social findo em 31 de dezembro, desde que haja valores disponíveis para distribuição, quantia equivalente a 25% sobre o lucro líquido ajustado.

Conforme previsto no estatuto social da Companhia, os dividendos não reclamados no prazo de 3 anos reverterão em favor da Companhia.

Em 31 de dezembro, os dividendos e JCP foram calculados como segue:

|   | <b>2019</b>      | <b>2018</b>      |
|---|------------------|------------------|
| Lucro líquido do exercício  | 3.860.162        | 1.533.732        |
| Efeito de incorporação (Nota 1)   | -                | 1.127.705        |
|   | <u>3.860.162</u> | <u>2.661.437</u> |
| (-) incentivos fiscais não distribuíveis  | (194.161)        | (146.455)        |
| (-) Constituição da reserva legal   | (183.300)        | (125.749)        |
| Lucro líquido ajustado  | <u>3.482.701</u> | <u>2.389.233</u> |
| Dividendos mínimos calculados com base em 25% do lucro  | <u>870.675</u>   | <u>597.308</u>   |
| Composição dos dividendos a pagar e JCP:  |                  |                  |
| Juros sobre capital próprio (inclui o valor de R\$ 744.757 que foi distribuído até 31 de outubro de 2018 pela sociedade incorporada TIM Celular S.A.) | 1.183.000        | 953.795          |
| Total de dividendos e JSCP distribuídos e propostos   | 1.183.000        | 953.795          |
| Imposto de Renda Retido na Fonte (IRRF) sobre JSCP  | (177.450)        | (143.069)        |
| Total de dividendos e JCP líquidos  | <u>1.005.550</u> | <u>810.726</u>   |

O saldo em 31 de dezembro de 2019 da rubrica de “dividendos e juros sobre capital próprio a pagar” é composto pelo valor não liquidado no final do exercício, dos juros sobre capital próprio destinados e calculados em 2019 no montante de R\$ 597.550 (R\$362.436 em 31 de dezembro de 2018).

## TIM S.A.

### NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS -- continuação Em 31 de dezembro de 2019 (Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

Os juros sobre capital próprio pagos e/ou a pagar são contabilizados em contrapartida às despesas financeiras as quais, para fins de apresentação das demonstrações financeiras são reclassificadas e divulgadas como destinação do lucro líquido do exercício, nas mutações do patrimônio líquido. Os juros sobre capital próprio recebidos e/ou a receber são contabilizados em contrapartida às receitas financeiras impactando o resultado de equivalência patrimonial. Para fins de apresentação, os impactos no resultado são eliminados. No decorrer de 2019, o montante total de juros sobre o capital próprio aprovados foi de R\$ 1.183.000 e o total pago foi de R\$ 937.542

Para a demonstração dos fluxos de caixa, os juros sobre o capital próprio e dividendos pagos aos seus acionistas estão sendo alocados no grupo de “Atividades de Financiamentos”.

#### **25. Plano de Incentivo de Longo Prazo**

Os administradores da Companhia se beneficiam do Programa de Incentivo de Longo Prazo da acionista controladora, TIM Participações S.A., que propõe remunerar os participantes com ações de emissão da Companhia, sujeitos a determinadas condições de tempo e/ou desempenho.

##### **Plano 2011 – 2013, Plano 2014-2016 e Plano 2018-2020**

Em 5 de agosto de 2011, 10 de abril de 2014 e 19 de abril de 2018, foram aprovados pela Assembleia Geral de Acionistas da TIM Participações S.A. os planos de incentivo de longo prazo; “Plano 2011-2013”, “Plano 2014-2016” e “Plano 2018-2020” respectivamente, concedidos a altos administradores e àqueles que ocupam posições chave na TIM Participações e na Companhia.

Os Planos 2011-2013 e 2014-2016 tratam da outorga de opções de ações, enquanto que o Plano 2018-2020 prevê a outorga de ações.

O exercício das opções do Plano 2011-2013 está condicionado ao atingimento de metas específicas de desempenho, enquanto que o exercício das opções do Plano 2014-2016 não possui esta condição. O Preço de Exercício é calculado aplicando-se um ajuste, para mais ou para menos, no Preço Base da Ação, em consequência do desempenho acionário, considerando os critérios previstos em cada Plano.

Já o Plano 2018-2020 propõe conceder aos participantes ações de emissão da Companhia, sujeitos a determinadas condições de tempo e/ou desempenho (atingimento de metas específicas). A quantidade de ações pode variar, para mais ou para menos, em consequência do desempenho e eventualmente da concessão dividendos, considerando os critérios previstos em cada Outorga.

O prazo de vigência das opções dos Planos 2011-2013 e 2014-2016 são de 6 anos e a TIM Participações não tem nenhuma obrigação legal ou não formalizada de recomprar ou liquidar as opções em dinheiro. Para o Plano 2018-2020 o prazo de vigência possui a mesma periodicidade de 3 anos relacionada à sua carência (*Vesting*). Por sua vez, o Plano 2018-2020, além de considerar a transferência de Ações, prevê também a possibilidade de realizar o pagamento aos participantes do valor equivalente em dinheiro.

O valor total da despesa é reconhecido durante o período no qual o direito é adquirido; período durante o qual as condições específicas de aquisição de direitos devem ser atendidas. Na data de cada balanço, o Grupo revisa suas estimativas da quantidade de opções/ações que terão seus direitos adquiridos, considerando as condições de aquisição não relacionadas ao mercado e as condições por tempo de serviço.

**TIM S.A.**

**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS -- continuação**  
**Em 31 de dezembro de 2019**  
 (Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

Cabe considerar que em 2017 não foram realizadas novas outorgas, apenas foram realizadas as apurações dos *Vestings* de outorgas passadas.

As variações na quantidade de ações/opções estão apresentadas a seguir:

| Data de outorga                    | Opções/Ações outorgadas | Data de vencimento | Preço Base (R\$) | Saldo no início do exercício | Concedidas durante o exercício | Exercidas durante o exercício | Caducadas durante o exercício | Vencidas durante o exercício | Saldo no final do exercício |
|------------------------------------|-------------------------|--------------------|------------------|------------------------------|--------------------------------|-------------------------------|-------------------------------|------------------------------|-----------------------------|
| Plano 2018-2020 – 2ª Outorga       | 930.662                 | jul/22             | 11,28            | -                            | 930.662                        | -                             | -33.418                       | -                            | 897.244                     |
| Plano 2018-2020 – 1ª Outorga       | 849.932                 | abr/21             | 14,41            | 466.514                      | -                              | -115.949                      | -97.228                       | -                            | 253.337                     |
| Plano 2014-2016 – 3ª Outorga       | 3.922.204               | nov/22             | 8,10             | 895.522                      | -                              | -476.182                      | -                             | -                            | 419.340                     |
| Plano 2014-2016 – 2ª Outorga       | 3.355.229               | out/21             | 8,45             | 292.523                      | -                              | -159.675                      | -                             | -                            | 132.848                     |
| Plano 2014-2016 – 1ª Outorga       | 1.687.686               | set/20             | 13,42            | 531.972                      | -                              | -32.511                       | -121.175                      | -                            | 378.286                     |
| Plano 2011-2013 – 3ª Outorga       | 3.072.418               | jul/19             | 8,13             | 543.583                      | -                              | -                             | -                             | -543.583                     | -                           |
| Plano 2011-2013 – 2ª Outorga       | 2.661.752               | set/18             | 8,96             | -                            | -                              | -                             | -                             | -                            | -                           |
| Plano 2011-2013 – 1ª Outorga       | 2.833.595               | ago/17             | 8,84             | -                            | -                              | -                             | -                             | -                            | -                           |
| <b>Total</b>                       | <b>19.313.478</b>       |                    |                  | <b>2.730.114</b>             | <b>930.662</b>                 | <b>-784.317</b>               | <b>-251.821</b>               | <b>-543.583</b>              | <b>2.081.055</b>            |
| Preço médio ponderado do exercício |                         |                    | <b>11,23</b>     |                              |                                |                               |                               |                              |                             |

| Data de outorga                    | Opções/Ações outorgadas | Data de vencimento | Preço Base (R\$) | Saldo no início do exercício | Concedidas durante o exercício | Exercidas durante o exercício | Caducadas durante o exercício | Vencidas durante o exercício | Saldo no final do exercício |
|------------------------------------|-------------------------|--------------------|------------------|------------------------------|--------------------------------|-------------------------------|-------------------------------|------------------------------|-----------------------------|
| Plano 2018-2020 – 1ª Outorga       | 549.153                 | mai-21             | 14,41            | -                            | 549.153                        | -                             | (82.639)                      | -                            | 466.514                     |
| Plano 2014-2016 – 3ª Outorga       | 2.346.725               | nov-22             | 8,10             | 1.684.281                    | -                              | (510.884)                     | (277.875)                     | -                            | 895.522                     |
| Plano 2014-2016 – 2ª Outorga       | 2.027.286               | out-21             | 8,45             | 1.084.013                    | -                              | (656.268)                     | (135.222)                     | -                            | 292.523                     |
| Plano 2014-2016 – 1ª Outorga       | 1.318.385               | set-20             | 13,42            | 658.720                      | -                              | (27.424)                      | (99.324)                      | -                            | 531.972                     |
| Plano 2011-2013 – 3ª Outorga       | 2.400.468               | jul-19             | 8,13             | 694.936                      | -                              | -                             | (151.353)                     | -                            | 543.583                     |
| Plano 2011-2013 – 2ª Outorga       | 1.850.555               | set-18             | 8,96             | 194.756                      | -                              | -                             | -                             | (194.756)                    | -                           |
| Plano 2011-2013 – 1ª Outorga       | 2.038.575               | ago-17             | 8,84             | -                            | -                              | -                             | -                             | -                            | -                           |
| <b>Total</b>                       | <b>12.531.147</b>       |                    |                  | <b>4.316.706</b>             | <b>549.153</b>                 | <b>(1.194.576)</b>            | <b>(746.413)</b>              | <b>(194.756)</b>             | <b>2.730.114</b>            |
| Preço médio ponderado do exercício |                         |                    | <b>10,26</b>     |                              |                                |                               |                               |                              |                             |

## TIM S.A.

### NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS -- continuação Em 31 de dezembro de 2019 (Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

Os dados significativos incluídos no modelo foram:

| Data de outorga | Preço Base - média ponderada da ação no período de medição da Outorga | Volatilidade | Vida esperada da opção | Taxa de juros anual sem risco |
|-----------------|---|--------------|------------------------|-------------------------------|
| Outorga 2011    | R\$ 8,84  | 51,73% a.a.  | 6 anos                 | 11,94%a.a                     |
| Outorga 2012    | R\$ 8,96  | 50,46% a.a.  | 6 anos                 | 8,89%a.a                      |
| Outorga 2013    | R\$ 8,13  | 48,45% a.a.  | 6 anos                 | 10,66%a.a                     |
| Outorga 2014    | R\$ 13,42   | 44,60% a.a.  | 6 anos                 | 10,66%a.a                     |
| Outorga 2015    | R\$ 8,45  | 35,50% a.a.  | 6 anos                 | 16,10%a.a                     |
| Outorga 2016    | R\$ 8,10  | 36,70% a.a.  | 6 anos                 | 11,73% a.a                    |
| Outorga 2018    | R\$ 14,41   | NA           | 3 anos                 | NA                            |
| Outorga 2019    | R\$ 11,28   | NA           | 3 anos                 | NA                            |

O Preço Base da Ação foi calculado através das médias ponderadas do preço das ações da TIM Participações, considerando os seguintes períodos:

- **Plano 2011-2013 – 1ª Outorga** - volume negociado e preço de negociação das ações da TIM Participações no período dos 30 dias anteriores à data de 20/07/2011 (data em que o Conselho de Administração da TIM Participações aprovou o benefício).
- **Plano 2011-2013 – 2ª Outorga** - volume negociado e preço de negociação das ações da TIM Participações no período de 01/07/2012 a 31/08/2012.
- **Plano 2011-2013 – 3ª Outorga** - volume negociado e preço de negociação das ações da TIM Participações no período dos 30 dias anteriores à data de 20/07/2013.
- **Plano 2014-2016 – 1ª Outorga** - volume negociado e preço de negociação das ações da TIM Participações nos 30 dias anteriores à data definida pelo Conselho de Administração da TIM Participações (29 de setembro de 2014).
- **Plano 2014-2016 – 2ª Outorga** - volume negociado e preço de negociação das ações da TIM Participações nos 30 dias anteriores à data definida pelo Conselho de Administração da TIM Participações (29 de setembro de 2015).
- **Plano 2014-2016 – 3ª outorga** - volume negociado e preço de negociação das ações da TIM Participações nos 30 dias anteriores à data definida pelo Conselho de Administração (29 de setembro de 2016).
- **Plano 2018-2020 – 1ª outorga** - volume negociado e preço de negociação das ações da TIM Participações no período de 01 de março de 2018 à 31 de março de 2018.
- **Plano 2018-2020 – 2ª outorga** - volume negociado e preço de negociação das ações da TIM Participações no período de 01 de junho de 2019 à 30 de junho de 2019.

A Companhia reconhece o impacto da revisão das estimativas iniciais, se houver, na demonstração do resultado, com contrapartida no patrimônio líquido. Em 31 de dezembro de 2019, as despesas atreladas aos referidos planos de benefícios de longo prazo totalizaram R\$2.908 (R\$ 4.291 em 31 de dezembro de 2018).

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS -- continuação  
Em 31 de dezembro de 2019  
(Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

**26. Receita operacional líquida**

Receitas de serviços prestados

As principais receitas de serviços advêm de assinaturas mensais, prestação de serviços separados de voz, SMSs, dados, pacotes de utilização combinada destes serviços, encargos de *roaming* e receitas de interconexão. As receitas são reconhecidas conforme sua utilização, líquidas de impostos sobre vendas e descontos concedidos sobre os serviços. Estas receitas somente são contabilizadas quando o montante do serviço prestado pode ser estimado de forma confiável.

As receitas são reconhecidas mensalmente, através do faturamento, e as receitas a faturar entre a data de faturamento e o final do mês (*unbilled*) são identificadas, processadas e reconhecidas no mês em que o serviço foi prestado. Estas receitas não faturadas são registradas com base em estimativa, que leva em consideração dados de consumo, número de dias transcorridos desde a última data de faturamento

As receitas de tráfego de interconexão e *roaming* são registradas de forma isolada, sem que sejam compensados os valores devidos a outras operadoras de telecomunicações (estes últimos são registrados como custo das operações).

Os minutos não utilizados pelos clientes e/ou os créditos de recarga em poder dos parceiros comerciais, relativos aos serviços do sistema pré-pago são registrados como receita diferida e apropriados ao resultado quando da efetiva utilização destes serviços pelos clientes.

Receitas de vendas de produtos

As receitas com vendas de produtos (telefones, *mini-modems*, *tablets* e outros equipamentos) são reconhecidas quando as obrigações de performance associados ao contrato são transferidas ao comprador. A receita de venda de aparelhos aos parceiros comerciais é contabilizada no momento de sua entrega física ao parceiro, líquida de descontos, e não no momento da venda ao cliente final, pois a Companhia não detém qualquer controle sobre o produto vendido.

Identificação dos contratos

A Companhia efetua revisão de todos os contratos comerciais em vigor, de modo a identificar as principais cláusulas contratuais e demais elementos presentes nos contratos que poderiam ser relevantes na aplicação do novo pronunciamento contábil.

Identificação da obrigação de desempenho

Com base na revisão dos seus contratos, a Companhia verificou a existência de duas obrigações de desempenho:

- (i) venda de equipamentos; e
- (ii) prestação de serviços de telefonia móvel, fixa e internet.

Sendo assim, a Companhia passou a reconhecer as receitas quando, ou à medida que, seja satisfeita a obrigação de desempenho ao transferir o bem ou o serviço prometido ao cliente; sendo o ativo considerado transferido quando ou à medida que o cliente obtiver o controle desse ativo.

## TIM S.A.

### NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS -- continuação Em 31 de dezembro de 2019 (Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

#### Determinação e alocação do preço da transação à obrigação de desempenho

A Companhia entende que seus pacotes de serviços incluem a venda de aparelhos celulares com desconto. De acordo com a IFRS 15 (CPC 47), a Companhia é requerida a realizar a alocação do desconto e reconhecer as receitas relacionadas a cada obrigação de desempenho com base em seus preços de venda independentes.

Antes da adoção da norma, a Companhia reconhecia a receita de cada um dos elementos identificados com base no preço de contrato, sendo o desconto na venda de aparelhos alocado integralmente ao preço do aparelho.

Como consequência da adoção da nova norma, uma parte adicional da receita foi alocada às receitas reconhecidas pela venda de celulares no início do contrato, representando um aumento na receita de venda de equipamentos em relação à prática contábil adotada anteriormente. A diferença entre o valor da receita e o valor da receita de venda de equipamentos no momento inicial foi reconhecida como um ativo contratual, alocado à receita de serviços pelo período do contrato.

#### Custo para obtenção de contrato

Todos os custos incrementais relacionados com a obtenção de um contrato (comissões de vendas e outros custos de aquisição de terceiros) são contabilizados como despesas antecipadas e amortizados no mesmo período que a receita associada a este ativo. Da mesma forma, certos custos de cumprimento do contrato, também são diferidos na medida em que eles se relacionem com obrigações de desempenho que estão satisfeitas ao longo do tempo.

|                                    | 12/2019           | 12/2018          |
|------------------------------------|-------------------|------------------|
| <b>Receita Operacional Líquida</b> | <b>17.377.194</b> | <b>3.367.619</b> |
| Receita operacional bruta          | 25.182.831        | 4.917.990        |
| Receita de serviços                | 23.820.343        | 4.649.387        |
| Receita de serviços - Móvel        | 22.145.033        | 3.802.631        |
| Receita de serviços - Fixa         | 1.675.310         | 846.756          |
| Venda de mercadorias               | 1.362.488         | 268.603          |
| Deduções da receita bruta          | (7.805.637)       | (1.550.371)      |
| Impostos incidentes                | (4.939.980)       | (1.001.961)      |
| Descontos concedidos               | (2.843.670)       | (546.091)        |
| Devoluções e Outros                | (21.987)          | (2.319)          |

**TIM S.A.**

**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS -- continuação**  
**Em 31 de dezembro de 2019**  
 (Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

**27. Custos e despesas operacionais**

|  | 12/2019  |                              |                                   |              | 12/2018  |                              |                                   |             |
|--|--|------------------------------|-----------------------------------|--------------|--|------------------------------|-----------------------------------|-------------|
|  | Custo de serviços prestados e mercadorias vendidas (*) | Despesas com comercialização | Despesas gerais e administrativas | Total        | Custo de serviços prestados e mercadorias vendidas (*) | Despesas com comercialização | Despesas gerais e administrativas | Total       |
|  | (7.433.731)  | (4.986.289)                  | (1.693.104)                       | (14.113.124) | (1.545.499)  | (859.741)                    | (339.078)                         | (2.744.318) |
| Pessoal                                    | (53.392)   | (624.353)                    | (373.272)                         | (1.051.017)  | (4.960)  | (144.023)                    | (98.080)                          | (247.063)   |
| Serviços de terceiros                      | (569.242)  | (2.041.646)                  | (508.322)                         | (3.119.210)  | (120.087)  | (355.839)                    | (94.015)                          | (569.941)   |
| Interconexão e meios de conexão            | (1.419.464)  | -                            | -                                 | (1.419.464)  | (365.110)  | -                            | -                                 | (365.110)   |
| Depreciação e amortização                  | (4.132.223)  | (256.898)                    | (739.861)                         | (5.128.982)  | (690.326)  | (27.340)                     | (126.144)                         | (843.810)   |
| Impostos, taxas e contribuições            | (32.120)   | (817.369)                    | (18.460)                          | (867.949)    | (4.885)  | (143.295)                    | (3.892)                           | (152.072)   |
| Aluguéis e seguros                         | (291.302)  | (121.795)                    | (20.582)                          | (433.679)    | (165.500)  | (39.845)                     | (13.786)                          | (219.131)   |
| Custo das mercadorias vendidas             | (931.818)  | -                            | -                                 | (931.818)    | (191.950)  | -                            | -                                 | (191.950)   |
| Publicidade e propaganda                   | -  | (355.234)                    | -                                 | (355.234)    | -  | (53.508)                     | -                                 | (53.508)    |
| Perdas por créditos de liquidação duvidosa | -  | (748.291)                    | -                                 | (748.291)    | -  | (93.933)                     | -                                 | (93.933)    |
| Outros                                     | (4.170)  | (20.703)                     | (32.607)                          | (57.480)     | (2.681)  | (1.958)                      | (3.161)                           | (7.800)     |

A Companhia faz contribuições para planos de seguro de pensão públicos ou privados de forma obrigatória, contratual ou voluntária enquanto o empregado integra o quadro de funcionários da Companhia. Tais planos não trazem nenhuma obrigação adicional para a Companhia. Se o funcionário deixar de fazer parte do quadro de empregados da Companhia no período necessário para ter o direito de retirada das contribuições feitas pelas patrocinadoras, os valores aos quais o funcionário não tem mais direito e que podem representar redução nas contribuições futuras da Companhia aos funcionários ativos, ou um reembolso em dinheiro destes valores, são lançados como ativo.

**TIM S.A.**

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS -- continuação  
Em 31 de dezembro de 2019  
(Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

**28. Outras receitas (despesas), líquidas**

|  | <b>12/2019</b>   | <b>12/2018</b>   |
|--|------------------|------------------|
| <b>Receitas</b>  |                  |                  |
| Receita de subvenção, líquida  | 21.572           | 4.191            |
| Multas sobre serviços de telecomunicações                                | 50.499           | 8.780            |
| Receita na alienação de ativos   | 2.214            | 715              |
| Outras receitas (a)  | 1.877.657        | 221.124          |
|  | <u>1.951.942</u> | <u>234.810</u>   |
| <b>Despesas</b>  |                  |                  |
| FUST/FUNTEL (b)  | (137.169)        | (29.936)         |
| Impostos, taxas e contribuições  | (4.024)          | (1.001)          |
| Provisão para processos judiciais e administrativos, líquida de reversão | (418.461)        | (148.771)        |
| Despesa na alienação de ativos   | (7.055)          | (514)            |
| Outras despesas  | (62.543)         | (5.903)          |
|  | <u>(629.252)</u> | <u>(186.125)</u> |
| Amortização de autorizações  | <u>(629.252)</u> | <u>(186.125)</u> |
| Outras receitas (despesas), líquidas                                     | <u>1.322.690</u> | <u>48.685</u>    |

(a) A variação no período refere-se à: (i) créditos oriundos de processo judicial de titularidade da TIM Celular S.A. (incorporada pela TIM S.A.) com decisão definitiva transitado em julgado a favor da Companhia em Tribunais Superiores, em 2019, que discutia a exclusão do ICMS da base de cálculo das contribuições do PIS e COFINS no montante de R\$ 1.795 milhões foi registrado na rubrica de outras receitas em junho de 2019 (nota 9) e (ii) amortização da receita diferida da venda das torres (nota 15).

(b) Representam os gastos incorridos com as contribuições sobre as diversas receitas de telecomunicações devidas a ANATEL, conforme legislação em vigor.

**29. Receitas financeiras**

|                                    | <b>12/2019</b>   | <b>12/2018</b> |
|------------------------------------|------------------|----------------|
| <b>Receitas financeiras</b>        | <u>1.427.500</u> | <u>230.565</u> |
| Juros sobre aplicações financeiras | 86.574           | 21.933         |
| Juros de clientes                  | 37.232           | 7.896          |
| Juros swap                         | 15.536           | (2.308)        |
| Juros sobre leasing                | 20.528           | 4.271          |
| Atualização monetária (i)          | 1.262.772        | 198.178        |
| Outras receitas                    | 4.858            | 595            |

(i) Inclui os valores de R\$1.228 milhões de atualização de créditos oriundos de processo judicial da TIM Celular S.A (Incorporada pela TIM S.A) sobre a exclusão do ICMS da base de cálculo do PIS e COFINS (nota 9).

**TIM S.A.**

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS -- continuação  
Em 31 de dezembro de 2019  
(Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

**30. Despesas financeiras**

|  | <b>12/2019</b>     | <b>12/2018</b>   |
|--|--------------------|------------------|
| <b>Despesas financeiras</b>              | <b>(1.238.655)</b> | <b>(194.365)</b> |
| Juros sobre empréstimos e financiamentos | (116.735)          | (8.626)          |
| Juros sobre fornecedores                 | 3.336              | 174              |
| Juros sobre impostos e taxas             | (28.345)           | (2.157)          |
| Juros swap                               | (24.604)           | (2.204)          |
| Juros sobre arrendamento                 | (821.463)          | (44.947)         |
| Atualização monetária <sup>(2)</sup>     | (134.484)          | (119.786)        |
| Descontos concedidos                     | (36.047)           | (7.994)          |
| Outras despesas <sup>(1)</sup>           | (80.313)           | (8.825)          |

<sup>(1)</sup> Inclui os valores de PIS/COFINS sobre eventos financeiros, principalmente incidentes sobre Juros sobre Capital Próprio (JSCP).

<sup>(2)</sup> A atualização monetária está relacionada principalmente com as provisões para perdas de processos judiciais e administrativos.

**31. Variações cambiais, líquidas**

|                                     | <b>12/2019</b>  | <b>12/2018</b>  |
|-------------------------------------|-----------------|-----------------|
| <b>Receitas</b>                     |                 |                 |
| Empréstimos e financiamentos        | 22.494          | 615             |
| Fornecedores                        | 8.972           | 365             |
| Swap                                | 40.742          | 25.749          |
| Outros                              | 15.950          | 1.799           |
|                                     | <b>88.158</b>   | <b>28.528</b>   |
| <b>Despesas</b>                     |                 |                 |
| Empréstimos e financiamentos        | (40.715)        | (25.741)        |
| Fornecedores                        | (13.141)        | (1.390)         |
| Swap                                | (22.493)        | (615)           |
| Outros                              | (12.691)        | (244)           |
|                                     | <b>(89.040)</b> | <b>(27.990)</b> |
| <b>Variações cambiais, líquidas</b> | <b>(882)</b>    | <b>538</b>      |

A variação cambial no período está relacionada a empréstimos e financiamentos e fornecedores em moeda estrangeira. O efeito foi reduzido por operações com derivativos (nota 36).

**TIM S.A.**

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS -- continuação  
Em 31 de dezembro de 2019  
(Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

**32. Despesas com imposto de renda e contribuição social**

|   | <b>12/2019</b>   | <b>12/2018</b>   |
|---|------------------|------------------|
| Imposto de renda e contribuição social correntes                      |                  |                  |
| Imposto de renda do exercício   | (155.521)        | (133.531)        |
| Contribuição social do exercício                                      | (58.905)         | (49.726)         |
| Incentivo fiscal – SUDENE/SUDAM (*)                                   | 156.594          | 39.958           |
|   | <u>(57.832)</u>  | <u>(143.299)</u> |
| Imposto de renda e contribuição social diferidos                      |                  |                  |
| Imposto de renda diferido   | (623.587)        | 712.247          |
| Contribuição social diferida  | (224.491)        | 253.970          |
|   | <u>(848.078)</u> | <u>966.217</u>   |
| Provisão para contingências de imposto de renda e contribuição social | (8.651)          | 2.090            |
|   | <u>(856.729)</u> | <u>968.307</u>   |
|   | <u>(914.561)</u> | <u>825.008</u>   |

A conciliação da despesa de imposto de renda e contribuição social calculada pela aplicação das alíquotas fiscais combinadas com os valores refletidos no resultado está demonstrada a seguir:

|  | <b>12/2019</b> | <b>12/2018</b>   |
|--|----------------|------------------|
| Lucro antes do imposto de renda e contribuição social                        | 4.774.723      | 708.724          |
| Alíquota fiscal combinada  | 34%            | 34%              |
| Imposto de renda e contribuição social pela alíquota fiscal combinada        | (1.623.406)    | (240.966)        |
| (Adições) / exclusões:   |                |                  |
| Prejuízos fiscais e diferenças temporárias (não reconhecidas) reconhecidas   | -              | 961.441          |
| <i>Adições, exclusões permanentes:</i>                                       |                |                  |
| Despesas não dedutíveis para fins de impostos                                | 26.719         | (2.884)          |
| Impacto de arrendamento mercantil financeiro                                 | -              | (6.191)          |
| Benefício fiscal relacionado aos juros sobre o capital próprio destinados    | 402.220        | 71.073           |
| Incentivo fiscal SUDENE/SUDAM (*)  | 156.594        | 39.958           |
| Outros valores   | 123.312        | 2.577            |
|  | <u>708.845</u> | <u>1.065.974</u> |
| Imposto de renda e contribuição social registrados ao resultado do exercício | (914.561)      | 825.008          |
| Alíquota efetiva   | <u>19,15%</u>  | <u>(116,41)%</u> |

(\*) Conforme mencionado na nota 24 c.3, para que subvenções para investimento não sejam computadas no lucro real, as mesmas devem ser registradas como reserva de incentivos fiscais, que somente poderá ser utilizada para absorver prejuízos ou ser incorporada ao capital social. A TIM S.S possui benefícios fiscais que se enquadram nestas regras.

## TIM S.A.

### NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS -- continuação Em 31 de dezembro de 2019 (Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

#### 33. Lucro por ação

##### (a) Básico

O lucro básico por ação é calculado mediante a divisão do lucro atribuível aos acionistas da Companhia, pela quantidade média ponderada de ações emitidas durante o exercício.

|   | 12/2019    | 12/2018    |
|---|------------|------------|
| Lucro atribuível aos acionistas da sociedade            | 3.860.162  | 1.533.732  |
| Quantidade média ponderada de ações emitidas (milhares) | 42.296.790 | 10.417.762 |
| Lucro básico por ação (expresso em R\$)                 | 0,09       | 0,14       |

##### (b) Diluído

Não há ações potenciais diluidoras na participação dos atuais acionistas. Sendo assim, o cálculo do lucro diluído por ação é igual ao lucro básico por ação.

#### 34. Saldos e transações com partes relacionadas

Os saldos das transações com empresas do Grupo Telecom Italia são os seguintes:

|                            | Ativo   |         |
|----------------------------|---------|---------|
|                            | 12/2019 | 12/2018 |
| TIM Participações (10)     | 11.310  | 8.257   |
| Telecom Italia Sparkle (1) | 1.949   | 2.877   |
| TI Sparkle (3)             | 2.007   | 804     |
| TIM Brasil (10)            | 4.860   | 13.424  |
| Gruppo Havas (7)           | -       | 75.600  |
| Outros                     | 1.035   | 1.091   |
| Total                      | 21.161  | 102.053 |

**TIM S.A.**

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS -- continuação  
Em 31 de dezembro de 2019  
(Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

|                            | Passivo        |                |
|----------------------------|----------------|----------------|
|                            | 12/2019        | 12/2018        |
| TIM Participações (4)      | 32.975         | 31.942         |
| Telecom Italia S.p.A. (2)  | 80.825         | 89.433         |
| Telecom Italia Sparkle (1) | 6.531          | 11.895         |
| TI Sparkle (3)             | 3.731          | 4.174          |
| TIM Brasil (5)             | 4.916          | 4.904          |
| Grupo Vivendi (6)          | 1.164          | 4.745          |
| Gruppo Havas (7)           | 11.049         | 62.686         |
| Outros                     | 2.467          | 959            |
| <b>Total</b>               | <b>143.658</b> | <b>210.738</b> |

|                            | Receita      |                |
|----------------------------|--------------|----------------|
|                            | 12/2019      | 12/2018        |
| Telecom Italia S.p.A. (2)  | 775          | 858            |
| Telecom Italia Sparkle (1) | 5.371        | 5.809          |
| TI Sparkle (3)             | 2.052        | 904            |
| TIM Celular (8)            | -            | 203.628        |
| <b>Total</b>               | <b>8.198</b> | <b>211.199</b> |

|                            | Custo/Despesa  |                |
|----------------------------|----------------|----------------|
|                            | 12/2019        | 12/2018        |
| Telecom Italia S.p.A. (2)  | 93.188         | 62.976         |
| Telecom Italia Sparkle (1) | 24.914         | 30.123         |
| TI Sparkle (3)             | 18.700         | 18.035         |
| Grupo Vivendi (6)          | 1.386          | 9.439          |
| Gruppo Havas (7)           | 264.318        | 301.752        |
| TIM Celular (9)            | -              | 35.849         |
| <b>Outros</b>              | <b>18.713</b>  | <b>-</b>       |
| <b>Total</b>               | <b>421.219</b> | <b>458.174</b> |

(1) Os valores referem-se a *roaming*, serviços de valor adicionado – VAS, cessão de meios e voz internacional-*wholesale*.

(2) Os valores referem-se a *roaming* internacional, assistência técnica e serviços de valor adicionado – VAS.

No dia 17 de maio de 2018, a TIM Participações e a Telecom Itália fecharam contrato de licenciamento de uso de marca registrada concedendo formalmente à TIM Participações e a Companhia o direito

## TIM S.A.

### NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS -- continuação Em 31 de dezembro de 2019 (Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

de utilização da marca "TIM" mediante ao pagamento de royalties no valor de 0,5% da receita líquida da companhia. O pagamento é efetuado trimestralmente.

(3) Os valores referem-se a aluguel de *links*, aluguel de EILD, aluguel de meios (cabo submarino) e serviço de sinalização.

(4) Os valores referem-se à contratação de seguros para cobertura de riscos operacionais, responsabilidade civil, saúde, entre outros.

(5) Referem-se principalmente a depósitos judiciais feitos em razão de causas trabalhistas e transferências de funcionários.

(6) Os valores referem-se aos serviços de valor adicionado – VAS.

(7) Os valores referem-se aos serviços de publicidade, dos quais, R\$ 172.956 (R\$ 232.492 em 2018), estão relacionados aos repasses de mídia

(8) Refere-se a interconexão/cessão de meios e serviços de valor adicionado – VAS.

(9) Refere-se basicamente a operações de interconexão e *co-billing*.

(10) Referem-se a depósitos judiciais feitos em razão de causas trabalhistas.

A Companhia possui ações de investimento social que contemplam doações, projetos desenvolvidos pelo Instituto TIM e patrocínios. Em 2019, a Companhia investiu R\$ 4.207 (R\$ 4.637 em 2018) com recursos próprios em benefício social.

Os saldos das contas patrimoniais estão registrados nos grupos: contas a receber de clientes, despesas antecipadas, fornecedores e outros ativos e passivos circulantes.

### 35. Remuneração da Administração

O pessoal-chave da Administração inclui: diretores estatutários e o Conselho de Administração. O pagamento do pessoal-chave da Administração pela prestação dos seus serviços está apresentado a seguir:

|                                  | 12/2019       | 12/2018       |
|----------------------------------|---------------|---------------|
| Benefícios de curto prazo        | 9.455         | 6.532         |
| Outros benefícios de longo prazo | 9.623         | 3.284         |
| Remuneração baseada em ações     | 5.049         | 2.678         |
|                                  | <u>24.127</u> | <u>12.494</u> |

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS -- continuação  
Em 31 de dezembro de 2019  
(Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

**36. Instrumentos financeiros e gestão de riscos**

Dentre os instrumentos financeiros registrados na Companhia destacam-se também os derivativos que são passivos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado. A cada data de balanço tais passivos são mensurados pelo seu valor justo. Os juros, a correção monetária, a variação cambial e as variações decorrentes da avaliação ao valor justo, quando aplicável, são reconhecidos no resultado quando incorridos, na linha de receitas ou despesas financeiras.

Inicialmente, os derivativos são reconhecidos pelo valor justo na data em que um contrato de derivativo é celebrado e são, subsequentemente, remensurados ao seu valor justo. O método para reconhecer o ganho ou a perda resultante depende de o fato do derivativo ser designado ou não como um instrumento de hedge nos casos de adoção da contabilidade de hedge (*hedge accounting*).

A Companhia, realiza transações com instrumentos financeiros derivativos, sem fins especulativos, apenas com o objetivo de i) reduzir riscos relacionados à variação cambial e ii) gerenciar exposição de taxas de juros. Os instrumentos financeiros derivativos da Companhia estão representados especificamente por contratos de *swap*.

Os instrumentos financeiros da Companhia estão sendo apresentados, em atendimento ao IFRS 9 / CPC 48.

Os principais fatores de risco que a Companhia está exposta são os seguintes:

(i) Riscos de variações cambiais

Os riscos de variações cambiais relacionam-se com a possibilidade da Companhia computar i) prejuízos derivados de flutuações nas taxas de câmbio aumentando os saldos de dívida com empréstimos e financiamentos obtidos no mercado e as despesas financeiras correspondentes ou ii) aumento de custo em contratos comerciais que possuam algum tipo de vinculação a variação cambial. Para que esses tipos de riscos sejam mitigados, a Companhia realiza: contratos de *swap* com instituições financeiras com o objetivo de anular os impactos decorrentes da flutuação das taxas de câmbio no resultado financeiro e contratos comerciais com cláusulas de bandas cambiais com o objetivo de mitigar parcialmente os riscos cambiais ou ainda opções de compra de dólar para reduzir os riscos de exposição cambial em contratos comerciais.

Em 31 de dezembro de 2019, os empréstimos e financiamentos das Companhia indexados à variação de moedas estrangeiras encontram-se integralmente protegidos, tanto em prazo quanto em valor, por contratos de *swap*. Os ganhos ou perdas com esses contratos de *swap* são registrados no resultado de sua Companhia.

Além dos riscos mencionados acima não existem outros ativos e passivos financeiros em montantes significativos que estejam indexados a moedas estrangeiras.

## TIM S.A.

### NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS -- continuação

Em 31 de dezembro de 2019

(Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

#### (ii) Riscos de taxa de juros

Os riscos da taxa de juros relacionam-se com:

- A possibilidade de variações no valor justo dos financiamentos obtidos pela Companhia indexados à TJLP e/ou TLP, quando tais taxas não acompanharem proporcionalmente as taxas referentes aos Certificados de Depósito Interbancários (CDI). Em 31 de dezembro de 2019 a Companhia não possuía nenhuma operação de swap atrelada a TJLP e/ou TLP.

- A possibilidade de um movimento desfavorável nas taxas de juros causaria um aumento nas despesas financeiras da Companhia, em decorrência da parcela da dívida e das posições passivas que a Companhia possui nos contratos de swap atrelados a taxas de juros flutuantes (percentual do CDI). Todavia, em 31 de dezembro de 2019, a Companhia mantém seus recursos financeiros aplicados em Certificados de Depósitos Interbancários (CDI), o que reduz substancialmente esse risco.

#### (iii) Risco de crédito inerente à prestação de serviços

O risco está relacionado à possibilidade de a Companhia computar prejuízos derivados da incapacidade dos assinantes honrarem os pagamentos dos valores faturados. Para minimizar este risco, a Companhia realiza preventivamente análises de crédito de todos os pedidos imputados pelas áreas de vendas e monitora as contas a receber de assinantes, bloqueando a capacidade de utilização de serviços, entre outras ações, caso os clientes não paguem suas dívidas. Não há clientes que tenham contribuído com mais de 10% das contas a receber líquidas em 31 de dezembro de 2019 e 31 de dezembro de 2018 ou receitas de serviços prestados.

#### (iv) Risco de crédito inerente à venda de aparelhos telefônicos e de cartões de telefones pré-pagos

A política do Grupo para venda de aparelhos telefônicos e distribuição de cartões de telefones pré-pagos está diretamente relacionada aos níveis de risco de créditos aceitos durante o curso normal do negócio. A seleção de parceiros, a diversificação da carteira de contas a receber, o monitoramento das condições de empréstimos, as posições e limites de pedidos estabelecidos para os negociantes, a constituição de garantias reais são procedimentos adotados pela Companhia para minimizar possíveis problemas de cobrança com seus parceiros comerciais. Não há clientes que tenham contribuído com mais de 10% das receitas de venda de mercadorias durante o exercício findo em dezembro de 2019 e 2018. A Companhia possui um cliente que contribuiu com 10,6% das contas a receber líquidas de venda de mercadorias em 31 de dezembro de 2019.

#### (v) Risco de Liquidez

- O risco de liquidez surge a partir da necessidade de caixa perante as obrigações assumidas. A Companhia estrutura os vencimentos de seus instrumentos financeiros não derivativos e de seus respectivos instrumentos financeiros derivativos, de modo a não afetar a liquidez.

- O gerenciamento da liquidez e do fluxo de caixa da Companhia são efetuados diariamente para a garantir que a geração operacional de caixa e a captação prévia de recursos, quando necessária, sejam suficientes para a manutenção do seu cronograma de compromissos operacionais e financeiros.

- Todas as aplicações financeiras da Companhia possuem liquidez diária e a Administração poderá, ainda que em casos específicos: i) rever a política de pagamento de dividendos; ii) emitir novas ações; e/ou, iii) vender ativos para aumentar a liquidez

## TIM S.A.

### NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS -- continuação

Em 31 de dezembro de 2019

(Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

#### (vi) Risco de crédito financeiro

A previsão de fluxo de caixa é realizada e agregada pelo departamento de Finanças e Tesouraria da Companhia. Este departamento monitora as previsões contínuas das exigências de liquidez para assegurar que a Companhia tenha caixa suficiente para atender às necessidades operacionais. Essa previsão leva em consideração os planos de investimento, financiamento da dívida, cumprimento de cláusulas contratuais, cumprimento das metas internas e, se aplicável, exigências regulatórias externas ou legais.

O risco está relacionado à possibilidade da Companhia computar perdas derivadas da dificuldade de resgate das aplicações financeiras de curto prazo e dos contratos de *swap*, em razão de eventual insolvência das contrapartes. A Companhia minimiza o risco associado a esses instrumentos financeiros mantendo operações apenas com instituições financeiras de reconhecida solidez no mercado, além de seguirem política que estabelece níveis máximos de concentração de risco por instituição financeira.

#### **Valor justo dos instrumentos financeiros derivativos:**

Os instrumentos financeiros derivativos consolidados estão apresentados a seguir:

|                           | 12/2019 |         |         | 12/2018 |          |         |
|---------------------------|---------|---------|---------|---------|----------|---------|
|                           | Ativo   | Passivo | Líquido | Ativo   | Passivo  | Líquido |
| Operações com derivativos | 46.511  | (4.405) | 42.106  | 81.408  | (11.618) | 69.790  |
| Parcela circulante        | 16.602  | (858)   | 15.744  | 50.769  | (2.373)  | 48.396  |
| Parcela não circulante    | 29.909  | (3.547) | 26.362  | 30.639  | (9.245)  | 21.394  |

Os instrumentos financeiros derivativos consolidados em 31 de dezembro de 2019 vencíveis a longo prazo obedecem ao seguinte escalonamento:

|                | Ativo         | Passivo        |
|----------------|---------------|----------------|
| 2021           | 8.096         | (709)          |
| 2022           | 8.096         | (709)          |
| 2023 em diante | 13.717        | (2.129)        |
|                | <u>29.909</u> | <u>(3.547)</u> |

Os passivos financeiros não derivativos são substancialmente compostos pelas contas a pagar com fornecedores, dividendos a pagar e outras obrigações, cujo vencimento ocorrerá nos próximos 12 meses, exceto pelos empréstimos e financiamentos e arrendamento mercantil financeiro, cujo os fluxos nominais de pagamentos estão divulgados nas notas 19 e 15.

**TIM S.A.**

**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS -- continuação**

Em 31 de dezembro de 2019

(Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

**Instrumentos financeiros consolidados mensurados pelo valor justo:**

|   | 12/2019 |         |         |
|---|---------|---------|---------|
|   | Nível 1 | Nível 2 | TOTAL   |
| Total do ativo  | 658.328 | 46.511  | 704.839 |
| Ativos financeiros ao valor justo                         | 658.328 | 46.511  | 704.839 |
| Derivativos usados para hedge                             | -       | 46.511  | 46.511  |
| Títulos e valores mobiliários                             | 658.328 | -       | 658.328 |
| Total do passivo  | -       | 4.405   | 4.405   |
| Passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado | -       | 4.405   | 4.405   |
| Derivativos usados para hedge                             | -       | 4.405   | 4.405   |

|   | 2018    |         |         |
|---|---------|---------|---------|
|   | Nível 1 | Nível 2 | TOTAL   |
| Total do ativo  | 776.693 | 81.408  | 858.101 |
| Ativos financeiros ao valor justo                         | 776.693 | 81.408  | 858.101 |
| Derivativos usados para hedge                             | -       | 81.408  | 81.408  |
| Títulos e valores mobiliários                             | 776.693 | -       | 776.693 |
| Total do passivo  | -       | 11.618  | 11.618  |
| Passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado | -       | 11.618  | 11.618  |
| Derivativos usados para hedge                             | -       | 11.618  | 11.618  |

O valor justo dos instrumentos financeiros negociados em mercados ativos é baseado nos preços de mercado, cotados na data do balanço. Um mercado é visto como ativo se os preços cotados estiverem prontos e regularmente disponíveis a partir de uma Bolsa, distribuidor, corretor, grupo de indústrias, serviço de precificação ou agência reguladora, e aqueles preços representam transações de mercado reais e que ocorrem regularmente em bases puramente comerciais. Esses instrumentos estão incluídos no Nível 1. Os instrumentos incluídos no Nível 1 compreendem, principalmente, os investimentos patrimoniais de Certificados de Depósitos Bancários (CDB) e compromissadas classificados como títulos para negociação.

O valor justo dos instrumentos financeiros que não são negociados em mercados ativos (por exemplo, derivativos de balcão) é determinado mediante o uso de técnicas de avaliação. Essas técnicas de avaliação maximizam o uso dos dados adotados pelo mercado onde está disponível e confiam o menos possível nas estimativas específicas da entidade. Se todas as informações relevantes exigidas para o valor justo de um instrumento forem adotadas pelo mercado, o

## TIM S.A.

### NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS -- continuação Em 31 de dezembro de 2019 (Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

instrumento estará incluído no nível 2.

Se uma ou mais informações relevantes não estiverem baseadas em dados adotados pelo mercado, o instrumento estará incluído no nível 3.

Técnicas de avaliação específicas utilizadas para valorizar os instrumentos financeiros incluem:

- Preços de mercado cotados ou cotações de instituições financeiras ou corretoras para instrumentos similares.
- O valor justo de *swaps* de taxa de juros é calculado pelo valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados com base nas curvas de rendimento adotadas pelo mercado.
- Outras técnicas, como a análise de fluxos de caixa descontados, são utilizadas para determinar o valor justo para os instrumentos financeiros remanescentes.

Os valores justos dos instrumentos financeiros derivativos da Companhia foram determinados por meio de fluxos de caixa futuros (posição ativa e passiva) utilizando as condições contratadas e trazendo esses fluxos a valor presente por meio de descontos pelo uso de taxa futura de juros divulgada por fontes de mercado. Os valores justos foram estimados em um momento específico, com base em informações disponíveis e metodologias de avaliação próprias.

#### **Ativos e passivos financeiros por categoria**

Os instrumentos financeiros da Companhia por categoria podem ser assim resumidos:

31 de dezembro de 2019

|  | Mensurados ao custo amortizado | Valor justo por meio do resultado | Total     |
|--|--------------------------------|-----------------------------------|-----------|
| Ativo, conforme balanço patrimonial  | 6.679.376                      | 704.839                           | 7.384.215 |
| Instrumentos financeiros derivativos   | -                              | 46.511                            | 46.511    |
| Contas a receber de clientes e demais contas a receber, excluindo pagamentos antecipados | 3.286.010                      | -                                 | 3.286.010 |
| Títulos e valores mobiliários  | -                              | 658.328                           | 658.328   |
| Caixa e equivalentes de caixa  | 2.284.048                      | -                                 | 2.284.048 |
| Arrendamento Mercantil - leasing   | 156.378                        | -                                 | 156.378   |
| Depósitos judiciais  | 919.850                        | -                                 | 919.850   |
| Outros valores a compensar   | 33.090                         | -                                 | 33.090    |

**TIM S.A.**

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS -- continuação  
Em 31 de dezembro de 2019  
(Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

|   | Mensurados ao custo amortizado | Valor justo por meio do resultado | Total      |
|---|--------------------------------|-----------------------------------|------------|
| Passivo, conforme o balanço patrimonial                       | 14.323.556                     | 4.405                             | 14.327.961 |
| Empréstimos e Financiamentos                                  | 2.029.088                      | -                                 | 2.029.088  |
| Instrumentos financeiros derivativos                          | -                              | 4.405                             | 4.405      |
| Fornecedores e outras obrigações, excluindo obrigações legais | 3.916.048                      | -                                 | 3.916.048  |
| Arrendamento mercantil leasing                                | 7.780.870                      | -                                 | 7.780.870  |
| Dividendos a pagar  | 597.550                        | -                                 | 597.550    |

31 de dezembro de 2018

|  | Mensurados ao custo amortizado | Valor justo por meio do resultado | Total     |
|--|--------------------------------|-----------------------------------|-----------|
| Ativo, conforme balanço patrimonial  | 5.507.538                      | 858.101                           | 6.365.639 |
| Instrumentos financeiros derivativos   | -                              | 81.408                            | 81.408    |
| Contas a receber de clientes e demais contas a receber, excluindo pagamentos antecipados | 2.968.671                      | -                                 | 2.968.671 |
| Títulos e valores mobiliários  | -                              | 776.693                           | 776.693   |
| Caixa e equivalentes de caixa  | 1.075.363                      | -                                 | 1.075.363 |
| Arrendamento Mercantil - leasing   | 208.049                        | -                                 | 208.049   |
| Depósitos judiciais  | 1.213.843                      | -                                 | 1.213.843 |
| Outros valores a compensar   | 41.612                         | -                                 | 41.612    |

|   | Mensurados ao custo amortizado | Valor justo por meio do resultado | Total     |
|---|--------------------------------|-----------------------------------|-----------|
| Passivo, conforme o balanço patrimonial                       | 8.277.131                      | 11.618                            | 8.288.749 |
| Empréstimos e Financiamentos                                  | 1.663.017                      | -                                 | 1.663.017 |
| Instrumentos financeiros derivativos                          | -                              | 11.618                            | 11.618    |
| Fornecedores e outras obrigações, excluindo obrigações legais | 4.311.604                      | -                                 | 4.311.604 |
| Arrendamento mercantil leasing                                | 1.940.074                      | -                                 | 1.940.074 |
| Dividendos a pagar  | 362.436                        | -                                 | 362.436   |

## TIM S.A.

### NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS -- continuação

Em 31 de dezembro de 2019

(Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

As compras e as vendas regulares de ativos financeiros são reconhecidas na data de negociação - data na qual a Companhia se compromete a comprar ou vender o ativo. Os investimentos são, inicialmente, reconhecidos pelo valor justo. Após o reconhecimento inicial, as variações do valor justo são contabilizadas no resultado do exercício, no grupo de receitas e despesas financeiras.

#### **Política de proteção de riscos financeiros adotada pela Companhia – Síntese**

A política da Companhia estabelece que devem ser adotados mecanismos de proteção contra riscos financeiros decorrentes da contratação de financiamentos, em moeda estrangeira, com o objetivo de administrar a exposição de riscos associados a variações cambiais.

A contratação de instrumentos financeiros derivativos contra a exposição cambial deve ocorrer simultaneamente à contratação da dívida que deu origem a tal exposição. O nível de cobertura a ser contratado para as referidas exposições cambiais é de 100% do risco, tanto em prazo quanto em valor.

Em 31 de dezembro de 2019, não há quaisquer tipos de margens ou garantias aplicadas às operações com instrumentos financeiros derivativos da Companhia.

Os critérios de seleção das instituições financeiras obedecem a parâmetros que levam em consideração o *rating* disponibilizado por renomadas agências de análise de risco, patrimônio líquido e níveis de concentração de operações e recursos.

As operações com instrumentos financeiros derivativos contratados pela Companhia e vigentes em 31 de dezembro de 2019 e 31 de dezembro de 2018 estão demonstradas no quadro a seguir:

#### 31 de dezembro de 2019

| <u>Moeda</u> | <u>CONTRAPARTE</u>  |                  |                          | <u>TAXAS MÉDIAS SWAP</u> |                                 |                    |                       |                      |
|--------------|---------------------|------------------|--------------------------|--------------------------|---------------------------------|--------------------|-----------------------|----------------------|
|              | <u>Tipo de SWAP</u> | <u>Dívida</u>    | <u>SWAP</u>              | <u>Total Dívida</u>      | <u>Total Swap (Ponta Ativa)</u> | <u>% Cobertura</u> | <u>Ponta Ativa</u>    | <u>Ponta Passiva</u> |
| <b>USD</b>   | LIBOR X DI          | KFW/<br>Finnvera | JP Morgan e<br>BOFA      | 330.21<br>7              | 330.21<br>7                     | 100%               | LIBOR 6M + 0,75% a.a. | 85,50% do<br>CDI     |
| <b>USD</b>   | PRE X DI            | CISCO            | Santander e JP<br>Morgan | 40.366                   | 40.366                          | 100%               | 2,50% a.a.            | 84,50% do CDI        |

**TIM S.A.**

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS -- continuação  
Em 31 de dezembro de 2019  
(Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

31 de dezembro de 2018

| Moeda | CONTRAPARTE  |               |                       |  | Total Dívida | Total Swap (Ponta Ativa) | % Cobertura | TAXAS MÉDIAS SWAP     |                |
|-------|--------------|---------------|-----------------------|--|--------------|--------------------------|-------------|-----------------------|----------------|
|       | Tipo de SWAP | Dívida        | SWAP                  |  |              |                          |             | Ponta Ativa           | Ponta Passiva  |
| USD   | LIBOR X DI   | KfW           | JP Morgan             |  | 43.420       | 43.420                   | 100%        | LIBOR 6M + 1,35% a.a. | 102,50% do CDI |
| USD   | LIBOR X DI   | KFW/ Finnvera | JP Morgan e BOFA      |  | 378.595      | 393.387                  | 100%        | LIBOR 6M + 0,75% a.a. | 85,50% do CDI  |
| USD   | PRE X DI     | CISCO         | Santander e JP Morgan |  | 116.466      | 116.466                  | 100%        | 2,18% a.a.            | 88,20% do CDI  |

Em agosto de 2018, a Companhia adquiriu opções de compra de USD 100 milhões com strike a R\$ 4,00, com objetivo de mitigar o efeito da variação cambial nos contratos comerciais. As opções foram divididas em 9 vencimentos de U\$ 11,1 milhões (outubro de 2018 a junho de 2019) e foram adquiridas pelo valor inicial de R\$ 11,7 milhões considerando um spot de referência no momento da compra de R\$ 3,7655. Devido à alta do dólar e à redução na exposição de riscos nos contratos comerciais, a Companhia liquidou antecipadamente os vencimentos de outubro de 2018 e novembro de 2018 pelo valor de R\$ 5,6 milhões, considerando um spot de referência no momento da venda de 4,157. Em novembro de 2018, considerando a proximidade dos vencimentos e a redução na exposição de riscos nos contratos comerciais, a Companhia liquidou antecipadamente os vencimentos de dezembro de 2018 e janeiro e fevereiro de 2019 pelo valor de R\$ 1,0 milhão. Em 15 de junho de 2019, tivemos o vencimento das opções remanescentes. Em 31 de dezembro, a companhia não possuía operações de opções.

Quadro demonstrativo de análise de sensibilidade – efeito na variação do valor justo dos swaps

Para fins de identificação de possíveis distorções advindas das operações com instrumentos financeiros derivativos consolidados atualmente vigentes, uma análise de sensibilidade foi realizada considerando três cenários distintos (provável, possível e remoto) e seus respectivos impactos nos resultados obtidos, quais sejam:

| Descrição                            | 2019      | Cenário Provável | Cenário Possível | Cenário Remoto |
|--------------------------------------|-----------|------------------|------------------|----------------|
| Dívida em USD (Cisco e KfW)          | 381.178   | 381.178          | 474.450          | 567.104        |
| A) Δ Variação Acumulada Dívida       |           |                  | 93.272           | 185.926        |
| Valor justo da ponta ativa do swap   | 381.178   | 381.178          | 474.450          | 567.104        |
| Valor justo da ponta passiva do swap | (338.971) | (338.971)        | (337.647)        | (336.387)      |
| Resultado swap                       | 42.207    | 42.207           | 136.803          | 230.717        |
| B) Δ Variação Acumulado Swap         |           |                  | 94.596           | 188.510        |
| C) Resultado final (B-A)             |           |                  | (1.324)          | (2.584)        |

Tendo em vista as características dos instrumentos financeiros derivativos da Companhia, nossas premissas levaram em consideração, basicamente, o efeito i) da variação do CDI, ii) Libor e; iii)

## TIM S.A.

### NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS -- continuação

Em 31 de dezembro de 2019

(Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

variações do dólar americano utilizadas nas operações, atingindo, respectivamente, os percentuais e cotações indicados abaixo:

| Variável de risco | Cenário provável<br>(atual) | Cenário possível | Cenário remoto |
|-------------------|-----------------------------|------------------|----------------|
| CDI               | 4,40%                       | 5,50%            | 6,60%          |
| LIBOR             | 1,91%                       | 2,39%            | 2,87%          |
| USD               | 4,0307                      | 5,0384           | 6,0461         |

Como a Companhia possui instrumentos financeiros derivativos para fins de proteção das suas respectivas dívidas financeiras, as variações dos cenários são acompanhadas do respectivo objeto de proteção, mostrando assim que os efeitos referentes à exposição gerada nos *swaps* terão sua contrapartida refletidos na dívida. Para estas operações, a Companhia divulga o valor justo do objeto (dívida) e do instrumento financeiro derivativo de proteção em linhas separadas, conforme demonstrado acima no quadro demonstrativo de análise de sensibilidade, de modo a informar sobre a exposição líquida da Companhia em cada um dos três cenários mencionados.

Salienta-se o fato de que as operações com instrumentos financeiros derivativos contratados pela Companhia tem como único objetivo a proteção patrimonial. Desta forma, uma melhora ou piora em seus respectivos valores de mercado equivalerá a um movimento inverso nas correspondentes parcelas do valor da dívida financeira contratada, objeto dos instrumentos financeiros derivativos da Companhia.

As análises de sensibilidade referentes aos instrumentos financeiros derivativos vigentes em 31 de dezembro de 2019 foram realizadas considerando, basicamente, as premissas relacionadas às variações nas taxas de juros de mercado e a variação do dólar americano utilizadas nos contratos de *swap*. A utilização destas premissas nas análises se deve exclusivamente às características dos instrumentos financeiros derivativos, os quais apresentam exposição somente às variações na taxa de juros e de câmbio.

#### Quadro com ganhos e perdas com derivativos no exercício:

|   |                |
|---|----------------|
|   | <b>12/2019</b> |
| Resultado líquido em operações de USD x CDI | 5.077          |

#### **Gestão de capital**

Os objetivos do Grupo ao administrar seu capital são os de salvaguardar a capacidade de continuidade do Grupo para oferecer retorno aos acionistas e benefícios às outras partes interessadas, além de manter uma estrutura de capital para reduzir esse custo. Para manter ou ajustar a estrutura de capital do Grupo, a Administração poderá rever a política de pagamento de dividendos, devolver capital aos acionistas ou, ainda, emitir novas ações ou vender ativos para reduzir, por exemplo, o nível de endividamento.

Os índices de alavancagem financeira em 31 de dezembro de 2019 e 31 de dezembro de 2018 podem ser assim sumariados:

**TIM S.A.**

**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS -- continuação**  
**Em 31 de dezembro de 2019**  
 (Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

|  | 2019               |             |                    | 2018        |
|--|--------------------|-------------|--------------------|-------------|
|  | Saldos com IFRS 16 | Ajustes     | Saldos sem IFRS 16 |             |
| Total dos empréstimos e derivativos (Nota 19 e 36)   | 1.986.982          | -           | 1.986.982          | 1.674.635   |
| Arrendamento Mercantil - Passivo (Nota 15)           | 7.780.870          | (6.196.068) | 1.584.802          | 1.940.074   |
| Arrendamento Mercantil - Ativo (Nota 15)             | (156.378)          | -           | (156.378)          | (208.049)   |
| Menos: Caixa e equivalentes de caixa (Nota 4)        | (2.284.048)        | -           | (2.284.048)        | (1.075.363) |
| FIC (Nota 5)   | (642.312)          | -           | (642.312)          | (771.464)   |
| Dívida Líquida                                       | 6.685.113          | (6.196.068) | 489.045            | 1.559.833   |
| LAJIDA (EBITDA) (1) (últimos 12 meses) - Normalizado | 9.715.741          | (1.315.684) | 8.400.057          | 1.515.798   |
| Índice de alavancagem financeira - Não auditado      | 0,69               | 4,71        | 0,06               | 0,98        |
| (1) Reconciliação ao Lucro Líquido do exercício:     |                    |             |                    |             |
| Lucro Líquido do exercício ajustado                  | 3.860.162          | 143.076     | 4.003.238          | 1.533.732   |
| Depreciações e amortizações                          | 5.128.981          | (940.144)   | 4.188.837          | 843.812     |
| Resultado Financeiro Líquido                         | (187.963)          | (592.323)   | (780.286)          | (36.738)    |
| Imposto de renda e contribuição social               | 914.561            | 73.707      | 988.268            | (825.008)   |
| LAJIDA (EBITDA) (1)                                  | 9.715.741          | (1.315.684) | 8.400.057          | 1.515.798   |

(1) Lajida: lucro antes juros, impostos, depreciação e amortização.  
 EBITDA: *Earnings before interest, tax, depreciation and amortization* (não é uma métrica contábil)

**Movimentação dos passivos financeiros**

As variações em passivos decorrentes de atividades de financiamento, tais como empréstimos e financiamentos, arrendamento mercantil financeiro e instrumentos financeiros estão apresentadas abaixo:

|                                 | Empréstimos e financiamentos | Arrendamento mercantil financeiro | Instrumentos financeiros derivativos (ativos) passivos |
|---------------------------------|------------------------------|-----------------------------------|--|
| 31 de dezembro de 2018          | 1.663.017                    | 1.940.074                         | (69.790)   |
| Adoção do IFRS 16 / CPC 06(R2)  | -                            | 5.256.114                         | -  |
| Ingressos                       | 1.000.000                    | 1.834.914                         | -  |
| Encargos financeiros            | 167.998                      | 821.463                           | 9.068  |
| Variações cambiais, líquidas    | 18.222                       | -                                 | (14.145)   |
| Pagamentos                      | (820.149)                    | (1.585.712)                       | 32.761   |
| Remensuração IAS 17 (i)/ IFRS16 | -                            | (485.983)                         | -  |
| 31 de dezembro de 2019          | 2.029.088                    | 7.780.870                         | (42.106)   |

(j) Conforme mencionado na Nota 2.e, a Companhia escolheu aplicar o pronunciamento IFRS 16 / CPC 06(R2) – Arrendamento Mercantil, de forma retrospectiva com o efeitos da aplicação em 01 de janeiro de 2019, portanto, os arrendamentos que foram classificados anteriormente

## TIM S.A.

### NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS -- continuação

Em 31 de dezembro de 2019

(Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

como arrendamento financeiro, utilizando o CPC 06 (IAS 17), o valor contábil do ativo de direito de uso e do passivo de arrendamento na data da aplicação inicial da norma, representou o valor contábil do ativo de arrendamento e do passivo de arrendamento imediatamente anterior a aplicação dessa nova norma, utilizando o CPC 06 (IAS 17). Contudo, para esses arrendamentos, conforme determinado pela nova norma, a Companhia deve mensurar o ativo de direito de uso e o passivo de arrendamento, utilizando este novo pronunciamento a partir da data da aplicação inicial. Portanto, os arrendamentos anteriormente mensurados a luz do IAS 17 / CPC 06, foram remensurados em 31 de março de 2019, especificamente em relação a exclusão dos pagamentos variáveis de arrendamento que dependem de índice ou de taxa, uma vez que a inflação projetada estava considerada pelo período dos contratos anteriormente mensurados pelo IAS 17 / CPC 06.

#### 37. Planos de pensão com benefício definido e outros benefícios pós-emprego

|  | 12/2019 | 12/2018 |
|--|---------|---------|
| PAMEC/apólice de ativos e Plano médico | 5.782   | 2.850   |

#### ICATU, SISTEL e FUNCESP

A Companhia vem patrocinando planos de previdência privada de benefícios definidos para um grupo de empregados oriundos do antigo sistema TELEBRÁS, que atualmente estão sob a administração da Fundação Sistel de Seguridade Social e do ICATU Fundo MULTIPATROCINADO. Além dos planos provenientes do Sistema TELEBRÁS, existe também o plano administrado pela FUNDAÇÃO CESP decorrente da incorporação da AES Atimus.

Os referidos planos de pensão, bem como os planos médicos, estão resumidamente explicados abaixo:

**PBS Assistidos (PBS-A Tele Celular Sul e PBS-A Tele Nordeste Celular):** plano de benefícios da SISTEL, o qual tem característica de benefício definido e inclui os empregados inativos que faziam parte dos planos patrocinados pelas empresas do antigo Sistema TELEBRÁS;

**PBS (PBS Tele Celular Sul e PBS Tele Nordeste Celular):** plano de pensão para empregados inativos, sendo tal plano de benefícios multi-patrocinado sob administração do ICATU Fundo MULTIPATROCINADO;

**Convênio de Administração:** convênio de administração de pagamento de aposentadoria a aposentados e pensionistas, para os aposentados das predecessoras da Companhia sob administração do ICATU Fundo MULTIPATROCINADO;

**PAMEC/Apólice de Ativos:** plano de assistência médica ao complementado, para os aposentados das predecessoras da Companhia;

**AES Telecom:** Parcela do plano de previdência complementar e pensão, administrado pela Fundação CESP, que compete à Companhia, tendo em vista a aquisição da Eletropaulo Telecomunicações Ltda (AES Atimus), sucedida pela TIM Fiber SP LTDA, posteriormente incorporada à TIM Celular que foi incorporada pela Companhia.

## TIM S.A.

### NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS -- continuação

Em 31 de dezembro de 2019

(Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

**Plano Médico Fiber:** Provisão para manutenção de plano de saúde como benefício pós-emprego aos ex-colaboradores da AES Atimus (conforme estabelecido na lei 9656/98, artigos 30 e 31), que foi adquirida e incorporada pela TIM Celular e que posteriormente foi incorporada pela Companhia.

Demonstramos a seguir a posição atuarial dos passivos e ativos relacionados aos planos de aposentadoria e assistência médica, em 31 de dezembro de 2019, de acordo com as regras estabelecidas pelo CPC 33/IAS 19.

#### a) Efeitos na data base de 31 de dezembro:

|  | Planos     |                          |                                     |                                   |                |                 | Totais   |          |
|--|------------|--------------------------|-------------------------------------|-----------------------------------|----------------|-----------------|----------|----------|
|  | PBS<br>(*) | PBS<br>Assistidos<br>(*) | Convênio de<br>Administração<br>(*) | PAMEC/<br>Apólice<br>de<br>Ativos | AES<br>Telecom | Plano<br>Médico | 2019     | 2018     |
| Conciliação dos ativos e passivos em 31/12/19                      |            |                          |                                     |                                   |                |                 |          |          |
| Valor presente das obrigações atuariais                            | 29.855     | 10.107                   | 151                                 | 1.080                             | 11.099         | 2.585           | 54.877   | 43.594   |
| Valor justo dos ativos do plano                                    | (31.921)   | (13.527)                 | (425)                               | -                                 | (8.982)        | -               | (54.855) | (57.706) |
| Valor presente das obrigações em excesso ao valor justo dos ativos | (2.066)    | (3.420)                  | (274)                               | 1.080                             | 2.117          | 2.585           | 22       | (9.112)  |
| Passivo / (ativo) atuarial líquido                                 | (2.066)    | (3.420)                  | (274)                               | 1.080                             | 2.117          | 2.585           | 22       | (9.112)  |

(\*) Nenhum ativo foi reconhecido pelas patrocinadoras, em virtude da impossibilidade de reembolso desse superávit, além de que as contribuições do patrocinador não serão reduzidas no futuro.

#### b) Movimentação do passivo (ativo) atuarial líquido

|  | Planos  |                   |                              |                                   |                |                 |
|--|---------|-------------------|------------------------------|-----------------------------------|----------------|-----------------|
|  | PBS     | PBS<br>Assistidos | Convênio de<br>Administração | PAMEC/<br>Apólice<br>de<br>Ativos | AES<br>Telecom | Plano<br>Médico |
| Passivo (ativo) atuarial em 31/12/18         | (7.514) | (4.209)           | (239)                        | 884                               | 102            | 1.864           |
| Despesa (receita) reconhecida no resultado   | (700)   | (391)             | (22)                         | 81                                | 100            | 283             |
| Contribuições da patrocinadora               | -       | -                 | -                            | (47)                              | -              | (26)            |
| (Ganhos) ou perdas atuariais reconhecidos    | 6.148   | 1.180             | (13)                         | 162                               | 1.915          | 464             |
| Ganhos) ou perdas atuariais não reconhecidos | -       | -                 | -                            | -                                 | -              | -               |
| Passivo (ativo) atuarial líquido em 31/12/19 | (2.066) | (3.420)           | (274)                        | 1.080                             | 2.117          | 2.585           |

**TIM S.A.**

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS -- continuação  
Em 31 de dezembro de 2019  
(Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

c) Reconciliação do valor presente das obrigações

|   | Planos  |                |                           |                          |             |              |
|---|---------|----------------|---------------------------|--------------------------|-------------|--------------|
|   | PBS     | PBS Assistidos | Convênio de Administração | PAMEC/ Apólice de Ativos | AES Telecom | Plano Médico |
| Valor das obrigações em 31/12/18        | 24.155  | 8.285          | 156                       | 884                      | 8.250       | 1.864        |
| Custo do serviço corrente               | 5       | -              | -                         | -                        | 93          | 108          |
| Juros sobre obrigação atuarial          | 2.162   | 738            | 14                        | 81                       | 770         | 175          |
| Benefícios pagos no ano                 | (1.929) | (719)          | (9)                       | (47)                     | (348)       | (27)         |
| Contribuições pagas pelos participantes |         |                |                           |                          | 57          |              |
| (Ganhos)/perdas nas obrigações          | 5.462   | 1.803          | (10)                      | 162                      | 2.277       | 465          |
| Valor das obrigações em 31/12/19        | 29.855  | 10.107         | 151                       | 1.080                    | 11.099      | 2.585        |

d) Reconciliação do valor justo dos ativos

|  | Planos  |                |                           |                          |             |              |
|--|---------|----------------|---------------------------|--------------------------|-------------|--------------|
|  | PBS     | PBS Assistidos | Convênio de Administração | PAMEC/ Apólice de Ativos | AES Telecom | Plano Médico |
| Valor justo dos ativos em 31/12/18               | 31.669  | 12.494         | 395                       | -                        | 8.148       | -            |
| Benefícios pagos no ano                          | (1.929) | (719)          | (9)                       | -                        | (348)       | -            |
| Rendimento efetivo dos ativos no ano             | 2.862   | 1.128          | 36                        | -                        | 763         | -            |
| Ganho (perda) atuariais com ativos do plano      | (681)   | 624            | 3                         | -                        | 361         | -            |
| Contribuições pagas pelos participantes          | -       | -              | -                         | -                        | 58          | -            |
| Contribuições da patrocinadora vertidas no plano | -       | -              | -                         | -                        | -           | -            |
| Valor justo dos ativos em 31/12/19               | 31.921  | 13.527         | 425                       | -                        | 8.982       | -            |

## TIM S.A.

### NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS -- continuação Em 31 de dezembro de 2019 (Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

#### e) Despesas previstas para 2020

|   | Planos    |                |                           |                          |             |              |
|---|-----------|----------------|---------------------------|--------------------------|-------------|--------------|
|   | PBS       | PBS Assistidos | Convênio de Administração | PAMEC/ Apólice de Ativos | AES Telecom | Plano Médico |
| Custo do serviço corrente (com juros)                       | 15        | -              | -                         | -                        | 125         | 150          |
| Juros sobre as obrigações atuariais                         | 1.956     | 658            | 10                        | 72                       | 774         | 179          |
| Rendimento esperado dos ativos                              | (2.097)   | (888)          | (29)                      | -                        | (627)       | -            |
| Juros sobre o efeito do limite do (ativo)/passivo           | 141       | 230            | 19                        | -                        | -           | -            |
| <b>Total da despesa (receita) líquida a ser reconhecida</b> | <b>15</b> | <b>0</b>       | <b>0</b>                  | <b>72</b>                | <b>272</b>  | <b>329</b>   |

#### Premissas atuariais adotadas nos cálculos

As principais premissas atuariais adotadas nos cálculos foram as seguintes:

|   |   |
|---|---|
| Taxa de desconto nominal da obrigação atuarial: | PBS Sul: 6,81% / 3,20%;<br>PBS Nordeste: 6,83% / 3,22%;<br>CA: 6,85% / 3,24%;<br>PBS-A: 6,75% / 3,14%;<br>AES: 7,09% / 3,47%;<br>PAMEC: 6,77% / 3,16%;<br>FIBER: 6,96% / 3,34%  |
| Taxa de crescimento salarial nominal:           | PBS e CA: Não Aplicável<br>CA e PBS-A: Não Aplicável;<br>AES: 5,57% / 2,00%;<br>PAMEC e FIBER: Não Aplicável  |
| Tábua biométrica de mortalidade geral:          | PBS, CA e PBS-A: AT-2000 segregada por sexo, suavizada em 10%;  |
| Tábua biométrica de entrada em invalidez:       | PBS: Álvaro Vindas;<br>CA, PBS-A e PAMEC: Não Aplicável;<br>AES e FIBER: Mercer Disability;   |
| Taxa de rotatividade esperada:                  | PBS, CA, PBS-A e PAMEC: Nula<br>AES e FIBER: 0,15/(tempo de serviço + 1), sendo nula a partir dos 50 anos   |
| Probabilidade de ingresso em aposentadoria:     | PBS e FIBER: 100% na 1ª elegibilidade;<br>CA: Não Aplicável;<br>AES: 3% ao ano entre a primeira idade de elegibilidade à aposentadoria antecipada a elegibilidade à aposentadoria normal;<br>CA, PBS-A e PAMEC: Não Aplicável |
| Taxa estimada de inflação no longo prazo        | PAMEC e FIBER: 7,64% / 3,25%  |
| Método de apuração                              | Método do Crédito Unitário Projetado  |

## TIM S.A.

### NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS -- continuação Em 31 de dezembro de 2019 (Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

#### 38. Seguros

A Companhia mantém política de monitoramento dos riscos inerentes às suas operações. Por conta disso, em 31 de dezembro de 2019, a Companhia possuía contratos de seguros em vigor para cobertura de riscos operacionais, responsabilidade civil, riscos cibernéticos (cyber), saúde, entre outros. A Administração da Companhia entende que as apólices representam valores suficientes para cobrir eventuais perdas. Os principais ativos, responsabilidades ou interesses cobertos por seguros e os respectivos montantes são demonstrados a seguir:

| Modalidades                                 | Valores Segurados  |
|---|--|
| Riscos Operacionais                         | R\$ 32.274.029   |
| Responsabilidade Civil Geral - RCG          | R\$ 80.000   |
| Riscos cibernéticos (cyber)                 | R\$ 28.520   |
| Automóvel (Frota Executivos e Operacionais) | R\$1.000 para Responsabilidade Civil Facultativo (Danos Materiais e Danos Corporais) e R\$100 para Danos Morais. |

#### 39. Eventos subsequentes

Em 31 de janeiro de 2020, a Companhia assinou um contrato de financiamento com o Banco do Nordeste do Brasil, no montante total de R\$752.479, sendo: (i) R\$325.071 ao custo de IPCA + 1,4386% e sujeito a bônus de adimplência de 15%; e, (ii) R\$427.408 ao custo de IPCA + 1,7582% e sujeito a bônus de adimplência de 15%. O objetivo da linha de crédito é financiar o Capex da região Nordeste e norte dos estados de Minas Gerais e Espírito Santo do período de 2019 a 2022 com prazo total de pagamento de 8 anos, sendo 3 anos de carência e 5 anos de amortização. A operação será garantida por (i) fiança bancária proporcional a 100% do valor de cada desembolso; e (ii) vinculação de recebíveis proporcional a 5% do valor de cada desembolso. Até a presente data, não houve quaisquer desembolsos.

\* \* \*

## DECLARAÇÃO DOS DIRETORES

**Pietro Labriola** (Diretor Presidente), **Adrian Calaza** (Diretor Financeiro e Diretor de Relações com Investidores), **Bruno Mutzenbecher Gentil** (*Business Support Officer*), **Mario Girasole** (*Regulatory and Institutional Affairs Officer*), **Leonardo de Carvalho Capdeville** (*Chief Technology Information Officer*), **Jaques Horn** (Diretor Jurídico) e **Alberto Mario Griselli** (*Chief Revenue Officer*), na qualidade de Diretores Estatutários da TIM S.A., declaram, nos termos do inciso VI do parágrafo 1º do artigo 25 da Instrução CVM nº 480 de 07 de dezembro de 2009, que: reviram, discutiram e concordaram com as Demonstrações Financeiras da Companhia referentes ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 2019.

Rio de Janeiro, 06 de março de 2020.

**PIETRO LABRIOLA**

Diretor Presidente

**ADRIAN CALAZA**

Diretor Financeiro e Diretor de Relações com  
Investidores

**MARIO GIRASOLE**

*Regulatory and Institutional Affairs Officer*

**LEONARDO DE CARVALHO**

**CAPDEVILLE**

*Chief Technology Information Officer*

**BRUNO MUTZENBECHER GENTIL**

*Business Support Officer*

**ALBERTO GRISELLI**

*Chief Revenue Officer*

**JAQUES HORN**

Diretor Jurídico

## DECLARAÇÃO DOS DIRETORES

**Pietro Labriola** (Diretor Presidente), **Adrian Calaza** (Diretor Financeiro e Diretor de Relações com Investidores), **Bruno Mutzenbecher Gentil** (*Business Support Officer*), **Mario Girasole** (*Regulatory and Institutional Affairs Officer*), **Leonardo de Carvalho Capdeville** (*Chief Technology Information Officer*), **Jaques Horn** (Diretor Jurídico) e **Alberto Mario Griselli** (*Chief Revenue Officer*), na qualidade de Diretores Estatutários da TIM S.A., declaram, nos termos do inciso V do parágrafo 1º do artigo 25 da Instrução CVM nº 480 de 07 de dezembro de 2009, que: reviram, discutiram e concordaram com as opiniões expressas no Relatório dos Auditores Independentes da Companhia referente às Demonstrações Financeiras da Companhia, relativas ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 2019.

Rio de Janeiro, 06 de março de 2020.

**PIETRO LABRIOLA**

Diretor Presidente

**ADRIAN CALAZA**

Diretor Financeiro e Diretor de Relações com  
Investidores

**MARIO GIRASOLE**

*Regulatory and Institutional Affairs Officer*

**LEONARDO DE CARVALHO**

**CAPDEVILLE**

*Chief Technology Information Officer*

**BRUNO MUTZENBECHER GENTIL**

*Business Support Officer*

**ALBERTO GRISELLI**

*Chief Revenue Officer*

**JAQUES HORN**

Diretor Jurídico